



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
CENTRO AVANÇADO MULTIDISCIPLINAR (CEAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (PPGDSCI)

CLARISSA CORRÊA DE CARVALHO

**ENTRE MUNDOS DAS LÍDERES NAMIBENSES: TRAJETÓRIAS,
FUNÇÕES PÚBLICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Selma Alves Pantoja

Brasília
2019

CLARISSA CORRÊA DE CARVALHO

**ENTRE MUNDOS DAS LÍDERES NAMIBENSES: TRAJETÓRIAS,
FUNÇÕES PÚBLICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Cooperação Internacional e os Estudos Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Selma Alves Pantoja

Brasília
junho de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
Brasília, DF, 70910-900

Ficha catalográfica

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CARVALHO, Clarissa Corrêa de. *Entre mundos das líderes namibenses: trajetórias, funções públicas e relações de gênero*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI, Universidade de Brasília – UnB, 2019. 129f.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e divulgar tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação.

Brasília, junho de 2019

CLARISSA CORRÊA DE CARVALHO

**ENTRE MUNDOS DAS LÍDERES NAMIBENSES: TRAJETÓRIAS,
FUNÇÕES PÚBLICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 11 de junho de 2019.

Prof.^a Dr.^a Selma Alves Pantoja – UnB

Presidente da banca/orientadora

Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu – ISCED-HUILA

Membro titular externo

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos – UnB

Membro titular interno

Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa – UnB

Membro suplente

Brasília, junho de 2019

É importante que o mundo ouça que há mulheres em África com capacidade para serem chamadas pra darem palestras também lá fora e passar experiência lá fora.

Neusa Bengani, em entrevista cedida a esta dissertação, 2019

AGRADECIMENTOS

Realizar um mestrado sempre foi um desafio que eu temia e desejava viver. E realmente foi um desafio repleto de surpresas, dificuldades e prazeres. Uma das satisfações foi valorizar os tempos de pausa: as refeições entre estudos ou entre trabalho e estudo nunca foram tão apreciadas. Eu também nunca havia vivenciado a solidão de forma tão profunda. O mestrado proporcionou experienciar não apenas silêncios necessários para a concentração, como também encontros que nunca havia tido comigo mesma.

Meu maior medo era o de não ter a disciplina para a Academia e de perder a oportunidade de produzir alguma forma de conhecimento útil. Descobri que realmente não tenho a disciplina que considero ideal para tal, mas encarar essa constatação e aprender a compreendê-la se tornou um processo profícuo de autoconhecimento. Depois que perdi pessoas para a morte enquanto estava isolada tentando ser disciplinada, aprendi a me perdoar e agradecer pelos momentos em que deixei os estudos de lado para ficar com quem amo. Que bom que tivemos a oportunidade de nos despedir, Samuel. Gostaria que você pudesse ler e discutir essa dissertação comigo.

Produzir conhecimento sem deixar de viver a vida só é possível com a mente plena: ter foco na escrita naquelas horinhas de cansaço após o trabalho em que você se organizou para escrever, e estar totalmente com sua família, com seus/as amigos/as e amores/as enquanto estiver com eles/as. A culpa não ajuda, ter gosto pelo seu objeto de pesquisa sim. Esse gosto me ajudou, porque nos bloqueios de escrita ler sobre Angola e sua história sempre me trazia de volta para o meu objetivo. Estive longe de estar com a mente plena em tudo que gostaria, mas quando imersa, fui muito feliz: com a família, amigos/as e amores/as, e com Angola, seja pelos livros ou pelas ruas do Namibe.

Nessa jornada tenho a agradecer ao apoio, incentivo e compreensão da família: Valéria, Yuri, Elizia, Átila e Suri. Mas que não é minha única família, pois as forças e o propósito vêm daquelas que também que construí ao longo da vida: República Antártica, Estamira, Buhaus, GENER03, Bruxaria, Mozões, Aquele Abraço, Sem Vergonhas, JAS, e mais outras amizades que me fortalecem.

Ao Glauber, cuja linda relação com a Linguística me inspira a continuar na Academia por prazer, agradeço pela sua serenidade, que também me incentiva a ser melhor.

Às/aos colegas e professores/as do CEAM, por quem tenho extrema admiração e com quem me identifico para a produção de conhecimento. Em especial ao Phelipe, meu companheiro de Linha 1 na alegria e na tristeza, e ao professor Rodrigo Campos pela companhia na primeira visita de técnica e pelas grandes contribuições para este trabalho.

À professora, minha orientadora, Selma Alves Pantoja, que vem me desafiando desde a entrevista para o mestrado até hoje, que não abre mão de sua sinceridade, e que confiou em uma novata em África para integrar um projeto tão maravilhoso. Professora, agradeço-lhe especialmente por me apresentar Angola e pelos caminhos epistemológicos abertos.

À minha equipe de transcritoras/es Nathália, Hayra e Luiz, que viveram momentos tensos e gratificantes comigo, e também à Luds e Olívia pela quase coorientação em todos os toques, alertas e alentos.

Às/aos amigas/os que fiz em Angola: Sem Marcelino, professor Helder Bahu e Eufrásia, essa pesquisa não seria possível. Obrigada! Também agradeço às/aos novas/os amigas/os Leopoldina, Maísa, Rodmira, Edson e Marco, pela hospitalidade, pelos contatos e pela generosidade com que me receberam e ajudaram.

Finalmente, quero agradecer às entrevistadas, Alice, Arminda, Euracema, Maísa, Maria Filomena, Mariana e Neusa, não apenas porque dispuseram de um tempo precioso para esta pesquisa, mas porque confiaram suas histórias a mim. Agradeço-lhes, como mulher, por acreditarem que suas histórias podem mudar Angola e podem mudar o mundo. Vocês me inspiram.

RESUMO

Tendo como marco de independência o ano de 1975, Angola iniciou a construção do seu Estado-nação sob a disputa de três grupos nacionalistas pelo poder, em uma guerra civil que durou quase 40 anos. O conflito entre divergentes projetos de nação refletiu as diferentes nuances da colonização portuguesa, o resgate de diferenças étnicas, bem como a tensão geopolítica da região e as influências ideológicas das missões cristãs presentes no país. A participação das mulheres angolanas na formação nacional é um tema complexo: envolve a projeção de lugares e de papéis na nação idealizada e revela a extrema vulnerabilidade das mulheres no contexto de guerra civil e da longa governação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A maior parte dos estudos publicados sobre a situação social das angolanas na atualidade enfoca a majoritária participação delas na economia informal, consequência da falta de acesso à educação e da luta por sobrevivência. No entanto, uma atenção menor é dada às mulheres que ocupam papéis de relativo poder nas estruturas governamentais, mais especificamente às do Namibe, província localizada no sudoeste angolano, objeto desta dissertação. Nesse sentido, como método para a compreensão das relações de gênero na formação nacional angolana, e a partir de perspectivas pouco registradas, esta pesquisa apresenta a história de vida de sete mulheres namibenses que ocupam funções de liderança em instituições públicas. A análise sobre o lugar da mulher nesse contexto depende do questionamento de algumas categorias ocidentais de pensamento, visando maior atenção ao processo de autoinscrição africana em seus “entremundos”, a partir da compreensão da complexidade do colonialismo, que não deixou de ser parte das atuais experiências de nações há pouco independentes.

Palavras-chave: Angola; mulheres; Namibe; gênero; liderança; MPLA.

ABSTRACT

Considering the year of 1975 as an independence milestone, Angola began its State-nation construction under dispute for power of three nationalist groups, in a civil war that lasted almost 40 years. The conflict between divergent projects of nation reflected the different nuances of the Portuguese colonization, the rescue of ethnic differences, as well as geopolitical tension in the region and the ideological influences of the christian missions in the country. The participation of Angolan women in the national formation is a complex theme: it involves the projection of places and roles in the idealized nation and reveals the extreme vulnerability of women in the context of civil war and the long govern of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola). Most of the studies published about the social situation of the Angolan women nowadays focus their majority stake in the informal economy, consequence of the lack of access to education and fight for survival. However, less attention is given to women who occupy roles of relative power in the government structures, more specifically the ones from Namibe, province located in the Angolan southwest, object of this dissertation. In this sense, as a method for the comprehension of the gender relations in the national formation of Angola, and from little recorded perspectives, this research presents the life's history of seven women from Namibe who occupy leadership functions in public institutions. The analysis of the place of women in this context depends on the questioning of some occidental categories of thought, aiming for more attention to the African auto inscription process in its "between worlds", from the understanding of the colonialism complexity, that did not stop being part of the current experiences of nations recently independent.

Keywords: Angola; women; Namibe; gender; leadership; MPLA.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Principais religiões praticadas.....	43
Figura 1 – Mapa de Angola.....	44
Figura 2 – Interior do Mercado 5 de Abril (Moçâmedes)	49
Figura 3 – Entrada do Mercado do Valódia (Moçâmedes)	49
Gráfico 2 – População por Província..	53
Tabela 1 – Comparação % de mulheres nos cargos de poder entre 2014 e 2016.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASSOMEL – Associação de Mulheres Empresárias da Província de Luanda
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CACS – Conselhos de Auscultação e Concertação Social
- CAPs – Comités de Acção do Partido
- CODESRIA – Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África
- DGA – Diagnóstico de Género de Angola
- DIFAMU – Direcção da Família e Promoção da Mulher
- ETA – Educação Tradicional Africana
- FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
- FNLA – Frente Nacional pela Libertação de Angola
- GUE – Guiché Único da Empresa
- GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- LIMA – Liga da Mulher Angolana
- MFA – Movimento das Forças Armadas (de Portugal)
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher
- NETD – National ETD Portal, South African Theses and Dissertations
- OMA – Organização das Mulheres Angolanas
- OSC – Organizações da Sociedade Civil
- OUA – Organização da Unidade Africana
- PIDE – polícia política portuguesa
- RAGA – Relatório Analítico de Género de Angola
- RAS – Revista Angolana de Sociologia
- RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
- RDC – República Democrática do Congo

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SWAPO – South West Africa People’s Organization

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – Frente Nacional pela Libertação de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WCAM – West Central African Mission

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<i>i. Histórias de vida como método para compreender o que não está registrado</i>	18
CAPÍTULO 1 – ANGOLA EM CONSTRUÇÃO, OLHOS PARA O NAMIBE.....	22
1.1 Do sentimento nacionalista à contínua busca pela paz	22
1.2 Namibe – a “terra da felicidade”.....	44
CAPÍTULO 2 – AS ANGOLANAS E A BUSCA POR EDUCAÇÃO, TRABALHO E ATUAÇÃO POLÍTICA APÓS A GUERRA CIVIL	54
CAPÍTULO 3 – AS TRAJETÓRIAS DAS LÍDERES NAMIBENSES E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE GÊNERO	72
3.1 Olhando para o Namibe pelos olhos de Arminda, Maísa e Neusa	73
3.2 Histórias cruzadas: as líderes que constroem um novo Namibe.....	90
3.3 Gênero e Liderança: dois conceitos importantes para a compreensão do objeto	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
APÊNDICES	128

INTRODUÇÃO

Angola surgiu para mim por convite da minha orientadora, que já estuda há anos o país. Há cooperações entre universidades de lá e de cá sendo construídas, cujos objetivos relacionam-se à construção de saberes próprios. Aceitei o desafio de desconstruir e de revirar meus conhecimentos ao estudar Angola.

Após o contato com estudos produzidos por pensadores/as de diversas frentes das “teorias do sul”¹, a primeira parte do desafio para investigar a África foi compor uma visita técnica à província angolana do Namibe em 2017, onde estão sendo desenvolvidos estudos por meio de parceria entre universidades de Angola, Brasil e Portugal. O intuito da visita técnica era conhecer, de forma breve, a organização comercial da província. Naquela altura eu ainda não havia definido meu objeto de pesquisa, mas considerando minha trajetória acadêmica e de ativista, meu olhar foi lançado automaticamente para as mulheres.

Tentei observar ao máximo quais atividades eram desempenhadas por elas dentro da pesca, nos grandes mercados das praças, no setor hoteleiro, no setor gastronômico ou no comércio como um todo. Fiquei atenta ao gênero das crianças que estavam indo para escola e para algumas instituições de ensino superior que conhecemos. Foi durante a visita e nos contatos estabelecidos com pessoas da região após à viagem que algumas mulheres chamaram minha atenção por diferentes motivos, mas principalmente porque exerciam funções de liderança na administração pública da região. Assim, interessei-me em conhecer as trajetórias dessas líderes e meu laço com o Namibe estava, então, estabelecido.

Como uma etapa para atender ao objetivo geral de compreender melhor a realidade das angolanas da atualidade pós-guerra civil, à época da proposição do projeto de pesquisa eu tinha como objetivo específico conhecer a trajetória de vida de quatro líderes namibenses. Para tanto, eu pretendia ouvi-las a respeito dos caminhos que percorreram em suas vidas para que chegassem aos lugares que ocupam atualmente, dos desafios que enfrentaram e das condições que permitiram tais trajetórias se concretizarem: a vivência durante as guerras, o acesso à educação, à qualificação e ao exercício profissional, bem como a atuação política, da infância à vida adulta. Além disso,

¹ Aqui entendo uma diversidade de estudos e pensamentos que criticam o conhecimento eurocêntrico, conforme entendimento em PANTOJA, Selma. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 46-70, 2016.

registrei a importância de compreender como elas manejam a conciliação cotidiana entre trabalho e família, bem como minha intenção de aproveitar a oportunidade para colher suas percepções a respeito dos impactos que suas atuações e suas instituições têm para a sociedade no Namibe, em especial para as mulheres.

Para tanto, e considerando que qualquer pesquisa a respeito de Angola exigiria de mim a formação de uma base mínima sobre sua história, estruturei esta dissertação em três capítulos. No Capítulo 1 busquei conhecer o contexto histórico de Angola e do Namibe, ao examinar a formação dos movimentos de libertação, o processo de independência e as forças que o levaram a uma guerra civil que durou quase 40 anos – e levando em conta os efeitos que essa guerra teve para a população, que até a atualidade é herdeira de diversos problemas sociais. Essa análise revelou uma importante reflexão sobre a relação entre o papel esperado das mulheres para a formação da nação e os lugares que ocupam hoje em relação ao exercício de sua cidadania.

Ao investigar a formação e a atuação dos movimentos nacionalistas, que posteriormente se tornaram partidos, identifiquei que há diversos enfoques: nas questões étnicas-linguísticas, nas questões regionais, nas questões de base política e ideológica, e na influência das instituições religiosas cristãs – protestantes e católicas. Tais aspectos se relacionam e se cruzam. Entretanto, escolhi dar maior atenção nesta dissertação para a formação ideológica dos movimentos a partir da influência religiosa, considerando que esta se estende para além da formação desses movimentos, impactando em projetos partidários e agendas governamentais, exercendo, principalmente, uma grande influência nas relações de gênero da sociedade angolana atual.

No que diz respeito ao Namibe, a província é brevemente apresentada a partir de suas características socioeconômicas e demográficas. A formação étnica da população recebeu no capítulo destaque devido à diversidade que forma a província, relacionada também com o contexto da guerra, como registro a seguir.

No capítulo 2 optei por realizar um levantamento preliminar de estudos sobre a situação social das angolanas na atualidade (período posterior à guerra civil), em que me pareceram centrais os temas do acesso ao mercado de trabalho, à educação e à participação política. Tal pesquisa considerou o que foi possível acessar do Brasil, permitindo-me preliminarmente conhecer parte do que já foi registrado sobre essas questões.

Além de algumas obras físicas, como a consulta ao livro organizado por Pantoja (2016) ou à obra de Namibe (2014), iniciei a busca em bases digitais, tendo como ponto

de partida a REDUnB², pois esta reúne diversas bases agregadoras e repositórios³ institucionais de artigos, dissertações, teses nacionais e internacionais, entre outros documentos⁴. As bases que forneceram mais resultados satisfatórios, no sentido de conterem mais estudos relacionados ao tema da pesquisa foram: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), a Revista Angolana de Sociologia (RAS) e o portal SciELO. As redes do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) e do National ETD Portal – South African Theses and Dissertations (NETD) continham pouco ou nada relacionado às mulheres de Angola, mas bastantes e importantes materiais referentes a gênero e poder: gênero como categoria analítica para as ciências sociais africanas, e estudos de caso na maioria localizados na Nigéria, África do Sul, Quênia e Moçambique. Tentei aproveitar esse material para algumas reflexões preliminares, que são discutidas no capítulo 3.

A pesquisa apresentada no capítulo 2 demonstra a larga produção de material a respeito da relação entre as angolanas e a informalidade, em detrimento de estudos sobre as mulheres que estão no mercado formal, com exceção de alguns como Serra (2007) e Quintas (2013). Mais especificamente, constatou-se uma carência de publicações a respeito das angolanas que ocupam funções públicas, desde as técnicas de nível local às de alta decisão em nível nacional, e que considerassem a conciliação do trabalho com a vida pessoal. A essa situação excetua-se algumas entrevistas presentes na dissertação de Silva (2013), mas que têm foco na capital do país, Luanda. Há igualmente uma carência de estudos centrados em histórias de vidas femininas, exceto os que são dedicados às combatentes da época da independência.

Em relação à localidade dos objetos dos estudos consultados, quando relacionados ao centro-sul sul do país, tiveram como campo as províncias do Huambo (QUINTAS, 2013), Benguela (GRASSI, 2000; AFONSO; CAETANO, 2015) e Huíla (SONGA, 2017), carecendo de registros da realidade específica das namibenses, exceto em alguns

² Rede da Universidade de Brasília que acessa repositórios acadêmicos de todo o mundo.

³ Destaco aqui os repositórios mais utilizados para essa pesquisa preliminar: Portal de Periódicos da CAPES; Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES; SciELO; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Web of Science; ProQuest; Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP); National ETD Portal – South African Theses and Dissertations (NETD); Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA); Revista Angolana de Sociologia (RAS); e Portal Filosofia Africana.

⁴ Nesse processo de pesquisa, percebi que quando não estão relacionadas a trabalho, educação, cidadania, participação social e política, grande parte das pesquisas relacionadas a mulheres angolanas são da área da Saúde (com foco na imunodeficiência humana – HIV – e na gravidez precoce) e da Religião (com foco no papel das associações religiosas na sociedade civil).

poucos dados referentes ao Namibe apresentados no Relatório Analítico de Gênero de Angola (RAGA) (MINFAMU, 2017) e no Censo (INE, 2016). Essa constatação não apenas deu vida ao meu objeto de pesquisa, como confirmou o meu interesse de tentar contribuir para o preenchimento dessa lacuna, a partir da realização de entrevistas para captar histórias de vida de quem cresceu em meio às guerras de independência e civil e hoje faz parte do governo da província. Assim, as trajetórias pessoais e profissionais de mulheres que ocupam funções de liderança na província do Namibe configurou-se como o meu objeto de pesquisa.

A realização de entrevistas com algumas mulheres, as quais identifiquei como funcionárias públicas no Namibe, constituiu uma expectativa de visibilidade às perspectivas sobre o papel social de suas funções e sobre as trajetórias que as levam a exercer tais atividades. Após elencar uma lista de contatos de algumas mulheres, tentei marcar entrevistas por meio virtual, mas apenas consegui realizar uma entrevista dessa forma. Entretanto, em 2019 tive a oportunidade de retornar ao Namibe para a realização da pesquisa de campo e consegui contatar mais oito mulheres que contemplavam o meu objeto de estudo. Desses oito contatos, realizei seis entrevistas de profundidade presencialmente.

Incluí no roteiro da pesquisa de campo uma breve passagem pelo município do Lubango, capital da Huíla, província vizinha do Namibe e onde está localizado o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) Huíla, uma universidade de referência em humanidades para a região sul de Angola. O objetivo dessa passagem foi tentar conhecer estudos produzidos localmente que tivessem relação com meu objeto de pesquisa. Dentro do espectro disciplinar e interdisciplinar que atravessa as ciências sociais, história, psicologia e pedagogia, encontrei majoritariamente trabalhos de conclusão de curso e dissertações a respeito de: relações de gênero nas chamadas “comunidades tradicionais” da região; estudos e etnografias sobre a formação de alguns municípios da região; e apontamentos da relação entre comunidades locais e grupos de imigrantes de outras regiões do país e do continente, como as populações *Bantus*; e sobre a relação com os colonizadores.

Esse levantamento, embora não tenha apontado algum trabalho a respeito da situação das mulheres no espaço urbano e nas instituições governamentais, revelou a existência de estudos de alta qualidade a respeito de comunidades atuais, que não estão acessíveis em meios digitais dos repositórios internacionais, mas que consistem em uma grande contribuição histórica e etnográfica para a compreensão da região.

O contato com as entrevistadas se deu a partir da visita técnica realizada em 2017, quando fomos auxiliados por Marcelino Pergivaldo, um professor da região. Ele conhecia pessoalmente algumas dessas líderes – sendo uma delas sua mãe (Arminda Santo) – e intermediou a marcação das entrevistas.

Como método, utilizei uma entrevista semiestruturada, no sentido de haver um roteiro de perguntas (tópico guia)⁵, porém com abertura para abordagem de quaisquer questões que pudessem surgir além das perguntas previstas (MINAYO, 2008), o que de fato aconteceu. As questões do tópico guia/roteiro foram elaboradas a partir de discussões prévias que tive com a orientadora a respeito de percepções que tivera no momento da visita técnica em 2017, bem como a partir da compreensão preliminar sobre o contexto angolano que os estudos levantados nos capítulos 1 e 2 permitiram.

Dessa forma, o capítulo 3 é dedicado às histórias de vida de sete mulheres que ocupam funções de liderança em órgãos públicos do Namibe, seja na administração direta, empresa pública ou na área da educação, especificamente na direção de escolas. A pesquisa de campo teve o objetivo de responder até que ponto conhecer esses percursos, desde a infância até os dias atuais, de quem atualmente goza de relativo poder, permite-nos apreender outras percepções a respeito da guerra civil, do acesso à educação, do trabalho, da formação política, do comportamento, do exercício da liderança, da relação Estado-Partido-Igreja e do cotidiano das angolanas em geral.

As trajetórias das entrevistadas são marcadas pela vivência e pela sombra do colonialismo, e exigem um olhar atento para a sua autorrepresentação e para as possíveis “ficções refratadas e infinitamente reconstituídas” (MBEMBE, 2001, p. 190) no ato de falar de si, uma vez que o colonialismo gerou utopias e alucinações compartilhadas por colonizadores e colonizados.

Um bom exemplo dessa “narrativa utópica do si mesmo”, revela-se na frequente ideia de “tradição” mencionada em alguns estudos no capítulo 2 e nas falas das entrevistadas no capítulo 3, ao explicarem as relações de opressão sobre as mulheres. Mbembe (2001, p. 170), ao tratar dos significados atrelados às diferenças entre colonizadores e colonizados, observa que, dentre várias ações, o colonialismo opõe a ideia de “tradição” – relacionada à existência africana - à experiência de humanidade universal, que só pode ser conquistada pela assimilação da razão ocidental, em uma contínua busca

⁵ O tópico guia encontra-se registrado no Apêndice 1.

por uma similaridade a essa referência. Logo, tem-se uma oposição eurocentrada e que nega as ambivalências dessa existência africana.

Nos estudos analisados no capítulo 2, muitas vezes o argumento central para o acesso à educação (em língua portuguesa) e à qualificação profissional é a libertação da mulher da opressão, sendo a “cultura tradicional” vista como a causa dessa opressão. Nesses estudos (cf. SILVA; CARVALHO, 2009; BINGA, 2016) pouca ou nenhuma relevância têm as influências do colonialismo em diversas esferas da sociedade angolana, e, conseqüentemente, no percurso feminino entre a iliteracia e a ocupação de uma função de liderança na sociedade. A perspectiva de gênero também é discutida, mas não são abordadas as outras formas de opressão correlatas, tais como a sobrecarga de trabalho doméstico, a violência doméstica, entre outras que não deixam de existir mesmo quando tais mulheres têm acesso à educação, ao trabalho e ocupam funções de relativo poder.

Por esse motivo, apostei em trabalhar com relatos de experiências vividas, portanto memórias, já que podem abrir possibilidades para novas abordagens a respeito dos traços do colonialismo no cotidiano feminino angolano, considerando que, quando a entrevistada se expressa, ela refaz o percurso que conta ao/à pesquisador/a (GAUDAD, 2015, p. 61). Logo, “refazer” o percurso da experiência vivida pode ser entendido como uma atualização ou uma (re)significação do passado pela força da memória (NUNES, 2005).

O capítulo 3 é dividido em três partes, considerando as limitações de se trabalhar com todas as histórias detalhadamente nesta dissertação. Na primeira, apresento três histórias de vida. Na segunda parte, trato das sete trajetórias, cruzando-as a partir dos principais pontos do tópico guia, a saber: sua origem étnica, regional, e vida familiar na infância; experiência com a guerra civil; formação acadêmica/intelectual; experiência profissional; experiência como mulher na liderança; ideia de um/a bom/a líder; relação com partido; relação com religião; situação marital, maternidade e atividades domésticas; ideias sobre desenvolvimento; sonhos e planos para o futuro. A última parte do capítulo aprofunda as reflexões levantadas na segunda, trazendo elementos conceituais e teóricos para uma melhor compreensão do objeto.

i. Histórias de vida como método para compreender o que não está registrado

Trabalhei com pesquisa do tipo qualitativa desde a elaboração do projeto, pois esse método utiliza dados básicos, obtidos diretamente dos indivíduos que vivem as

relações que se pretende estudar (GASKEL, 2011). A investigação pode ocorrer independentemente da quantidade de indivíduos, pois a pesquisa qualitativa não tem a intenção de comprovar representatividade ou a frequência de algum fenômeno estudado, e sim de compreender o seu sentido a partir da interpretação do significado que as pessoas dão a ele (CHIZZOTTI, 2006, p. 28). Para Gaskel, a entrevista qualitativa visa a “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (2011, p. 65).

Dessa forma, considerando a lacuna já mencionada a respeito do tema nos estudos registrados no capítulo 2, tornou-se nítida a necessidade de uma complementação de informações de outra natureza: das memórias de quem viveu alguns dos fenômenos que são analisados nesta pesquisa. Segundo Dollard “os estudos minuciosos da vida de um indivíduo revelarão novas perspectivas sobre a cultura como um todo” (1949, p. 4 apud CHIZZOTTI, 2006, p. 108).

Cabe ressaltar que a ideia de pesquisa qualitativa recobre um campo transdisciplinar, orientado por tendências diversas e adota “multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre (...)” (CHIZZOTTI, 2006, p. 28) com o intuito de interpretar os significados patentes ou ocultos do objeto de pesquisa. Dentro desse espectro, utilizam-se etnografias, pesquisas ativas, estudos de caso, histórias de vida, por meio de testemunhos, biografias, autobiografias, história oral, etnobiografias, entre outras, por meio de diversas técnicas como entrevistas, análise documental e de outros materiais semióticos (CHIZZOTTI, 2006).

A opção pela modalidade história de vida, no espectro da pesquisa qualitativa, deu-se pela escolha metodológica de utilizar experiências de vida para compreender de forma mais profunda as dinâmicas sociais que sofreram impacto das guerras de libertação e civil, no processo de construção de uma nação angolana independente, e que localizam os papéis esperados dos homens e das mulheres. Tratam-se de dinâmicas complexas que atravessam os mundos do trabalho, da educação e da participação política, chegando às relações domésticas; tais dados estão pouco registrados nos estudos disponíveis, o que não seria possível apenas por meio de diagnósticos quantitativos.

Julgo que a escuta de experiências vividas, por privilegiar a análise de acontecimentos muitas vezes negligenciados pelo fato de ocorrerem em espaços privados (GAUDAD, 2015, p. 62), pode ser uma forma para a compreensão de trajetórias femininas. Tal abordagem é, inclusive, uma proposta antiga de historiadoras feministas (SHULAMIT REINHARZ, 1992 apud GAUDAD, 2015, p. 62), com a qual esta

dissertação se identifica. Esta pesquisa apoia-se no suporte técnico da teoria crítica feminista, geralmente pensada por autoras chamadas “ocidentais” e também em alguns debates propostos por pensadoras/es africanas/os para as/os quais, há a necessidade de se questionar e adaptar algumas categorias de análise impostas pelo ocidente, como é o caso do conceito de gênero, por exemplo.

A trajetória de mulheres que chegaram a funções de liderança em instituições públicas no Namibe é um objeto de estudo ambivalente e complexo, no sentido de que são necessários múltiplos olhares para a compreensão dessas histórias de vida. A dinâmica entre a vida privada e a pública como a das entrevistadas pode engendrar diversas nuances do poder, a partir dos diferentes papéis que ocupam entre ser mãe/esposa e uma diretora provincial, por exemplo. Portanto, é intenção desta pesquisa compreender que mecanismos e negociações são necessários em suas vidas privadas, familiares e nas relações interpessoais de trabalho para que elas consigam chegar e se manter em lugares de exercício do poder público.

As histórias de vida do grupo de entrevistadas levantam vários pontos de conexão com a formação nacional, que é contextualizada no capítulo 1, na qual se observa uma imbricação da ideologia religiosa cristã e da partidária no que diz respeito ao papel feminino na formação da nação angolana. Essas trajetórias também podem ser conectadas à situação social de diversas outras angolanas que foram objeto das pesquisas apresentadas no capítulo 2, seja na reiteração de algumas semelhanças, seja para demonstrar discrepâncias e até um distanciamento identitário entre elas. Tais pontos de conexão engendram o levantamento de hipóteses sobre o lugar da mulher na sociedade angolana, o qual discuto no capítulo 3, como uma provocação preliminar cujo aprofundamento poderá contribuir para a compreensão das relações de gênero em Angola.

Reconhecendo minha trajetória como de uma brasileira branca, e sendo esta minha primeira experiência com a realidade africana, especialmente a angolana, com esta pesquisa pretendo agregar mais elementos para conhecimento produzido a respeito do Namibe, bem como às reflexões a respeito da realidade de suas mulheres. Espero que este texto possa, de alguma forma, contribuir para a ampliação dos pensamentos brasileiro e angolano, por meio da visibilização de perspectivas e visões de mundo até então não registradas academicamente, e que possa alargar as brechas que desafiam os saberes hegemônicos eurocêntricos e os sistemas de opressão que atuam sobre nós, mulheres. Quiçá, almejo também agregar no levantamento de questões e caminhos para as mulheres

angolanas, caso os considerem úteis para o fortalecimento da sua cidadania e para o desenvolvimento de suas comunidades.

CAPÍTULO 1 – ANGOLA EM CONSTRUÇÃO, OLHOS PARA O NAMIBE

1.1 Do sentimento nacionalista à contínua busca pela paz

Na década de 50 do século XX, intensificam-se os processos de independência na África, o que incentivou os movimentos nacionalistas em outras colônias (NEVES, 2007, p. 524). Em Angola, foi nessa época que, por incentivarem o nacionalismo, dissidências de partidos portugueses, movimentos sindicais, grupos de artistas e intelectuais e estudantes de missões protestantes passaram a ser perseguidos pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política portuguesa. Os primeiros ataques às forças coloniais consistiram em assaltar prisões para soltar os/as prisioneiros/as perseguidos/as (FERNANDO, 2012). Esses/as, refugiados/as na Europa ou em países recém independentes na África começaram a mobilizar contatos, elaborar ideologias, recrutar apoiadores/as e foram consolidando pouco a pouco o que se tornariam os movimentos angolanos pela independência, que depois seriam reconhecidos internacionalmente.

A libertação angolana não esteve desconectada de um contexto internacional e de pressões externas⁶; contudo, foi sustentada principalmente por movimentos internos, que iniciaram reflexões questionadoras anos antes, e que tinham o objetivo comum da independência de Portugal, porém com diferentes projetos para uma Angola livre (SILVA, 2007, p. 170). Portanto, a formação do Estado angolano é um reflexo do conflito entre as diferentes perspectivas dos movimentos nacionalistas internos, que representam diferentes grupos de elites originados ainda no período colonial, bem como é reflexo das forças geopolíticas da Guerra Fria (HORING, 2015).

Os estudos que abordam esse contexto consideram três os principais grupos nacionalistas, cujo diálogo e a definição do que seria uma nação livre não se concretizou com a saída dos portugueses. Há uma vasta literatura dedicada a compreender as origens e características desses movimentos, bem como suas divergências. Tal entendimento é imprescindível para a compreensão do cenário sociopolítico angolano atual. Algumas perspectivas destacam as diferentes bases ideológicas como fator de separação entre esses

⁶ Segundo Fernando (2012), desde os anos 1950 Portugal vinha recebendo diversas formas de pressão internacional para a libertação de colônias como Angola, Moçambique e outras. Os Estados Unidos chegaram a oferecer remuneração e propostas de parcerias econômicas, enquanto a ONU legitimava cada vez mais as organizações criadas por Estados africanos independentes, como a OUA (Organização da Unidade Africana). Portugal resistiu por muito tempo e então vários países passaram a apoiar diretamente os movimentos internos de independência angolanos.

grupos: o comunismo soviético, o nacionalismo liberal de influência estadunidense, o pan-africanismo “tribal”, o maoísmo chinês, entre outras (VIDAL, 2016; SILVA, 2007), bem como conjunções entre elas, características do contexto das independências africanas. Em outros entendimentos são destacadas as influências externas de outros países, seja pelo reconhecimento às demandas dos movimentos, pelo asilo político, ou pelo apoio direto na estruturação dos grupos de guerrilha, demonstrando como as conveniências conjunturais da tensão geopolítica internacional foram também significantes para a configuração da posição de cada grupo (FERNANDO, 2012; SANTOS, 2001; HORING, 2015). Tais influências externas, cabe-se ressaltar, deram-se também por meio de organizações religiosas, representadas principalmente pelas missões cristãs, que foram responsáveis pela educação de jovens angolanos/as desde o período colonial no aspecto da literacia, mas também tiveram influência na formação de valores nacionalistas (PAREDES, 2011; NEVES, 2007; TOMÁS, 2010). Há ainda outros estudos que dão maior atenção às diferentes origens étnicas e linguísticas dos dirigentes desses movimentos, e onde geograficamente estavam estabelecidas, influenciando alguns posicionamentos ora de oposição, ora de parcerias (HORING, 2015).

A FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola) – considerado o movimento mais antigo pela independência e derivado da UPA (União das Populações de Angola) – foi formada principalmente por angolanos refugiados no Congo e no antigo Zaire (Hoje República Democrática do Congo – RDC) que, sob a liderança de Holden Roberto, atuavam contra as forças coloniais na região norte do país, berço dos primeiros conflitos ainda durante o colonialismo português (FERNANDO, 2012). Segundo Horing, a questão étnica era a chave para esse movimento, não apenas por ter grande parte de seus dirigentes de origem *Bakongo*, mas pelo fato de seu posicionamento nacionalista remeter a um resgate do poderio dos antigos reinos da região, como o Reino do Kongo, um dos mais resistentes ao colonialismo português (HORING, 2015, p. 20-21). Tais insurgentes tinham como crítica aos demais movimentos o fato de terem ideais de liberdade orientados por valores coloniais (BITTENCOURT, 2008 apud HORING, 2015, p. 29). Os/as combatentes dessa região viviam próximos às missões inglesas batistas (PECLARD, 1998, p. 172).

Os combatentes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) – muitos deles intelectuais angolanos que haviam estudado em Portugal com apoio financeiro de missões protestantes metodistas – seguiam uma cúpula ideológica de matriz socialista liderada por Agostinho Neto, Lúcio Lara, Mário de Andrade, entre outros

(VIDAL, 2016). Após várias formas de organização e perseguição, foram ocupando a região da capital Luanda, ao noroeste do país, onde se concentrava grande parte dos aparelhos coloniais, e posteriormente se expandiram pelo território. Por serem, em sua maioria, descendentes mestiços de angolanos e portugueses, eram acusados de não terem relação próxima com a maioria da população, vítima da exploração portuguesa, e de não terem interesse real em romper com o colonialismo, mas apenas galgar melhores posições dentro do seu aparelho, considerando que eram ligados por sangue a esse poder (FERNANDO, 2012). Defendiam um nacionalismo que não distinguisse raça e origem étnica, mas que focasse a luta de classes (HORING, 2015, p.36). Dessa forma contaram com apoio do Congo para asilo de seus dirigentes, da União Soviética para financiamento de armamentos e equipamentos de guerra, e, inclusive, com reforço presencial de combatentes cubanos.

A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), grupo dissidente da FNLA e liderado por Jonas Savimbi, estabeleceu-se entre comunidades rurais do leste e do centro-sul de Angola, cooptando camponeses à luta (FERNANDO, 2012). Savimbi também figurava entre estudantes que se formaram fora de Angola, mas além de ter tentado fazer parte do MPLA e de ter sido Secretário Geral do FNLA por um tempo, não encontrou nesses movimentos eco para suas ideias nacionalistas. Sua principal reivindicação era que os dirigentes estivessem no território angolano lado a lado da população. Sua atuação de guerrilha deu-se justamente a partir de sua aproximação com camponeses das regiões mencionadas e, posteriormente, a partir de uma identificação étnica com os povos de origem *Ovimbundu*, concentrados na região central do país (HORING, 2015, p. 37). Das parcerias externas, destacam-se o treinamento de seus dirigentes na China e na Tanzânia, conturbadas relações com a Zâmbia, asilo no Egito, apoio da África do Sul e dos Estados Unidos e até acordos com Portugal para conter a expansão das forças do MPLA (FERNANDO, 2012, p. 47). Destaca-se ainda a relação do movimento com as missões protestantes congregacionalistas norte-americanas que estavam estabelecidas no centro-sul do país.

A guerra de independência iniciou-se, oficialmente, em fevereiro e março de 1961, com dois episódios envolvendo um assalto à uma prisão de presos nacionalistas – de autoria do MPLA –, e o ataque a fazendas de colonos no norte do país, – de autoria da UPA (HORING, 2015, p. 24). A partir de então, os ataques tornaram-se frequentes e visavam, geralmente, destruir aparelhos e comunidades coloniais, como as estradas de ferro, gerando não apenas uma sensação de terror entre os colonos, como também

prejudicando a economia portuguesa. A réplica foi dura: Portugal intensificou o envio de tropas militares para reprimir as guerrilhas (FERNANDO, 2012).

Para Santos (2001, p. 102), a emancipação de Angola – uma das últimas nações libertas da colonização europeia em ordem cronológica – tratou-se mais do que uma luta local pela independência, pois a realidade vivenciada pelos/as angolanos/as é parte do conflito geopolítico entre as forças dos Estados comunistas (lideradas pela URSS) e as forças das democracias liberais (lideradas pelos Estados Unidos), no contexto da Guerra Fria. Em sua obra dedicada à biografia de Jonas Savimbi, Fernando (2012) demonstra detalhadamente as relações que os movimentos tinham com outros países durante e posteriormente as lutas pela independência. Os apoios externos deram-se na forma de financiamento, armamento, mantimento, treinamento de guerrilheiros, permissão para deslocamento dos guerrilheiros pelos territórios vizinhos a fim de alcançarem pontos estratégicos de Angola, além de abrigo para que dirigentes pudessem se esconder. Tais apoios variavam de acordo com as forças internacionais, situação vivenciada por diversos países africanos, cujas independências e construções sociopolíticas pós-independência são marcadas por conflitos e parcerias dinâmicas (FERNANDO, 2012, p. 41).

Das formações dos movimentos nacionalistas, estudos atuais têm conferido especial atenção à participação das mulheres. Para Moorman (2016) o MPLA, que vem de uma base ideológica protestante metodista, hierárquica, paternalista e autoritária, tem a família como um símbolo arquetípico para o projeto de nação desejado. Logo, os papéis de homens e mulheres seguem uma lógica ocidental de gênero, em que os homens estão relacionados ao progressismo das ideias de libertação e as mulheres ao tradicionalismo, ambos elementos considerados importantes para a construção da nova nação angolana. O discurso oficial do MPLA chama as mulheres para a libertação – inclusive de gênero; entretanto, a sua participação nas guerrilhas encontrou diversos obstáculos cotidianos, colocando-as em papéis de retaguarda, como em telecomunicações, diplomacia no exílio, condução de caminhões, alimentação de combatentes, entre outros. A partir de diários e depoimentos de guerrilheiras dos maquis (combatentes camponeses/as), Moorman observa que, mesmo participando dos treinamentos de guerrilha, a estrutura de funcionamento do movimento deixava as mulheres o máximo possível longe das armas (2016, p. 199).

Ducados (2004) destaca que os registros sobre a participação das mulheres na guerra, a partir da percepção delas próprias, são em sua maioria testemunhos orais. Elas estão praticamente invisíveis nos documentos oficiais, embora tenham instigado a criação

de grupos internos dentro dos grandes movimentos. Tais subgrupos tinham intuito de dar significado e de fortalecer a participação feminina nesses movimentos e, posteriormente, também nas agendas dos partidos que formariam na Angola independente. Para a autora, enquanto as mulheres da OMA (Organização das Mulheres Angolanas) tinham laços mais próximos com os líderes do MPLA, as mulheres da LIMA (Liga da Mulher Angolana) eram afastadas dos líderes da UNITA, que muitas vezes omitiam sua participação; receava-se uma má repercussão de sua imagem relacionada à participação das combatentes, mesmo contando com um importante apoio dessas mulheres para a cooptação dos jovens para a luta (DUCADOS, 2004, p. 59).

Na prática, as mulheres exerceram importantes papéis de retaguarda e de pouca visibilidade (PAREDES, 2011; CANDIDO, 2016), ao mesmo tempo rompendo com as funções estritamente domésticas que desempenhavam anteriormente à mobilização nacionalista. No entanto, mantinham-se suas atuações distantes das armas e das grandes decisões. Para Paredes “A invisibilidade é um meio poderoso de inferiorização e discriminação das mulheres [...]” (2011, p. 7). Nesse sentido, Moorman (2016) destaca que mesmo que os discursos oficiais do MPLA, via OMA, defendessem uma libertação das mulheres, as forças sociais e culturais restringiam tal libertação por meio das relações íntimas e cotidianas. Paredes (2011) vai ao encontro dessa constatação ao estudar os diários de Deolinda Rodrigues – a única mulher a fazer parte do comitê dirigente do MPLA nos anos 60⁷. Ela observa como as lógicas socialistas e protestantes caminhavam juntas nas bases ideológicas do MPLA, que traziam a emancipação das mulheres como uma das questões para a nova nação, ao mesmo tempo que em suas famílias colocavam as mulheres em lugar de subordinação aos homens.

A pauta das mulheres da OMA levantou a importância da alfabetização delas, por exemplo, mas não criticou a família, a estrutura em que as relações de gênero se baseavam e que davam entendimento aos modelos maiores de nação (MOORMAN, 2016). A emancipação da mulher era uma pauta subalterna dentro da pauta maior, que era a independência (“*not now, later*”⁸). O significado de “família” para o estabelecimento dos lugares das mulheres e dos homens na sociedade, como um arquétipo projetado para a ideia de nação a ser forjada pelo MPLA, segundo Paredes (2011, p. 2), teve grande influência da cultura religiosa metodista protestante.

⁷ Deolinda também era prima de Agostinho Neto e morreu em combate em 1967 (PAREDES, 2011).

⁸ Em português: “Agora não, depois.”

Considerando as reflexões de Moorman e Paredes, bem como o meu objeto de estudo, acredito ser importante que esta contextualização reserve uma atenção especial para o papel das instituições religiosas cristãs na atuação dos movimentos nacionalistas e, posteriormente, para a formação da nação angolana independente e para os papéis ocupados pelas mulheres e homens nela. Ademais, segundo Mbembe, o campo religioso é um aspecto incontornável da análise das sociedades africanas atuais (2013, p. 21).

A esse respeito, há diversos estudos focados no envolvimento de padres e pastores e nas perseguições que eles sofreram quando se aliaram aos movimentos nacionalistas. Boa parte desses estudos dão maior atenção às influências protestantes para a formação da consciência nacionalista, como é o caso da pesquisa de Tomás (2010). Os missionários protestantes – a maioria de origem da América do Norte e do Reino Unido – já eram vistos com maior desconfiança pelas autoridades portuguesas mesmo antes dos conflitos pela independência se concretizarem, pois promoviam a língua local em detrimento da portuguesa (SHUBERT, 2000, p. 34-35 apud NEVES, 2007, p. 513). Já as missões católicas eram consideradas as “igrejas do Estado” português, parte da missão civilizadora colonial.

Entretanto autores/as como Péclard (1998), Neves (2007), Comerford (2012), entre outros/as, mostram que a dicotomia entre “protestantes anticoloniais” *versus* “católicos colonialistas” não é verdadeira, embora fosse uma ideia frequente nos primeiros momentos da tensão nacionalista. Tal impressão foi se dissolvendo à medida que a prática fiscalizadora da PIDE passou a atuar de forma sistemática nas estruturas das missões de ambas instituições⁹ (LUCE, 2015): Basta olhar para os grandes nomes dos futuros partidos políticos de Angola para verificar a influência das Igrejas: Holden Roberto, Jonas Savimbi e Agostinho Neto eram protestantes. Mário Pinto de Andrade e José Eduardo dos Santos eram católicos.” (NEVES, 2007, p. 518).

A igreja católica já se fazia presente em Angola desde o século XVI (NEVES, 2007, p. 511). Apenas a partir da Conferência de Berlim (1884-1885), quando foi permitida a entrada de missionários de quaisquer confissões religiosas na África, iniciou-se a chegada de missionários protestantes. Ambas as missões traziam entre seus objetivos catequizadores/evangelizadores a conversão ao cristianismo e a alfabetização como práticas civilizatórias (NEVES, 2007). Porém, enquanto as instituições católicas impunham o projeto colonial de assimilação dos povos locais exclusivamente por meio

⁹ As instituições construídas pelas missões católicas e protestantes iam desde igrejas a escolas, hospitais, entre outras (TOMAS, 2010).

da Língua Portuguesa (TOMÁS, 2010, p. 16), as missões protestantes foram angariando cada vez mais fiéis, principalmente nas regiões do centro-sul do país, por meio da evangelização na língua vernacular, no caso o *Ovimbundu*. Para Tomás, essa diferença¹⁰ não se trata de um mero detalhe, mas de um fator importante para a formação conflituosa do Estado angolano.

[...] após a independência que se registam novos contornos nas contradições entre as igrejas (católica e protestantes) e destas com os movimentos nacionalistas que, por sua vez, no afã de estabelecerem alianças políticas, fomentaram as divisões entre aquelas no quadro da reconciliação e do projecto da construção da nação. (TOMAS, 2010, p. 4)

Ainda nos anos 50, nativos protestantes começaram a reivindicar lugares de poder nas administrações das igrejas. Para Tomas (2010, p. 23), a lógica dessa reivindicação era a mesma que incentivava os sentimentos de independência e autodeterminação, pois a igreja protestante foi “gestora de uma certa estrutura de participação comunitária e de conciliação de interesses populares na prossecução de objectivos comuns” (2010, p. 18).

A partir de um sentimento autodeterminação foi sendo desenvolvida “uma comunidade imaginada como real” no centro-sul do país (ANDERSON, 2005 apud TOMAS, p. 47) cuja ideia de nação estava assentada em laços resultantes de sistemas culturais diferentes daqueles partilhados no contexto do colonialismo direto e também diferentes dos sistemas que foram se formando no norte do país. A identidade *Ovimbundu* protestante, que passou a reivindicar uma nação para si, se fortalecia na resistência às opressões das elites, sejam elas coloniais ou simplesmente urbanas (PECLARD, 1998 apud TOMÁS, 2010, p. 47). Para Tomás, portanto, o espaço da igreja deu sentido à ideia de nação ao indivíduo, na medida em que ela atua como mediadora entre ele e a nação/Estado.

Ainda segundo esse autor, a dicotomia entre protestantes e católicos nunca se dissolveu por completo, e o diálogo ecumênico nunca aconteceu de fato (2010, p. 7). Logo, se o sentimento nacionalista foi compartilhado por missionários/as de ambas as confissões religiosas, as identificações com os projetos de nação que iam sendo

¹⁰ Além da evangelização em língua vernacular, Tomás destaca que “A ausência de uma lógica vertical de organização e de uma hierarquia de poder central são os aspectos mais importantes da forma como os missionários evangélicos se distinguiam das práticas católicas, percebidas, por estes e pelos nativos, como decalcadas do Estado colonial português.” (TOMAS, 2010, p. 15)

construídos certamente diferiam entre os/as fiéis dessas religiões, o que contribuiu para a ocorrência da guerra civil pós-independência, mesmo não sendo o único fator para isso.

Cabe destacar que as diferentes formas de consciência geradas por essas missões contribuíram para o recrudescimento do aspecto étnico na identificação da população com os movimentos de libertação, e tais consciências foram projetadas na disputa de poder entre os partidos que se formaram a partir desses movimentos (TOMÁS, 2010, p. 82). Como os espaços ocupados pela UNITA coincidiam com os lugares onde havia maior concentração das missões protestantes congregacionistas (centro-sul do país), o movimento foi gradualmente agregando a identidade *Ovimbundu* ao seu projeto de nação¹¹. Da mesma forma, a identificação étnica *Bakongo* que dialogava com as missões protestantes batistas no norte do país havia dado sentido à mobilização da FNLA. Isso contribuiu para a cooptação de mais combatentes e, no caso da UNITA, para que se tornasse uma forte frente de resistência ao poderio do MPLA (MESSIANT, 1994, apud HORING, 2015, p. 30). Comerford caracteriza muito bem essa relação:

For the Protestant Churches, because of missionary methodologies, historical differences between ethnic groups became religious differences and subsequently political differences when the nationalists parties emerged from within these ethnic-religious identities (2012, p. 49).

Entretanto, compreender a influência ideológica das missões cristãs junto aos movimentos de libertação não significa atribuir o nacionalismo angolano unicamente à agência das missões. Segundo Péclard (1998), muitas vezes o envolvimento desses missionários com os movimentos partia de suas crenças pessoais, e não institucionais, em um processo que frequentemente saía de seu controle (HASTINGS, 1981 apud PECLARD, 1998 p. 163-164)¹².

Proponho, ainda, analisar a influência cristã nos movimentos nacionalistas com outras perspectivas. Para Mbembe (2013) deve-se considerar o fenômeno da “indigenização do cristianismo” na África, para o qual a evangelização e a formação de

¹¹ Segundo Henderson (2001, apud TOMAS, p. 19) “a relação da igreja com um movimento político era ainda mais intrincada, pelo facto de Jonas Savimbi ter ido buscar «[...] conceituados educadores no seio da igreja, para ocuparem cargos de secretários nos vários ministérios»”.

¹² A forma de participação também variava: fossem protestantes ou católicos, Neves (2007) demonstra que o envolvimento era caracterizado desde o apoio às famílias dos combatentes até o envolvimento direto com os movimentos nacionalistas. Em relação à igreja católica, Comerford (2012) registra que, nos primeiros momentos de independência e da formação do Estado angolano, ela também foi ganhando grande respaldo da população por promover um espaço público de expressão de ideias alternativamente ao autoritarismo centralizado do novo governo que, segundo ele, não representava realmente a voz do povo e cujas decisões eram tomadas em fechados círculos de poder (2012, p. 46).

consciências nacionalistas só foram possíveis porque os povos africanos atribuíram seus próprios significados às ofertas cristãs (MBEMBE, 2013, p. 26). Isso é corroborado por Peclard (1998, p. 163) que observa: o “Cristianismo na África foi se tornando cada vez mais africano”¹³.

Para Mbembe (2013), a evangelização é uma via de mão dupla, de contato e de mudança mútua entre culturas. Na colonização, a conversão religiosa iniciou-se como uma tática de sobrevivência para os/as africanos/as; mas, suas relações foram se desenvolvendo com diversas nuances de poder, passaram por constantes ressignificações. Não por acaso, NEVES (2007) relata que muitas lideranças de missões foram sendo ocupadas por padres e pastores mestiços ou africanos, o que conferia ainda maior força à identificação das comunidades imaginadas como nação:

[...] a importância que os protestantes atribuíam à escola fizera com que surgisse uma elite educacional, que terminara com êxito o seu estudo primário e que, por conseguinte, sabia ler e escrever, o que lhe conferia um certo prestígio. Em segundo lugar, a Igreja protestante era dirigida muito especialmente por leigos e leigas e, internamente, o sistema que vigora era uma democracia representativa. O povo tinha já uma certa experiência de organização e administração de escolas e clínicas e de pôr em prática programas de melhoramento das aldeias. Em terceiro lugar, as atitudes antiprotestantes tomadas pelas autoridades portuguesas predispos a comunidade protestante a ser anti portuguesa e anticolonial (HENDERSON, 2001, p. 321 apud TOMAS, 2010, p. 18).

Além de manifestações pulverizadas e independentes em missões locais, registram-se posicionamentos institucionais das Igrejas, que foram também importantes para o fortalecimento dos movimentos. Entre eles, destaca-se o evento em que o Papa Paulo VI visitou a África e discursou sobre o direito de autoafirmação de todos os povos. Posteriormente o pontífice recebeu no Vaticano, em 1970, os nacionalistas Agostinho Neto, Marcelino Santos (FRELIMO – Moçambique) e Amílcar Cabral (PAIGC – Guiné Bissau e Cabo Verde). Segundo Neves (2007), tais eventos foram significantes para o enfraquecimento da repressão colonial portuguesa contra a independência de Angola.

Contudo, no que tange o tema da relação das igrejas cristãs com a libertação angolana, meu maior interesse está na análise da influência religiosa nos paradigmas e

¹³ Esse tema é também desenvolvido por Mudimbe, a partir do conceito da “teologia da encarnação” que tem a “negritude and black personality as expressions of an African civilization, African history with its own symbols as a preparation for Christianity, and finally the experience of slavery, exploitation, and colonization as signs of the suffering of God's chosen ones”, o que confere à crença cristã africana uma ideia de que eles são “os verdadeiros escolhidos”. Para Mbembe (2013) a ideia do destino universal da revelação da teologia cristã só encontra respaldo para a conversão africana a partir da crítica dessa universalidade, o que modificou estruturalmente essa teologia no continente (2013, p. 43)

nos valores que embasaram as ideologias dos movimentos. Essa interferência se estendia aos partidos, a suas agendas, aos comportamentos políticos e às relações de gênero da atualidade. Ao analisar o comportamento discursivo de Jonas Savimbi, líder da UNITA, a reprodução de um registro do agente da CIA, John Stockwell, que Fernando (2012) faz, materializa essa relação:

[...] A actuação reflectia a sua educação missionária – o seu pai tinha sido orador evangélico em *part-time* – e a reacção da multidão era espiritual, mais parecida com a reunião de um pregador do que uma reunião política. Segundo o meu intérprete, ele estava a dar palavras de ordem proféticas: ‘A UNITA é a esperança de Angola’; ‘Nós derrotamos os portugueses, derrotaremos o MPLA’; ‘A UNITA dominará’. Após o seu discurso, sentou-se calmamente (2012, p. 68).

No que tange às relações de gênero, conforme levantou Paredes (2011, p. 2), pouca reflexão está publicada a respeito dos paradigmas católicos e protestantes nos papéis de homens e mulheres para a nação que se formava. Se Neves (2007) cita a falta do feminino – a partir da avaliação de Monsenhor Alves da Cunha – como um dos fatores para a falta de sucesso na catequização dos nativos até que chegassem as primeiras “irmãs missionárias” em 1882 (2007, p. 512-513), pouca ou nenhuma análise é desenvolvida sobre o diferencial dessas missionárias na formação de consciências, sejam nacionalistas ou sobre as identidades a serem preenchidas por homens e mulheres nas famílias que construiriam uma nova nação. Na maioria dos textos consultados sobre o tema das igrejas em Angola não há qualquer menção ao feminino, seja sobre a trajetória/biografia de alguma missionária ou dos papéis esperados das fiéis angolanas.

Luce (2015), excepcionalmente, observa o caráter moralizante da atuação das missões protestantes congregacionalistas da West Central African Mission (WCAM) na imposição de uma ética de família nuclear acoplada a um comportamento cidadão crítico:

The WCAM ethic imposed a moralism that frowned on alcohol, extra-marital sex, and even certain styles of dancing, while at the same time it emphasized literacy and education within a system that encouraged notions of self-determination and even political Independence (2015, p. 106)

Para o autor, portanto, ao mesmo tempo que a independência política era encorajada como pensamento, os missionários tinham intenção de educar os meninos para se tornarem professores, catequistas ou pastores, e as meninas para as habilidades domésticas que uma noiva protestante deveria ter (LUCE, 2015, p. 106). Essa moral pode remeter à formação de uma consciência de nação compartilhada entre homens e mulheres,

mas que, por elas, apenas poderia ser vivida a partir de um lugar subalterno do seio familiar¹⁴.

Durante a resistência contra as forças coloniais, o MPLA foi crescendo em adesões pelo país, mesmo com a existência de contradições internas e de ofensivas trocadas com os outros dois movimentos. Paralelamente, a UNITA estendia seu poderio no centro-sul, contando, inclusive, com o apoio de Portugal, com quem se registram acordos para travar a ação do MPLA pelo interior do país em troca da livre circulação dos combatentes da UNITA (FERNANDO, 2012, p. 54)

Desde o início do conflito em 1961, Portugal reforçou a defensiva enviando mais tropas para reprimir o crescimento e os ataques dos movimentos, em um processo desgastante que durou mais de doze anos, gerando gastos públicos, além da ocorrência da morte de cerca de 10 mil soldados e de ferimentos em 30 mil combatentes do lado português (SOMMERVILLE, 1986 apud HORING, 2015). Tratou-se de um esforço contrário às tendências de descolonização em curso pela França e Grã-Bretanha (CAPOCO, 2013, p. 147), uma vez que o regime salazarista era completamente dependente da produção colonial, em uma relação monopolista de aquisição dos lucros da exportação das matérias primas das colônias pela importação de manufaturados portugueses (HORING, 2015).

O “Estado Novo”, regime burocrático e altamente militarizado adotado por Salazar desde a década de 1920 em Portugal, tinha uma perspectiva imperialista e opressiva que já vinha sofrendo críticas domésticas (HORING, 2015). O alto investimento contra as guerras de independência prejudicava a economia do país e intensificou uma crise interna, que culminou na formação do Movimento das Forças Armadas (MFA), formado por militares portugueses que haviam sido lotados nas colônias africanas. Em 25 de abril de 1974, o MFA aplicou um golpe de Estado que levou o regime do “Estado Novo” ao fim, abalando as ofensivas aos movimentos de libertação em suas colônias (HORING, 2015).

Com as atenções e recursos voltados para a metrópole, as tropas portuguesas em território angolano iniciaram contatos informais com os movimentos para um cessar fogo gradual (FERNANDO, 2012). Segundo Fernando, nessas negociações destacava-se o protagonismo de Savimbi (UNITA), que já vinha negociando com Portugal antes do golpe e se esforçava para intermediar o diálogo entre os três movimentos na busca de uma

¹⁴ A sobrevivência a esse padrão nas relações sociais atuais será analisada nos próximos capítulos, a partir das trajetórias das entrevistadas.

solução para a transição da colônia para o Estado independente, enquanto Agostinho Neto e Holden Roberto resistiam em dialogar entre si em nome do MPLA e da FNLA, respectivamente (CAPOCO, 2013, p. 138). Quando o encontro entre os três movimentos foi possível na “Cimeira de Mombaça”¹⁵, propôs-se a formação de um Governo de Transição¹⁶ a ser instalado em Luanda e formado por um comitê de técnicos portugueses e dos três movimentos, com o objetivo de dar suporte institucional no planejamento de uma plataforma comum de negociação com Portugal, visando à realização das primeiras eleições imediatamente após a Independência, prevista para dali dez meses.

Dentre alguns entendimentos desse encontro destacam-se: o cessar fogo entre os movimentos; a formação de uma só força armada na capital – constituída por combatentes dos três movimentos; a busca por uma unidade angolana contemplando a enclave da Cabinda; a cidadania de todos os nascidos em Angola; e a legitimidade exclusiva dos três movimentos para a gestão da transição e para concorrência às eleições (CAPOCO, 2013).

O que se pretendia implementar do chamado “Acordo de Alvor” tornou-se um fracasso, pois ao mesmo tempo que se negociava o cessar fogo, a FNLA continuava a receber apoio financeiro e armamentos dos Estados Unidos e do Zaire, assim como o MPLA recebia apoio da União Soviética. Mesmo a UNITA, que nesse período encontrava-se com suas tropas defasadas e, aparentemente, mais dedicada à conciliação entre os movimentos, não deixou de procurar apoio da China e da Coréia do Norte, segundo registros de Fernando (2012, p. 67). O clima de desconfiança, a omissão de Portugal¹⁷ e a incapacidade de diálogo dos três movimentos durante a tensão do governo de transição contribuíram para o insucesso do acordo.

Para Horing (2015) o fator geopolítico passa a ganhar maior peso no governo de transição e potencializa o caráter não pacífico do processo de descolonização angolano, tendo em vista a contribuição de diversos países para o fortalecimento do poder de fogo de cada movimento. Em meados de 1975 começam os ataques entre a FNLA e o MPLA. Este último passou a receber também apoio humano de tropas cubanas, conferindo-lhe

¹⁵ Segundo Capoco (2013), a reunião ocorreu no Quênia, e foi mediada pelo presidente queniano Jomo Kenyatta em janeiro de 1975. De lá ficaram definidas as propostas a serem tratadas posteriormente com Portugal na “Cimeira de Alvor”.

¹⁶ O Governo de transição foi previsto para ocorrer entre fevereiro e novembro de 1975.

¹⁷ É interessante destacar que referente à atuação de Portugal na transição Capoco (2013) e Horing (2015) caracterizam uma mediação ineficiente no conflito dos três movimentos. Já Fernando (2012) detalha mais tal fato ao mencionar a explícita tendência do militar português Rosa Coutinho (p. 70), o “almirante vermelho”, em incentivar animosidades entre os colonos brancos e os angolanos negros em Luanda desde antes do governo de transição, demonstrando forte tendência de apoio ao MPLA; por outro lado, menciona a tendência do alto-comissário português Silva Cardoso em apoiar a UNITA durante as tratativas de Alvor (p. 67).

grande vantagem em relação aos movimentos oponentes, e que lhe permitiu a expulsar as tropas da FNLA e – as poucas forças – da UNITA da capital Luanda, aos poucos ocupando as cidades estratégicas da região costeira e do interior: “[...] os cubanos e a FAPLA¹⁸ adentraram Huambo em 08 de fevereiro, Lobito e Benguela em 10 de fevereiro, Sá de Bandeira em 16 de fevereiro e Moçâmedes em 17 de fevereiro” (HORING, p. 52).

Segundo análise de Capoco (2013), a guerra de libertação já se configurava, em vários aspectos, como uma guerra civil entre os três movimentos, cujos interesses eram inconciliáveis mesmo antes da independência. O governo de transição, bem como o Acordo de Alvor, consistiu apenas em uma trégua para um conflito que já estava em curso, sendo a independência apenas uma etapa para o objetivo final visado por cada um dos movimentos – a tomada do poder de Angola, cujos interesses internacionais foram se delineado de forma que “[...] a Guerra Civil tomou novos contornos, passando a ser caracterizada como palco de uma guerra que, paulatinamente, adquiriu traços de um conflito leste-oeste.” (HORING, 2015, p. 50)

Em pouco tempo a UNITA foi fortalecida pelo envio de tropas da África do Sul. Com a visível vantagem do MPLA, e após anos de apoio secreto ao FNLA, os Estados Unidos oficializaram também o seu apoio à UNITA (FERNANDO, 2012, p. 67) e passaram a incentivar sua união com a FNLA contra o MPLA. Na proximidade da data prevista para a oficialização da Independência de Angola, os três movimentos ignoram o Acordo de Alvor partindo, por meio do conflito armado, à disputa de qual seria o partido a tomar o poder naquela data. Assim, no dia 11 de novembro de 1975 “Agostinho Neto declarou o nascimento da República Popular de Angola, ao passo que FNLA e UNITA anunciaram a formação da República Popular Democrática de Angola, com sede em Huambo” (HORING, 2015, p. 52). Entretanto, o reconhecimento imediato da hegemonia da República Popular de Angola por alguns países¹⁹, dado o poderio do MPLA em cidades estratégicas, conferiu maior legitimidade internacional a este movimento.

Angola iniciava assim a construção do seu Estado-nação: em meio a uma guerra civil e como uma República autolegitimada pelo MPLA (SILVA, 2007, p. 178), no sentido de não haver uma legitimidade total interna e de haver grande extensão do território ocupada pela UNITA, considerando o fracasso da sua parceria com a FNLA ainda no início de 1976 e o enfraquecimento desta última (FERNANDO, 2012).

¹⁸ As FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) eram grupos guerrilheiros ligados ao MPLA.

¹⁹ A OUA (Organização da Unidade Africana) e Portugal reconheceram a soberania do Estado de Angola em fevereiro de 1976 e a ONU a reconheceu em dezembro do mesmo ano (CAPOCO, 2013, p. 166-168)

Entretanto, para Santos (2001, p. 127), a situação que posteriormente seria vivenciada pelos/as angolanos não se caracterizaria como uma verdadeira participação da maioria da população na guerra civil – ela apenas sofreu as consequências do conflito armado. Messiant (2004) caracteriza essa situação como uma “guerra de homens ricos”, em que todos os recursos do país estavam à disposição da guerra: os ganhos do petróleo para o partido no poder e armas e suporte financeiro internacional para a política de guerra para ambos (2004, p. 17).

Considero essa análise importante, mesmo que seja uma entre várias, pois ela realça a vulnerabilidade a que a população ficou exposta a partir da dificuldade de conciliação que Angola enfrentaria mesmo durante 40 anos após a independência. Homens, mulheres e crianças foram afetados/as em seus Direitos Humanos mais básicos, em meio a uma disputa de três lideranças pelo poder (HORING, 2015, p. 27). Dessa forma, o tema da “reconciliação nacional” ainda se faz presente em praticamente todos os estudos sobre a situação sociopolítica atual de Angola, bem como nas palavras de algumas entrevistadas desta pesquisa.

Para Ducados (2004), a guerra civil para as angolanas gerou efeitos específicos. Como elas eram e são as responsáveis pela alimentação da família, no hábito diário de buscar comida e água, por exemplo, tornaram-se as maiores vítimas de explosão de minas terrestres. Fora as mortes causadas pela guerra, as mulheres também eram estupradas por combatentes dos movimentos, que se aproveitavam do uso da força de fogo para subjuga-las. A morte dos maridos e companheiros, tornava-as ainda mais vulneráveis aos estupros, que não deixaram de existir mesmo após o fim da guerra em 2002 (2004, p. 59).

A autora também cita a prostituição como alternativa de sustento para jovens mulheres como um forte contributo para a permanência de sérios problemas de saúde e de exclusão social. Havia também a ocorrência de rapto de mulheres de suas comunidades para casamento forçado com combatentes (DUCADOS, 2004, p. 60). Segundo a autora, nunca houve reparação oficial às vítimas dessas situações, o que distancia ainda mais as perspectivas de reconciliação, tendo em vista que as marcas deixadas nas histórias de vida das/os envolvidas/os mantêm relações hostis.

Em uma análise socioeconômica, Afonso (2005) observa que os conflitos da guerra civil atingiram principalmente as populações rurais, forçando homens e mulheres de diversas regiões do país a migrarem para as regiões urbanas em busca de maior segurança e trabalho, tendo em vista a impossibilidade de manterem as atividades agropecuárias em meio à guerra. Essa situação acabou gerando uma concentração

populacional urbana e periurbana para a qual não havia oportunidades de emprego e de inserção social, na qual as mulheres eram e são severamente afetadas pelo desemprego e pela pobreza, por não possuírem suficiente qualificação profissional (AFONSO, 2005, p. 1; LIBERATO, 2017, p. 1001). Durante a guerra civil, pontes, estradas, barragens e caminhos-de-ferro foram destruídas, bem como gradualmente os sistemas de saúde e de educação foram rompidos em diversos lugares (AFONSO, 2005, p. 3).

Uma primeira fase pós-independência, que se refere aos primeiros anos do governo do MPLA, é caracterizada por uma perspectiva socialista materializada pelas políticas de redistribuição agrária, aparelhamento de serviços públicos, bem como uma governação centralizada na figura do presidente (VIDAL, 2016). Tratava-se de um regime de Partido-Governo que tinha o monopólio estatal da comunicação social (CAPOCO, 2013), gerida em paralelo à guerra civil e à uma pressão internacional para o enquadramento de Angola e outros países de governos auto-instituídos, de viés autoritário, à ordem democrática liberal. Messiant (2004, p. 17) caracteriza o Partido-Governo do MPLA desse período por um tipo de “socialismo selvagem” baseado em arbitrariedades e privilégios de uma da cúpula governante envolvida em corrupção massiva, somados à resistência a mudanças políticas, aos fracassos nas tentativas de realizar reformas econômicas, e ao abandono de grande parte da população à crescente miséria.

Cada vez mais hegemônica, a ordem internacional democrática-liberal não atuou desvinculada de pressões econômicas e foi isolando países como Angola, supostamente alinhados ao “lado perdedor” da Guerra Fria – o bloco socialista – até se encontrarem em graves crises econômicas. As pressões geopolíticas e econômicas, somadas ao desgaste da guerra civil, levaram à assinatura de um Acordo de Paz (Bicesse)²⁰ entre UNITA e MPLA, que este último aceitou de maneira relutante. O Acordo levou o Partido-Governo a se comprometer com uma transição para a economia de mercado, com o reconhecimento da UNITA como um partido legítimo e à convocação das primeiras eleições, a serem realizadas em 1992, recolocando o país para uma democracia multipartidária (MESSIANT, 2004, p. 18). Schubert (2013) analisa esse contexto de forma crítica:

As eleições decorreram em arenas que são relevantes para o Estado e permitiram que Angola entrasse em diálogo com o sistema internacional de estados-nação, que postula a democracia como fator de legitimidade e desenvolvimento. Como o Governo está empenhado em

²⁰ As negociações ocorreram em maio de 1991 em Portugal sob a mediação de uma *Troika* composta de Portugal, União Soviética, e Estados Unidos. (MESSIANT, 2004, p. 18)

melhorar a sua reputação regional e internacional, é do seu interesse parecer democraticamente legítimo. (SHUBERT, 2013, p.81).

Para Messiant (2004), nem MPLA, UNITA, ou os atores externos tinham real interesse com a reconciliação e a democracia. O MPLA cedeu à pressão internacional e a UNITA tinha convicção de que ganharia as eleições. A busca pelo poder do Estado de Angola a qualquer custo continuava a ser o objetivo dos partidos, e nessa perspectiva qualquer acordo de paz estaria fadado ao fracasso, como de fato ocorreu (MESSIANT, 2004, p. 18). A vitória do MPLA nas eleições de 1992 não foi aceita pela UNITA, que reiniciou os conflitos armados atingindo diversas regiões do país, inclusive a província do Namibe (NAMIBE, 2014).

Segundo Afonso (2005), o conflito após as eleições foi mais intenso do que os antes vistos, chegando inclusive a cidades em que não havia se manifestado (2005, p. 3). Essa percepção também aparece em alguns relatos das entrevistadas, registrados no capítulo 3 desta dissertação.

A partir de então, a abertura do mercado do país passou a contemplar a privatização de empresas e alguns serviços estatais; a regulamentação de empresas privadas; a abertura para o investimento estrangeiro, seja no formato de ajuda internacional²¹ ou de instalação de empresas multinacionais.

Tinha-se como exemplo acordos bilaterais com a China em parcerias que envolviam o fornecimento do petróleo angolano, por um lado, e a concessão de créditos a condições mais vantajosas que o comum, por outro lado, bem como investimentos de infraestrutura chineses²² (VIDAL, 2016). A província do Namibe é uma das regiões em que a presença de investidores/as chineses/as é visível por meio algumas empresas da área da pesca que lá estão instaladas, bem como na construção de infraestruturas na área de transportes, por exemplo (FRANCISCO, 2013, p. 103).

²¹ Aqui utilizo o conceito de “ajuda internacional” propositalmente, considerando a crítica de Keohane (1984) referente à mudança do termo “ajuda” para o termo “cooperação” com o intuito de tornar a relação do investidor – geralmente potência euro-americana, com o beneficiário – geralmente país do Sul Global – menos assimétrica em seu conceito. Entretanto, para o autor a mudança do termo não necessariamente muda a relação de poder e de interesse envolvida nesses projetos. Por esse motivo, resolvi utilizar o termo “ajuda”.

²² Segundo KABUNDA (2012), nos últimos anos a China se converteu no segundo maior sócio comercial da África depois da União Europeia, recebendo 31% da exportação africana de petróleo, além de ser grande compradora de matérias primas. Por um lado, tem o diferencial de fornecer produtos e serviços (poços de água, escolas, hospitais, linhas férreas etc.) na medida das necessidades dos países africanos e em condições mais flexíveis do que as dos países ocidentais, contribuindo de forma técnica e logística. Entretanto, por fazerem parte da ordem liberal global, gozam de vantagens, visam alguns monopólios e muitas vezes são responsáveis por prejudicar mercados locais com sua concorrência. O autor alerta para a ocorrência dessa parceria com maior atenção por parte dos Estados Africanos, com o intuito de participarem mais ativamente das decisões quanto aos projetos com a China.

Afonso (2005) vê o processo de abertura econômica em Angola de forma crítica, já que seguiu os modelos previstos pelo Banco Mundial e pelo FMI, reduzindo a presença do Estado na economia, privatizando o setor empresarial do Estado com vistas ao um melhor equilíbrio das balanças. Entretanto, viu-se uma mescla de uma desregulamentação descontrolada com resquícios do intervencionismo autoritários do antigo governo de molde socialista, de forma a servir aos interesses das classes no poder desde 1975 (AFONSO, 2005, p. 5-6). Capoco também se refere a esse processo como uma fragilidade das instituições governamentais e uma baixa na qualificação técnica dos quadros dessas instituições, bem como uma inexistência de empreendedorismo privado²³ (2013, p. 221).

Logo, o processo de abertura econômica permitiu a instalação de infraestruturas e a abertura para importações de bens de consumo, mas não arrefeceu a crise econômica que se intensificou para grande parte da população. Esta vivenciou, durante os anos 90, o aumento do desemprego urbano, da informalidade e da inflação, a paralisia produtiva (exceto no setor petrolífero) e a dolarização da economia (AFONSO, 2005). Em seu artigo de 2001, Santos avaliou que

com baixos índices de produção e de acumulação de capital e uma dívida substancial, aos quais vêm se incorporar os efeitos perversos da guerra, Angola se afunda em uma extrema dependência do mundo exterior, contado apenas com um único produto, o petróleo. (SANTOS, 2001, p. 111).

O Petróleo, que passou a ser o principal produto de exportação do país desde os anos 1970, tornou-se responsável por cerca de 80% das receitas do país entre 1995 e 1999²⁴, gerando uma vulnerabilidade da economia do país, pois se tornou dependente de um setor com baixa empregabilidade e sensível às flutuações do preço do petróleo e da conjuntura internacional (AFONSO; CAETANO, 2015, p. 7). Tal situação, ao empurrar boa parte da força de trabalho angolana para a informalidade, atingiu de forma mais direta as mulheres, que ocupavam boa parte desse setor pela sua baixa qualificação profissional: “O aumento diário dos preços dos produtos aliado às constantes desvalorizações da moeda nacional em relação ao dólar dificultava o desenvolvimento do pequeno comércio que as mulheres realizavam nos mercados e nas ruas de Luanda.” (AFONSO, 2005, p.7).

²³ O autor não especificou, mas acredito que se referiu ao empreendedorismo privado local, em oposição à massiva entrada de importadoras estrangeiras.

²⁴ Afonso coletou os dados dos anos 1990 do Human Rights Watch (2005, p. 6-7) e os seguintes dados do PND (República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012:18): “o peso do sector petrolífero nas receitas fiscais foi de 81,2% em 2007, 80,9% em 2008, 70,1% em 2009, 93,9% em 2010 e 79,6% em 2011 (AFONSO; CAETANO, 2015, p. 7).

Para a autora, a situação de informalidade ainda as tornam vulneráveis à violência urbana, sendo perseguidas e roubadas por ladrões e pela polícia, além de serem discriminadas socialmente pela atividade que exercem, pela baixa escolaridade e pelo poder aquisitivo (2005, p. 5).

Outro desafio apontado por Ducados (2004) que as mulheres enfrentaram durante o período da guerra civil em meio à crise econômica foi o aumento da violência doméstica devido às mudanças dos papéis de gênero geradas pela situação socioeconômica do país: o fato de as mulheres entrarem de forma mais intensa no mercado de trabalho, mesmo que informal, visando o sustento básico da família, fazia com que algumas passassem a receber rendimentos maiores que os dos maridos, gerando a reação violentas destes (2004, p. 59).

A autora também destaca que, embora os movimentos de mulheres ligados aos grandes partidos tenham falhado por não compreender os diferentes impactos que a guerra teve para mulheres de classes e etnicidades diferentes das dirigentes desses movimentos, a OMA foi responsável por garantir a integração de políticas públicas para as mulheres nas agendas do governo instituído pelo MPLA, em que se destacam as pautas da alfabetização das mulheres e do enfrentamento a violência doméstica (DUCADOS, 2004). Esse esforço é criticado por Afonso e Caetano (2015), que entendem serem ínfimos os efeitos dessas políticas públicas, quando o investimento orçamentário para a matéria era o menor dentre todos os ministérios (AFONSO; CAETANO, 2015, p. 19).

Voltando ao desfecho da guerra civil, segundo Messiant (2004) foram necessários três acordos de paz e a morte Jonas Savimbi (líder da UNITA) para o cessar fogo definitivo em Angola. Desde a paz alcançada em 2002²⁵, o país vem tentando reconstruir-se economicamente, passando por um período de crescimento econômico, que registrou algumas melhorias – ainda que questionáveis – para a população, como o aumento da empregabilidade. Entretanto, com a queda do preço do petróleo em 2014, a crise econômica voltou a assolar Angola (LIBERATO, 2016). Ainda sob a gestão do MPLA, o país enfrenta as consequências da guerra em uma busca constante pela reconciliação nacional, que chegou, inclusive, a fazer uma estrutura governamental²⁶ e não apenas uma

²⁵ Considera-se como marco da paz a assinatura do Memorando de Luena, em 4 de abril de 2002.

²⁶ O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), formado em 1997, foi um dos compromissos previstos durante os acordos de Lusaka com o objetivo de partilhar o poder entre MPLA e UNITA por meio da nomeação de alguns políticos da UNITA para chefiar alguns ministérios de Angola (HORING, 2015) até que se realizasse o segundo turno das eleições de 1992 ainda adiado pelo conflito. As nomeações não foram suficientes para que ambas as partes cumprissem com o cessar fogos em diversas ocasiões e os acordos de Lusaka foram considerados sepultados em 1998 com a morte do representante especial da ONU Alioune Blondin Beyer e sua equipe em um acidente de avião ainda

demanda social. Para Shubert (2013) “a guerra civil deixou um legado complexo de comunidades divididas, conflitos entre as populações ainda não resolvidos, bem como atrocidades cometidas por todas as partes do conflito que continuam ainda por resolver” (SHUBERT, 2013, p.92)²⁷.

No que diz respeito à contribuição das igrejas cristãs para o processo de reconciliação no país, Tomás (2010) observa que a incapacidade das igrejas para efetivar um diálogo ecumênico em uma plataforma única de posicionamento em prol da paz se tornou evidente com a criação de órgãos internos, como os conselhos, responsáveis pelas deliberações e posicionamentos frente ao conflito nacional, gerando clivagens e disputas que legitimavam o conflito. Mesmo tendo consciência da sua influência sobre os/as fiéis, as igrejas sucumbiram aos espaços delineados pelos partidos durante a guerra civil (TOMÁS, 2010, p. 7-8)²⁸. Mesmo que Comerford (2007) também avalie que elas não tenham se organizado suficientemente para participarem dos Acordo de Bicesse e Lusaka²⁹, ele lembra que as igrejas se posicionaram oficialmente contra a guerra e se ofereceram para aconselhar individualmente os líderes dos partidos. O autor acredita que o poder de influência das igrejas numa situação de guerra não deve ser superestimado e comparado ao poder militar do governo e da UNITA (COMERFORD, 2007, p. 518).

Em relação ao movimento migratório intensificado durante a guerra civil, que contribuiu para graves problemas urbanos, a expectativa de que a paz conduzisse a população de origem rural de volta às suas localidades não se concretizou de forma imediata, e ainda se somou ao retorno de refugiados/as angolanos/as dos países vizinhos (AFONSO, 2005). Segundo a autora, depois de anos em guerra, muitas pessoas construíram novas vidas e rotinas no espaço urbano e não estavam dispostas a

inexplicável (TIBURCIO, 2009, p. 60). Segundo Shubert (2013, p. 92) a questão reconciliação nacional foi desconsiderada do Memorando de Luena, mas segue como uma demanda da população em nível social. Para Tomás (2010) a ideia de “reconciliação nacional”, já presente nos discursos antes da tentativa do acordo de Bicesse, diz respeito a um contexto de “pós-conflito” “relacionado às ideias que prevêm o inaugurar de um contexto de conciliação de interesses, de integração e coesão social” (TOMÁS, 2010, p. 38).

²⁷ Em matéria publicada no portal oficial do Governo de Angola em 2017, percebe-se que a desmilitarização da população ainda é uma demanda da sociedade mesmo 15 anos após o decreto de paz: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=33661>

²⁸ Atualmente, o autor percebe que a reconciliação está presente nos discursos dos pastores (ele focou seu estudo na Igreja Evangélica Congregacionalista de Angola) e é incentivada de forma simbólica por meio da disseminação dos valores do perdão e do arrependimento, que são elementos da teologia cristã. Entretanto, “a reconciliação vem apenas sendo produzida entre Deus, o eu e a comunidade. Ou seja, ela vem sendo percebida como o esforço tendente à integração e à conciliação dos indivíduos com a comunidade de práticas de referência” (TOMÁS, 2010, p.83), o que se constitui como um potencial para uma projeção em âmbito nacional.

²⁹ Com o intuito de reafirmar o Acordo de Bicesse e sob pressão internacional, a ONU mediou outros diálogos entre MPLA e UNITA, mesmo com a guerra ocorrendo, que culminaram na assinatura do Acordo de Lusaka em novembro de 1994, para que a UNITA, a parte considerada agora rebelde pelo descumprimento de Bicesse, cessasse fogo, entre outras questões, o que também não se concretizou.

abandonarem sua história recente, considerando-se que muitas localidades rurais ainda estão expostas a explosivos armados na época da guerra (AFONSO, 2005, p. 3-4).

O fim da guerra civil abriu esperanças quanto à democratização do país, principalmente com as expectativas depositadas nas segundas eleições ocorridas em 2008, que segundo Shubert (2013), embora tenham sido consideradas transparentes e credíveis pela União Europeia e pela da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), registraram nova – e não surpreendente – vitória do MPLA³⁰ (SHUBERT, 2013, p. 80), sobre a qual o autor contesta a lisura do processo. Ele considera que o resultado pode ser distorcido por vários fatores, como a influência desigual que o Partido-Governo teria sobre a população, e avalia que as eleições resultaram em pouca mudança real na governação do país e em sua situação socioeconômica. “Com o número de parlamentares da oposição reduzido quase à irrelevância, o MPLA pode mudar a Constituição sem se comprometer em qualquer forma de debate político significativo” (SHUBERT, 2013, p. 92).

Nas eleições de 2008 e de 2012 José Eduardo dos Santos – presidente pelo MPLA desde 1979 – foi reeleito por meio do sistema definido na reforma constitucional de 2010, em que o/a³¹ presidente da República é automaticamente o candidato do partido com mais votos para Assembleia Nacional (ANGOLA, 2010, Artigo 109). Nas eleições de 2017 José Eduardo dos Santos finalmente deixou o governo e deu lugar a João Lourenço, também representante do MPLA, que venceu as eleições com mais de 60% dos votos³².

Para Carvalho (2008), embora o Estado angolano tenha sua soberania reconhecida interna e externamente, o seu sistema político de democracia multipartidária ainda é bastante frágil, demonstrando uma débil separação entre os três poderes, com uma visível preponderância do poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário (CARVALHO, 2008, p. 67). A partir dessa perspectiva, o autor considera que o Estado angolano ainda não possui uma nação: ela está em formação e depende do compartilhamento de uma “consciência nacional” – diferente daquela forjada pelas lideranças dos movimentos pela libertação, e diferente das identidades étnicas que podem conviver em uma nação. Para

³⁰ Segundo Shubert (2013, p. 80) o MPLA, o qual obteve 81,6 por cento de votos, ocupando 191 dos 220 assentos parlamentares.

³¹ Visando garantir a visibilidade feminina, escolhi utilizar a indicação da variação de gênero “o/a” em todas as palavras que podem ter homens ou mulheres como sujeito, às quais considero que o plural masculino não contempla as mulheres.

³² Informações do site oficial do Governo de Angola <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=33510> e do Diário de Notícias Lusa (<https://www.dn.pt/mundo/interior/angolaeleicoes-mpla-vence-com-6170-dos-votos---cne-8727330.html>). Esta última notícia cita a Comissão Nacional Eleitoral como fonte, entretanto o seu sítio eletrônico estava fora do ar no momento da confirmação.

ele, essa consciência nacional depende do exercício real da cidadania pela maioria da população, bem como da superação das assimetrias socioeconômicas entre os diferentes grupos que ocupam o território angolano, cuja relação entre regiões urbanas e rurais é um forte marcador de tais assimetrias (AFONSO, 2005; CARVALHO, 2008). O autor não menciona, mas as assimetrias entre homens e mulheres angolanos/as consistem em outro elemento importante para a compreensão dessa conjuntura.

Mesmo que todas as políticas públicas promovidas pelos diversos órgãos do governo central e locais tenham impacto sobre as angolanas, para que fossem garantidos e defendidos seus os direitos, o Governo angolano criou em 1997 o MINFAMU (Ministério da Família e Promoção da Mulher), que está presente nas províncias por meio das DIFAMU (Direcções da Família e Promoção da Mulher), cuja atuação será discutida no capítulo 2.

Angola é composta atualmente por 25.789.024 de habitantes, sendo cerca de 52% desse total mulheres (13.289.983)³³, segundo dados do Censo de 2014. Aproximadamente 37% da população reside na área rural. Em relação a empregabilidade, o Censo apontou que entre pessoas de 15 a 64 anos, a taxa de emprego foi de 40%, sendo 34.1% para as mulheres e 46.6% para os homens (INE, 2016).

Segundo o Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP) 2008 – 2009 (IBEP, 2011 apud MINFAMU, 2017, p.43), no período de 2008 a 2009, a proporção da população feminina com 15 ou mais anos que sabia ler e escrever português, a nível nacional era de 51.9% contra 80.9% de homens, numa média nacional de 65.6%. No Censo de 2014, a taxa de alfabetização foi de 80% nos homens, contra 53% nas mulheres, constatando-se, assim, pouca mudança em relação à pesquisa anterior. A diferença entre a taxa de alfabetização da área urbana (79%) e da rural (41%) é ainda maior do que a comparação das taxas por gênero. O Censo ainda revelou que o Namibe é a quinta província mais alfabetizada do país (64% da população é alfabetizada).

Ainda segundo o Censo de 2014, registrou-se que 41% da população pratica a religião católica, seguida pelas protestantes (38%) e já registram em Angola as religiões “Islâmica e Judaica mas com proporções inferiores a 0,5%”. Observa-se pelo gráfico abaixo que apenas as religiões conhecidas largamente pelo ocidente são nomeadas (exceto à denominação “animismo”, que pode ser adaptada a mais de uma religião não

³³ A taxa de fecundidade chega a 5,7 filhos por mulher: 5,2 e 6,5 filhos por mulher nos espaços urbano e rural, respectivamente (INE, 2016).

popular em países do norte). Cerca de 7,4% é composto por “outras religiões” inominadas no Censo (INE, 2016, p. 52).

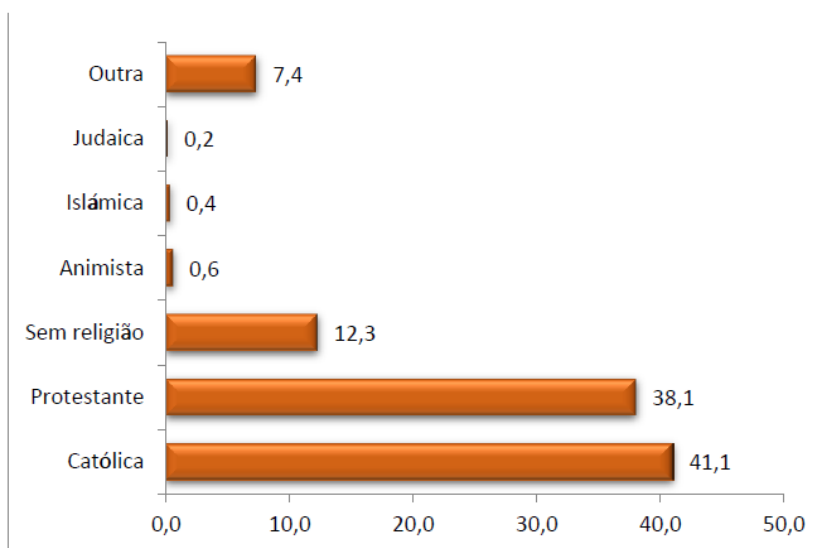


Gráfico 1 – Principais religiões praticadas. Fonte: Censo 2014 (INE, 2016)

Em uma análise dos indicadores de Direitos Humanos de Angola, Carvalho (2009) considera que o fim da guerra contribuiu para um aumento da qualidade de vida dos angolanos em geral, principalmente no que diz respeito ao direito à vida, à terra, aos direitos civis e ao respeito às diversidades étnica e cultural. Por outro lado, a pobreza ainda atinge grande parte da população, que tem precário acesso à assistência sanitária, à previdência, e a outros direitos sociais cujos aparelhos de promoção estão desproporcionalmente localizados nos centros urbanos. Para o autor, essa situação coloca Angola como um país de indicadores “timidamente positivos”, o que caracteriza um processo de democratização do sistema político e suas derivações ainda em curso (CARVALHO, 2009, p. 84).

Esse contexto gera impactos que atingem de forma diferente a vida de homens e mulheres, bem como as populações urbanas e rurais, conforme mostraram alguns dados anteriormente mencionados. Entretanto, mais do que a constatação dessas diferenças em termos quantitativos, há uma necessidade de aprimoramento de estudos que ampliem tal análise, considerando outros elementos de forma qualitativa. A compreensão da complexa situação sócio econômica e política de Angola exige que se supere dicotomias desenvolvimentistas (CHAKRABARTY, 2007) e que se considerem as especificidades do contexto africano pós-independência. Nessa perspectiva, proponho avaliar o elemento que mais se relaciona com meu objeto de pesquisa: as relações de gênero que atravessam as relações domésticas/familiares e o exercício da cidadania entre angolanos e angolanos.

1.2 Namibe – a “terra da felicidade”

A província do Namibe localiza-se no sudoeste do país, fazendo fronteira ao norte com a província de Benguela, ao leste com as províncias da Huíla e Cunene, ao oeste é banhada pelo oceano Atlântico e ao sul faz fronteira internacional com a Namíbia, país com o qual compartilha o deserto.



Figura 1 – Mapa de Angola. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es_de_Angola

A província é formada por cinco Municípios³⁴ e 14 Comunas, que por sua vez também são formadas por bairros (INE, 2016). O foco desta dissertação são os municípios de Moçâmedes (capital da Província, também chamada pelo homônimo “Namibe”) e Tômbwa, onde vivem ou cresceram as entrevistadas desta pesquisa, e que são as maiores cidades em termos populacionais. Ambos os municípios concentram a maior parte dos serviços sociais e de infraestrutura da província, como hospitais e escolas, além do comércio, os quais constituem as maiores oportunidades de emprego.

Segundo Salvador e Rodrigues (2010), sob uma perspectiva colonial, Moçâmedes³⁵ surgiu de um presídio e de um forte instalado na região em 1841. Tornou-

³⁴ Os municípios são Moçâmedes (Namibe), Tômbwa, Bibala, Virei e Kamucuío.

³⁵ Segundo reportagem do Jornal de Angola (4 de agosto de 2016), a capital da província, que era chamada “Mossâmedes” no período colonial, teve seu nome mudado para o homônimo “Namibe”, mas voltou a ser oficialmente chamada de “Moçâmedes” em 2016, após aprovação na Assembleia Nacional. Ver em: http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/capital_do_namibe_volta_a_ser_mocamedes.

se vila em 1851, e foi promovida à cidade em 1907 (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 33). Já Bunga (2015) registra a posse das terras pelos portugueses em 1485, mas sem o estabelecimento de povoações fixas (BUNGA, 2015, p. 82). Destacam-se entre os primeiros grupos de portugueses que se estabeleceram na região os empurrados da Revolta Praiera em Pernambuco no Brasil e os da Ilha da Madeira (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 34-35; NAMIBE, 2014). Salvador e Rodrigues (2010) destacam que os hábitos culturais trazidos pelos portugueses vindos do Brasil, já caracterizados por uma fusão cultural, tiveram importante significado para a região.

Boa parte da literatura encontrada sobre a região do Namibe tem o foco na descrição da sua geomorfologia autêntica (oceano ao lado do deserto), nas suas potencialidades produtivas (pesca, agropecuária e extração de alguns minérios), nas atividades portuárias e, também, na sua diversidade étnica com predominância dos povos *Kuvale*³⁶, entre os grupos que mais conservaram suas tradições, mas que mantêm relação com a sociedade urbana.

Localmente conhecida como “a terra da felicidade” desde o período colonial, o Namibe ocupava um lugar estratégico para Portugal, pois era acessado por via marítima, demonstrando grande potencial portuário, além de ter uma localização privilegiada para ser utilizada como “rampa de passagem” para a expansão da colônia no sul do país. A região serviu de diversas maneiras como base logística da metrópole para acessar o planalto da Huíla, a região comercial de Benguela, mas também para o grande objetivo – nunca concretizado – que Portugal tinha de ocupar toda a extensão entre Angola e Moçambique. (NAMIBE, 2014)

Em diferentes períodos, Portugal teve suas tentativas de expansão adiadas e em algumas regiões nunca consolidadas no Namibe. Isso se deu devido às difíceis condições de sobrevivência no deserto somadas à resistência de diversos povos da região, como os *Herero*, os *Cuepes*, os *Gambos*, entre outros. Por outro lado, segundo a visão do governo provincial expressa na coletânea (NAMIBE, 2014), a instalação da base urbana na capital da província também encontrou a resignação de uma parcela da população africana local, apoiando-se na sua mão de obra.

³⁶ Salvador e Rodrigues (2010) redigem o nome do grupo com “c”: *Cuvale*. Já Carvalho (2014) e na coletânea *Namibe* (2014) redige-o com “k”: *Kuvale*. Eles também são frequentemente relacionados aos “*Mucubal*”, tanto pelos/as autores/as estudados quanto pelos/as conterrâneos/as com quem pude conversar, não ficando nítido, se *Mucubal* é uma denominação mais moderna para *Kuvale*, se são a parte *Kuvale* situada mais próxima da capital da província, ou se diz respeito a um dos grupos que utilizam a língua *Kuvale*. Portanto, considerando o teor de contextualização deste texto, em que não há uma intenção de realizar uma genealogia do grupo etnolinguístico, optei por falar de *Kuvale* e *Mucubal*, como o povo mais numeroso e próximo da capital da província na atualidade.

A respeito das etnias que habitam a província do Namibe, Salvador e Rodrigues (2010, p. 26-28) citam a lógica do sedentarismo/nomadismo como uma das formas para classificá-las em dois grupos: *Mucubais* e *Muhumbes* entre os nômades³⁷, e os *Mucuïsses* entre os sedentários. Entretanto, conforme se alerta, tais definições não são absolutas e sofrem mudanças contínuas e adequações³⁸, considerando fusões, separações e outros fenômenos interétnicos que podem ser resultado de conflitos entre esses grupos, de fenômenos da natureza (adaptação ao deserto) ou das consequências do longo período de guerra por qual o país passou, por exemplo.

Os *Mucubal/Kuvale* são considerados, portanto, “sobreviventes” dos povos *Herero*³⁹ e têm uma presença expressiva na sociedade namibense, sendo vastamente conhecidos como pastores de itinerantes, estendendo-se para além de Angola (CARVALHO, 2014, p. 14). Já os *Mucuïsses*, descendentes dos antigos *Cuïsses* e *Vátuas*, são entendidos como povos que ficavam isolados nas montanhas (BETTENCOURT; COTTA, 1962 apud SALVADOR; RODRIGUES, 2010 p. 26); mas, atualmente, há uma atribuição pejorativa a eles, que hoje tentam se aproximar culturalmente dos *Mucubal*, falando sua língua e copiando indumentária (SALVADOR; RODRIGUES, 2010 p. 28). O texto das autoras também se refere aos *Curoca* como os povos que se estabeleceram pelo rio Curoca, mais ao extremo sul da província, próximo à Foz do Cunene, e que só posteriormente ganharam essa denominação. Também nessa região mais ao sul da província, elas se referem aos *Chimbas*, enquanto que Carvalho se refere aos *Himba* como outra variação descendentes dos *Herero* (CARVALHO, 2014).

As classificações no reconhecimento de grupos⁴⁰ que mantém uma certa coesão linguística, características culturais, práticas econômicas, e uma forma de se relacionar

³⁷ Segundo conversa durante minha pesquisa de campo com o professor Helder Bahu, também antropólogo e pesquisador angolano, o uso do termo “nômade” para esses povos do sul angolano é um exemplo de interpretação colonial inadequada, uma vez que tais grupos possuem uma relação de origem com um território que consideram seu lar e vivem nele. Eles apenas movimentam-se em seu interior, de forma a direcionarem suas atividades produtivas de acordo com o que o meio ambiente determina/oferece ao longo do tempo. Para ele, e com minha concordância, a forma mais adequada de entender essa dinâmica é a transumância (pois são itinerantes), e não o nomadismo.

³⁸ Suas fontes se baseiam em diversas perspectivas, desde registros coloniais, como as etnografias do Padre Carlos Esterman (1961 apud SALVADOR; RODRIGUES, 2010) – uma das principais fontes sobre os povos do sul de Angola do período colonial; estudos mais recentes como os de Ruy Duarte de Carvalho (1997, 1999 apud SALVADOR; RODRIGUES, 2010) – antropólogo português que viveu grande parte da sua vida na região do Namibe e relatou essa experiência em obras de teor científico, literário e audiovisual; e até as expressões utilizadas pelos próprios povos atualmente, a partir da viagem exploratória realizada pelas autoras. Segundo Ruy Duarte de Carvalho, muitas denominações são distorcidas nas transcrições de relatos (DUARTE, 1999 apud SALVADOR; SOARES, 2010, p. 28)

³⁹ Segundo Carvalho, os *Herero* são descendentes de populações pastoris *Bantus* que chegaram do leste africano e foram se estabelecendo em várias regiões, inclusive na costa angolana, por volta do século XV (2014, p. 14). Sua obra, utilizada como referência neste texto, se dedica a trazer uma descrição atualizada sobre os povos Kuvale e sua experiência no decorrer do período colonial até os dias de hoje.

⁴⁰ Cabe aqui destacar a crítica de Melo (2007, p. 45) sobre as denominações étnicas forjadas pelos etnógrafos europeus. A autora as entende como uma estratégia do colonialismo englobar diversos grupos identitários dentro de categorias

com outros grupos (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 29), são importantes para a compreensão da realidade urbana e econômica nas cidades de Moçâmedes e Tômbwa hoje. Em conversa com o guia do museu do Namibe na visita técnica de 2017, por exemplo, ele se referiu aos *Mucubal* como um dos povos que preservam suas tradições nas zonas rurais, mas que mantêm frequente diálogo com a cidade. Eles/as vendem produtos bastantes conhecidos na região, como o óleo de *mukempe* para cuidado com o cabelo, por exemplo.

Carvalho (2014) faz uma análise mais aprofundada dos *Kuvale*, dando atenção ao seu sistema pastoril, que é baseado em uma lógica que busca a manutenção e reprodução física dos animais em condições climáticas adversas (escassez de água), de forma que eles continuem produzindo leite e carne de forma sustentável para a reprodução do rebanho e para a alimentação humana, cujos excedentes são vendidos nos contatos permitidos pela sua transumância, gerando renda para a aquisição de produtos vegetais (CARVALHO, 2014, p. 18). Conforme destaca este autor, tais economias geram expressões e valores específicos compartilhados entre as pessoas que fazem parte desses grupos (CARVALHO, 2014, p.19-20). Salvador e Rodrigues (2010, p.28) também se referem ao sistema de cultivo de vegetais nos meses mais adequados, considerando à escassez de chuvas na região, sendo esse sistema acoplado à transumância.

Outra denominação que aparece na literatura pesquisa é "*Kimbares*". A coletânea (NAMIBE, 2014, p.95) caracteriza esse grupo “resignado” como “descendentes dos antigos escravos e libertos, de diversas etnias, transferidos de outras regiões de Angola, ou de prisioneiros resgatados aos navios do tráfico clandestino”, que exerciam uma gama de serviços relacionados com a sociedade colonial, além da pesca e outras atividades agrícolas. A coletânea fala de um sincretismo cultural, mas não da mestiçagem entre locais, imigrantes de outras regiões do país e colonos brancos, como vemos no blog “10.o. Festival *Kimbares* de 2016”⁴¹. Considerando que esta última fonte relaciona a ideia de *kimbares* aos descendentes mestiços de africanos e colonos, a ideia de “resignação” pode ser questionada.

Salvador e Rodrigues (2010) analisam que, numa sociedade em que o pertencer a um parentesco é a garantia de direitos sociais, seja no seio das sociedades autóctones ou

maiores baseadas nas línguas e territórios, ignorando as identidades próprias desses grupos, bem como os significados emocionais e sentimentos de pertença que possuem. Tais estratégias teriam como objetivos enfraquecer identidades e potencializar conflitos locais já existentes como forma de facilitar a ocupação colonial.

⁴¹ O blog *Kimbares 2016* indica que o texto é de Maria N. Jardim e foi transcrito de uma publicação de 2007. Ver em <http://kimbares2016.blogspot.com/2016/01/blog-post.html>

da colonial, homens sem parentesco são facilmente definidos como escravos. Por esse motivo, justificam-se seus laços culturais mais próximos dos portugueses e seu papel como colaboradores num contexto de rejeição dos povos africanos “tribais” a eles/as (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 38). A partir de uma revisão de estudos mais antigos, as autoras apresentam, também, outra denominação para os “*Quimbares*”: *Mbáli*, reforçando o sentido de sincretismo cultural, sendo entendido por Carvalho como

uma ‘categoria social’, que se foi aplicando a todos que adoptavam o modelo ocidental de cultura material, prática econômica e social. [...] trata-se portanto de uma população que, desde o povoamento do Namibe, foi criando uma identidade própria, tipicamente de fusão de elementos de diversas origens [...] (CARVALHO, 1999 apud SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 37).

Em sua “Viagem pelo Deserto” e a partir dos relatos de Ruy Duarte de Carvalho, as pesquisadoras também identificaram o uso do termo “Quimbares” na atualidade para referência às elites locais (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 37).

A base produtiva da província está prioritariamente relacionada à pesca e à agropecuária, sendo que, para Bunga (2015, p. 84), devido às condições climáticas de aridez e às limitações hídricas, a atividade agrícola se torna localizada em regiões específicas. Por ser sustentada pela cultura de transumância dos povos do sul, a província tem uma das maiores potencialidades para a pecuária do país. A agricultura está relacionada principalmente à subsistência, mas move o mercado local e entre províncias, abastecendo os grandes mercados municipais, em que destacamos o Mercado 5 de abril, do Valódia e o Municipal em Moçâmedes. Bunga (2015) observa que o clima é favorável à horticultura e fruticultura, e Francisco (2013) destaca “[...] a produção de oliveira, vinha, mandioca, batata-doce, melão, melancia, massango, milho, massambala, feijão, tabaco, café, algodão e citrinos” (FRANCISCO, 2013, p. 85).



Figura 2 – Interior do Mercado 5 de Abril (Moçâmedes). Fonte: fotografia da autora, 2017.



Figura 3 – Entrada do Mercado do Valódia (Moçâmedes) – Fotografia da autora, 2017.

A atividade de pesca estaria mais fortemente relacionada com a chegada dos portugueses, principalmente os provenientes da região do Algarve (SALVADOR; RODRIGUES, 2010), embora Francisco (2010) também aponte que era praticada por povos autóctones (FRANCISCO, 2010, p. 90). Trata-se da atividade econômica mais importante da região, não apenas porque representa 65% da pesca do país, mas também porque possibilitou a instalação de indústrias de derivados da pesca (farinha de peixe, conserva, congelados, etc) desde a colônia, e também porque dela depende o sustento e a alimentação de grande parte da população (FRANCISCO, 2013, p. 85; BUNGA, 2015, p. 84). Entretanto, os autores apontam para um enfraquecimento gradual dos rendimentos gerados pela atividade piscatória nos últimos anos, o que Bunga relaciona a “degradação das infraestruturas de apoio à pesca, a falência de empresas privadas, a insuficiência de quadros especializados, etc” (BUNGA, 2015, p. 84). Segundo Francisco, das 60 empresas ligadas à pesca na região, 10 estão inoperantes e 19 foram abandonadas (FRANCISCO,

2013, p. 86). Na visita técnica realizada em 2017, constatei essa situação de abandono das grandes fábricas, o que dá um ar fossilizado à cidade de Tômbwa, cidade que depende quase que inteiramente da pesca, segundo informações dadas em conversas por pessoas da região.

Em um olhar mais focado a esse município, Salvador e Rodrigues (2010) discorrem a respeito dos desafios naturais enfrentados desde sempre pela “encalhada” Tômbwa, devido à sua localização entre o oceano e o deserto próximo. Desde o início do povoamento, houve a necessidade de se controlar a invasão da areia, adaptando toda a construção das casas com materiais flexíveis para que o peso da areia não destruísse as estruturas (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 44-45).

A partir de 1860 foram chegando colonos com conhecimento específico e materiais adequados para a pesca. Segundo as autoras, muitos prisioneiros de guerra cumpriam penas por meio do trabalho da pesca no período colonial. Próximo ao centro de Tômbwa, localiza-se a Baía dos Tigres, outro ponto importante para a pesca, que atraiu trabalhadores/as e empresas para o município, o que tornou o local o segundo maior da província e um dos mais importantes do país nesta atividade. A região também produziu outros produtos hortícolas como uvas, citrinos, azeitonas e extração de mármore de ferro. Entretanto, no que diz respeito à pesca, há grandes dificuldades atuais em se manter empresas. Há muitos furtos dos pescados ainda no mar, bem como dos barcos pelos funcionários, o que empurra cada vez mais a população para a pesca informal (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 46-47).

Ainda no período colonial, a produtividade e a mobilidade proporcionadas pela região do Namibe gerou riquezas para a metrópole portuguesa e para suas elites locais, sendo responsável pela construção de uma malha urbana caracterizada por formas e perspectivas europeias expressas na construção urbanística de Moçâmedes, como por exemplo no passeio público (hoje Avenida Eduardo Mondlane) e em cinemas, teatros, escolas primárias, entre outros (NAMIBE, 2014. p. 98). Com a independência e a saída de parte da população portuguesa, permaneceram famílias mestiças herdeiras de alguns negócios da região, conforme relatos colhidos na visita técnica de 2017 e corroborados em uma das entrevistas.

No contexto da abertura econômica dos anos 1990, com o aumento de investimento das indústrias internacionais vinculadas à pesca, veio também maior

investimento em infraestrutura, tanto por parte do governo como por parte de empresas estrangeiras⁴².

Moçâmedes possui dois grandes portos de escoamento, o Porto Comercial da cidade, onde circulam pessoas, mercadorias e há intensa circulação de barcos, e o Porto do Saco-mar. Entretanto, este último que foi criado em 1968 com uma superestrutura destinada à escoação de minérios, mas foi desativado junto com as minas no início dos anos 1980, restando ruínas em uma região em que atualmente só se movimenta petróleo (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 40-41).

O turismo é uma atividade econômica que gera bastante expectativa entre os estudiosos da província do Namibe, o que também apareceu nas falas de algumas entrevistadas. Apoiado nos planos de desenvolvimento angolanos, Francisco (2013) destaca as potencialidades da diversidade da paisagem natural da região, que une o litoral praiano, com savanas e deserto, além das manifestações culturais como as festas de Março – que ocorrem em Moçâmedes e atraem muitos turistas. Entre outros, ainda são atrativos turísticos as pinturas rupestres no Parque do Yona ao sul da cidade, a arte funerária *Mbáli* espalhada pela capital e as fortalezas e arquiteturas sobreviventes do período colonial, que pouco foram afetadas pela guerra, diferente do ocorrido em outras províncias (FRANCISCO, 2013, p. 88).

No que diz respeito ao envolvimento da província na guerra civil, os registros são pontuais e sem detalhamento suficiente para uma compreensão que não seja no mínimo turva sobre esse acontecimento. Por um lado, boa parte da literatura sobre a guerra civil angolana disponível aponta para um significativo poderio da UNITA na região sul do país, como relatam Santos (2001), Tomás (2010) e Horing (2015), por exemplo.

Já Carvalho (2014), em sua pesquisa sobre os *Kuvale*, aborda como se deu a aliança deste grupo com as forças do MPLA desde a guerra pela independência até os dias atuais. Isso teria ocorrido pelas circunstâncias da chegada dos movimentos UNITA e FNLA na região do Namibe, os quais foram acolhidos pela comunidade branca, justamente grupos com os quais os *Kuvale* tinham conflitos. Logo, o MPLA se tornou uma alternativa de apoio aos *Kuvale* para a defesa do seu gado: “[...] os outros iam ter armas, nós tínhamos que as ter também.” (Fala metafórica de pessoa *Kuvale* por CARVALHO, 2014, p. 38). O autor faz menção ao enrijecimento das tensões no período

⁴² Segundo informações colhidas na visita técnica, dentre esses investimentos, destaco a construção da termoeletrica, do porto de escoamento dos minérios (que formou o bairro do Saco-mar na capital Moçâmedes), a recuperação da ferrovia que liga o porto do Namibe a Lubango, a construção de rodovias e do aeroporto comercial, entre outros.

próximo às eleições de 1992, como já comentado anteriormente neste texto, mas destaca o caráter histórico dos conflitos entre *Kuvales* e grupos urbanos, que vinham de dívidas antigas relacionadas à espoliação do seu gado e à dispersão de seu povo, em detrimento de um simples alinhamento discursivo-político/partidário (CARVALHO, 2014, p. 36-37). O autor destaca também que há uma maior incidência de conflitos com as forças sul-africanas, que com os grupos das circunscrições urbanas do Namibe, tendo em vista a proximidade geográfica com a retaguarda da SWAPO (South West Africa People's Organization) em apoio à independência da Namíbia (2014, p. 37).

Tomás (2010) cita a utilização pela PIDE do campo de concentração São Nicolau durante a guerra pela independência, que fica próximo a Moçâmedes, também referido por Salvador e Rodrigues (2010) ao descreverem a atração que o município de Tômbwa gerava para o trabalho da pesca junto aos recém-libertos presos políticos. Fernando (2012) registra a ocorrência em 1975, durante o período do governo de transição, de incidentes em várias cidades do sul do país, inclusive em Moçâmedes (FERNANDO, 2012, p. 65), bem como a existência de bases de acolhimento à Savimbi no Namibe (FERNANDO, 2012, p. 72).

Contudo, exceto as menções pontuais acima, a literatura pesquisada sobre o Namibe geralmente afirma que a região não foi significativamente afetada pela guerra. Para Salvador e Rodrigues (2010), por exemplo, a conservação do centro urbano de Moçâmedes demonstra que os efeitos da guerra civil foram indiretos: a cidade sofreu mais economicamente, por meio do bloqueio do escoamento de produtos para o interior, levando vários empreendimentos à falência (SALVADOR; RODRIGUES, 2010, p. 34). Francisco (2013) argumenta, inclusive, que a relativa calma na região durante a guerra era elemento de atração de migrantes das províncias vizinhas (FRANCISCO, 2013, p.90).

Importa destacar que o conflito armado pode não ter chegado de forma intensa nas cidades de Moçâmedes e Tômbwa, entretanto, os registros acima e os depoimentos de algumas entrevistadas não deixam dúvidas de que os quase 40 anos de guerra se fazem sentir sobre a população. Se não há a destruição das cidades, há minas em sua volta e em torno das comunidades rurais; há o deslocamento de cidadãos/ãs para o conflito em outras regiões; há obstrução de meios de transportes que levam produtos e geram riqueza para a população; e, acima de tudo, há o medo e a desconfiança dos que anseiam pela reconciliação nacional até os dias de hoje, como será registrado no capítulo 3.

Os resultados do Censo de 2014 de Angola apontam para uma população de pouco mais de 500 mil habitantes na província do Namibe, como ilustra o gráfico a seguir:

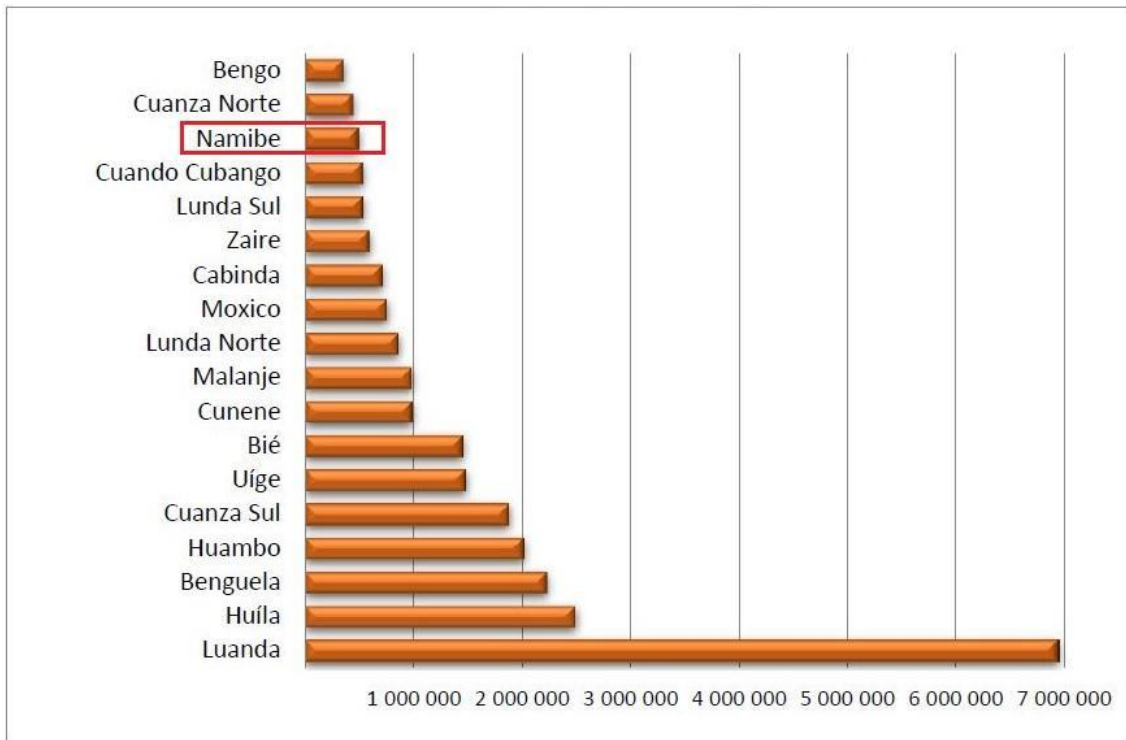


Gráfico 2 – População por Província. Fonte: INE, Censo de 2014.

Aproximando a análise do contexto ao tema desta pesquisa, segundo relatos de namibenses que conhecemos na visita técnica, nos últimos anos percebe-se também uma expansão das instituições de ensino técnico e superior pela região. Afonso e Caetano confirmam: “De acordo com o CEIC (2013: 90), o ensino superior foi uma das áreas do sector social que apresentou maior crescimento, tendo vindo a consolidar-se desde 2009, por meio da oferta pública e privada, nas 18 províncias do País” (AFONSO; CAETANO, 2015, p. 48).

A expansão das instituições de ensino e o valor dado a esse investimento aparecem com frequência nas entrevistas e têm relação com a promoção de direitos sociais⁴³, indo ao encontro da necessidade de abordar a relação entre o acesso à educação e o acesso a posições de prestígio social pelas mulheres. Considerando que a promoção dos direitos humanos, entre eles os sociais (CARVALHO, 2009), têm impacto nas vidas das mulheres e no desenvolvimento da região, caberá aprofundar no capítulo 2 sobre as políticas públicas estão sendo direcionadas a elas, com quais objetivos e quais resultados têm atingido.

⁴³ Carvalho entende como Direito Sociais, “o direito a um nível de vida aceitável e ao património social da sociedade”. (CARVALHO, 2009, p. 76)

CAPÍTULO 2 – AS ANGOLANAS E A BUSCA POR EDUCAÇÃO, TRABALHO E ATUAÇÃO POLÍTICA APÓS A GUERRA CIVIL

Os registros mais evidentes de uma preocupação formal com o papel da mulher e com as relações de gênero na sociedade angolana se relacionam com o período da luta pela independência, quando foram criados grupos de mulheres para discutir sua participação no interior dos movimentos nacionalistas. Exemplos são a OMA – Organização de Mulheres Angolanas, criada no interior do MPLA e a LIMA – Liga da Mulher Angolana, no interior da UNITA.

A abertura do país para a atuação de Organismos Não Governamentais internacionais, bem como a sua adesão a tratados internacionais de promoção dos direitos das mulheres, também contribuiu para que essas questões entrassem na agenda do Governo e nas práticas das organizações da sociedade civil (OSC) de uma forma mais contundente no início da década de 1990 (AFONSO, 2008).

Nesse mesmo período, a OMA deixou de atuar junto ao Governo, fixando-se como um organismo partidário dentro do MPLA responsável pela formação e orientação às mulheres. Sua atuação é substituída pela criação da Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPDM, em 1991, com a missão de

[...] definir, propor, promover e executar a política do Estado no domínio da promoção da mulher em todas as áreas da vida política, económica e social nacional, materializando a igualdade entre mulheres e homens consagrada na Lei Constitucional, em colaboração com outros órgãos de Estado (MINFAMU apud AFONSO, 2008).

Como já mencionado, em 1997 a SEPDM transformou-se no MINFAMU, que existe até os dias atuais. Antes do fim da guerra civil registram-se importantes estudos sobre mulheres angolanas que são referências para as pesquisas atuais sobre esse tema. Destaco a análise de Selma Pantoja⁴⁴ (2000) que faz uma abordagem histórica a respeito do trabalho das quitandeiras luandenses, cujas práticas foram trazidas para o Brasil, bem como o estudo de Marzia Grassi (1998)⁴⁵ a respeito do papel das mulheres empresárias

⁴⁴ Como forma de dar visibilidade às/aos autoras/es que estão produzindo estudos atuais sobre as mulheres angolanas, neste capítulo optei por apresentar seus nomes e sobrenomes quando menciono seus estudos pela primeira vez, considerando a intenção de apresentar um levantamento bibliográfico preliminar.

⁴⁵ Embora essa pesquisa (GRASSI, Marzia. O papel da mulher empresária angolana no desenvolvimento do país: empresárias de Luanda e Benguela. In: *Economia Global e Gestão*. Edição da AED/ISCTE. v. III, n. 1-2. 1998, p. 209-226) seja referência para vários/as autores/as que estudei, infelizmente não consegui acesso ao texto original.

de Luanda e Benguela para o desenvolvimento do país. Esse último estudo aparece como referência em grande parte dos estudos colhidos nesta revisão bibliográfica.

Nesse período, além dessas autoras, Henda Ducados e Maria Alice Cabral também publicaram estudos que evidenciam a estrita relação entre o trabalho feminino e a informalidade em Angola. A partir de pesquisas realizadas majoritariamente em Luanda, esse material subsidiou outras pesquisas que vieram a aprofundar a compreensão sobre tal relação. Isso tem contribuído para a ampliação da visão sobre o funcionamento do mercado capitalista globalizado nos países “subdesenvolvidos”, no sentido de que suas lógicas excludentes condicionam a criação de espaços e economias paralelas, que funcionam “às suas franjas” (QUEIROZ, 2016). Tal situação produz novas dinâmicas de sobrevivência sobre as quais as teorias sobre desenvolvimento e economia carecem de entendimento, por subestimarem a importância do fator relações de gênero nesse âmbito (GRASSI, 2000).

Esse conjunto de estudos produzidos desde os últimos anos da Guerra civil até os dias atuais enfoca o cotidiano contemporâneo das angolanas no que diz respeito a trabalho, educação, saúde, relações familiares, justiça, e envolve, de forma explícita ou não, as relações de gênero. Nesse sentido, com o intuito de compreender o contexto social que atravessa as trajetórias das namibenses que ocupam funções de liderança em instituições públicas, realizei um levantamento bibliográfico de alguns estudos relacionados ao tema feitos no período posterior à guerra civil.

Grande parte do material encontrado está relacionada à inserção das mulheres no mercado de trabalho angolano. Depreende-se que a desigualdade de gênero em prejuízo às mulheres está intrinsecamente relacionada com a esfera do trabalho, uma vez que as condições impostas pelo trabalho formal não podem ser atendidas por grande parte das trabalhadoras, as quais têm falta de instrução e qualificação profissional. Dessa forma a relação entre o trabalho feminino e a informalidade é frequente na maioria dos estudos desse tema.

Conforme apresentarei a seguir, há estudos voltados à atuação política das mulheres desde os primeiros anos de independência do Estado angolano, passando pela guerra civil e pela reconstrução nacional. Tais estudos frequentemente abordam o papel de organizações não governamentais e partidárias e das associações de mulheres, entendidos como espaços de empoderamento, formação e intermediação das cidadãs com o Estado.

Embora a educação seja um tema chave constantemente abordado nos estudos que tratam da inserção das angolanas no mercado de trabalho e nos espaços de poder, encontrei poucas pesquisas mais focadas nessa esfera, quando relacionada a gênero.

Além das temáticas trabalho, atuação política e educação, cabe registrar a produção de relatórios técnicos que apresentam indicadores de gênero ligados a diversos temas – portanto mais generalistas no sentido temático – a partir dos quais levantam-se os maiores desafios sociais enfrentados pelas angolanas, bem como traçam recomendações ao Estado e outros organismos que podem atuar para mitigar a desigualdade de gênero.

Início este levantamento apresentando o trabalho de Carlos Lopes, que em sua investigação a respeito das dinâmicas do setor informal de Luanda, identificou a intrínseca relação entre a informalidade e a entrada das mulheres no mercado de trabalho. No texto “Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda” (2006)⁴⁶, o autor observa que o trabalho informal, além de empregar 56% da população economicamente ativa do país na época (LOPES, 2006, p. 180), é segregado para homens e mulheres no que diz respeito ao rendimento e prestígio social atribuído a cada tipo de atividade.

Segundo o autor, as mulheres dominariam as atividades menos rentáveis por consequência de tais atividades serem as que exigem menor capital para iniciar o negócio, bem como menor nível de qualificação técnica. Além disso, seriam as ocupações mais conciliáveis com o trabalho doméstico que elas deveriam desempenhar. Uma importante análise levantada nesse estudo é que a subalternidade das angolanas no mercado de trabalho – e mesmo no interior do setor informal – não pode ser dissociada do modelo colonial de organização do trabalho, em que, nas áreas urbanas, o trabalho formal era ocupado majoritariamente por homens (LOPES, 2006, p. 179). A investigação de Lopes é frequentemente citada por pesquisadores/as que tratam do trabalho informal e das relações de gênero em Angola.

Anos depois, a partir da prática do *onjango* (roda de conversa em que os/as mais velhos/as passam os ensinamentos para os/as mais novos/as na cultura local), o assistente social Claudio Lopes (2010) trabalhou em sua dissertação de mestrado com onze mulheres da província do Bié, no centro de Angola, visando explorar como elas têm conquistado certo grau de autonomia por meio do trabalho. Deparou-se com uma situação

⁴⁶ O texto utilizado nesta dissertação é uma atualização da versão original homônima publicada em 2004.

em que grande parte das mulheres está no mercado informal ou desempregadas, com baixo nível de instrução em relação aos homens; portanto, o autor entende que há uma desigualdade de gênero sustentada pelas relações de opressão e por aspectos culturais locais, que impõem sérios obstáculos à autonomia feminina (LOPES, 2010, p. 14). Entretanto, assim como vários/as autores/as que apresentarei a seguir, ele não aprofunda como funcionariam tais mecanismos de opressão de gênero, a não ser por mencionar, sem qualquer análise histórica, “a influência da cultura *Bantu*” nesse processo.

Lopes (2010) também defende, por meio dos depoimentos das entrevistadas, que o trabalho e a educação são caminhos para a autonomia das mulheres, pois com o trabalho elas passam ter um controle mínimo de suas finanças, mesmo que estas sejam direcionadas inteiramente à família.

O autor traz ainda a informação de que na província do Bié o setor privado absorve nem 1% da força de trabalho feminina disponível (LOPES, 2010, p. 132). A baixa quantidade de mulheres empregadas formalmente está alocada no setor público da província. Segundo suas entrevistadas, para o setor privado “sai caro pagar os direitos”, como a licença maternidade, mesmo que o governo indenize essas empresas para o fornecimento do benefício. Como não há uma estrutura de fiscalização do cumprimento das leis no setor privado, esses/as empresários/as geralmente optam por não contratar mulheres, mesmo que a legislação considere essa prática discriminatória (LOPES, 2010, p. 128). A maior empregabilidade feminina no setor público em relação ao privado vem da pressão das associações de mulheres, sejam partidárias ou da sociedade civil, respaldadas pelos compromissos internacionais assumidos pelo país.

Em 2011 Orlando Santos publicou o estudo “Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda”, no qual observa o dia a dia do trabalho no comércio e entrevista algumas zungueiras⁴⁷, percebendo continuidades e rupturas entre as diferentes gerações de mulheres que atuam nesse ofício. Seu estudo apresenta o comércio de rua de Luanda como um fenômeno que caracteriza a identidade da cidade e como algo muito mais complexo do que uma simples informalidade no mercado. Segundo suas observações, o comércio de rua é diverso, possui uma organização própria, relaciona-se com a formalidade e reflete a incapacidade do Estado em promover formas de inserção para a população na educação e no trabalho.

⁴⁷ Nome dado ao que no Brasil chamaríamos de “vendedores/as ambulantes”. Como já levantado anteriormente por Lopes (2006), são parte importante do setor informal da Angola e são formados majoritariamente por mulheres.

Para Santos (2011) a inserção das mulheres na zunga está relacionada com a sobrevivência de sua família, mas também com novos arranjos da sociedade angolana no contexto de globalização. Ele observa que no espaço da zunga a

[...] criação de redes de vizinhanças com base no parentesco, com pessoas provenientes do mesmo espaço sociocultural, manutenção dos hábitos alimentares e o falar a língua do grupo etnolinguístico de origem parecem ser as formas mais evidentes de manifestação de laços de solidariedade étnica (SANTOS, 2011, p. 45)

O pesquisador confirma as percepções de Lopes (2006), afirmando que o mercado de rua é segregado por gênero, faixa etária, região de procedência, etc., o que define os tipos de mercadorias que são comercializadas e os locais de trabalho de cada grupo. Cabe destacar que tal segregação já havia sido identificada por Pantoja (2000) quando analisou o mercado de rua luandense do final do século XIX. Considerando o meu interesse de pesquisa, chamou-me atenção no texto Santos que, no comércio de rua de Luanda, a venda de produtos agrícolas geralmente é feita por mulheres do centro-sul do país (SANTOS, 2011, p. 45).

Indo ao encontro das considerações de Lopes (2010), Maria Eloise da Silva entende em sua dissertação intitulada *O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais* (2013) que a dependência econômica é um mecanismo de subordinação da mulher e que o exercício de um trabalho confere à pessoa um sentimento de pertença à sociedade (uma identificação social), o que permite que ela se enquadre na categoria de cidadã (SILVA, 2013, p. 19). A pesquisadora trabalhou com uma análise das condições socio-históricas que têm definido o lugar da integração da mulher à sociedade, considerando também as entrevistas que realizou junto a trabalhadoras do setor formal de Luanda, bem como junto a funcionários/as de órgãos públicos e de OSC que trabalham com assistência social e promoção dos direitos das mulheres.

Esse foi o estudo em que eu identifiquei maior relação com o meu objeto de pesquisa, embora seja localizado em Luanda, uma vez que a autora teve a oportunidade de colher informações a respeito das trajetórias que as entrevistadas percorreram até ocupar o trabalho que exercem atualmente. Dentre as entrevistadas, algumas ocupam empregos públicos e registram o concurso público como forma de contratação. A entrevistas identificaram seu nível de instrução, profissão, tipo de contrato, tempo no atual trabalho, idade com que começaram a trabalhar, área dos empregos anteriores,

percepção das condições de trabalho, como ficaram sabendo do emprego, obstáculos que enfrentam no mercado de trabalho por serem mulheres, se já sofreram (e que tipo) de discriminação no seu trabalho, reação da chefia ao gozar a licença maternidade, receios no período do gozo da licença maternidade, mudanças na volta da licença, se gozaram a redução de jornada para amamentação, se têm conhecimento dos direitos do/a trabalhador/a e das mulheres, tempo para a vida pessoal, e vantagens e inconvenientes que percebem em sua profissão (SILVA, 2013).

Muitas dessas trabalhadoras já estiveram no mercado informal e a principal forma para conhecerem oportunidades de emprego se deu pelas redes familiares/amigos/as de afinidade. Muitas consideraram a maternidade como um momento que pode prejudicá-las em sua ascensão profissional, e a maioria considerou que é difícil conciliar a vida pessoal/familiar com a profissional. Também se registrou a existência do apoio de familiares e amigas para o cuidado com os filhos enquanto as entrevistadas estão trabalhando. Esse aspecto me incentivou a investigar em minhas entrevistas a existência de redes de solidariedade que permitiriam às mulheres exercer uma jornada de trabalho fora de casa.

A partir das informações levantadas, Silva (2013) acredita que um passo foi dado com a participação de Angola nos debates e compromissos internacionais relacionados a gênero, provocando a criação de agendas nacionais sobre o tema, mas que ainda têm pouca efetividade pelo pouco investimento de recursos. Essa situação cria um terreno para que a população se apoie na assistência das OSC, que por sua vez, são tuteladas pelo Estado no sentido de depender dos recursos dele e serem monitoradas por ele, segundo legislação demonstrada pela autora. Consequentemente, “a Sociedade Civil e o Serviço Social têm tido sobretudo a função de ‘orientador’ e promotor de investigação científica, não tendo um papel tão dinâmico na promoção da igualdade de gênero e por consequência na inserção/ integração laboral das mulheres” (SILVA, 2013, p. 75).

Em 2005 a pesquisadora Aline Afonso apresentou ao Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) o estudo “Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho”⁴⁸. A partir de uma coleta de estatísticas sociais e de uma análise do percurso histórico do país desde a independência, ela argumentou que a desigualdade de gênero no

⁴⁸ À época de publicação do estudo, a pesquisadora assinava como Aline Pereira. Entretanto, no seu currículo atual disponível no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), ela já adaptou sua bibliografia para “AFONSO, Aline”. Dessa forma, muitos trabalhos que citam esse estudo, o fazem como “PEREIRA, Aline”.

mercado de trabalho angolano se deve a três fatores principais: a migração acentuada de famílias da zona rural à urbana no período da guerra civil, gerando vulnerabilidades resultantes da concentração populacional; a instabilidade do quadro econômico angolano no momento da transição para a economia de mercado; e a carência de políticas públicas que protegessem as mulheres dos problemas consequentes dos demais fatores (AFONSO, 2005, p. 1-2). Esse estudo é de grande valia para compreender a relação da desigualdade de gênero com fatores históricos, econômicos e com a falta de gestão do governo sobre o fenômeno, além de trazer grande quantidade de dados.

Atenta ao processo de construção democrática de Angola, a mesma pesquisadora publicou mais tarde, por meio da 12ª Assembleia Geral da CODESRIA em 2008, o estudo “Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres”, no qual realiza uma análise das condições que podem cercear ou incentivar uma maior participação política das mulheres, considerando a atuação das Organizações da Sociedade Civil e dos órgãos do Governo, como o MINFAMU, por exemplo. Ela observa que:

A actuação do MINFAMU está mais directamente relacionada com as questões da família, violência e da saúde da mulher (SIDA, nutrição, cuidados maternos, etc.). [...] De entre os ministérios, este é o que tem o menor orçamento, projectado para 0,01% em 2008. (AFONSO, 2008, p.7).

Além disso, a pesquisadora faz uma breve análise de como se deram as eleições de 2008, concluindo que houve poucas ações para a real representação das mulheres no poder, a despeito dos partidos terem trazido isso nos seus discursos. Para ela, as eleições pouco alteraram essa situação, significando uma abertura insuficiente à participação da sociedade civil como um todo. Um dos fatores para isso foi a desproporcional quantidade de agentes políticos eleitos do MPLA, que, sendo o partido no poder, deteve alguns privilégios em sua campanha eleitoral.

Ainda na temática da atuação política, a pesquisadora Cesaltina Abreu (2016) – no texto “‘Xé, minina, não fala política!’, cidadania no feminino: sine die?” – apresenta os resultados parciais da comparação de uma pesquisa aplicada em 2004 e em 2014 com mulheres luandenses de diferentes idades e classes. A pesquisa teve o objetivo de conhecer a cultura cívica das entrevistadas a partir de suas percepções e representações sobre a política e participação no contexto de democratização do país (ABREU, 2016, p. 170). A pesquisadora percebe que, dentre as poucas mudanças de percepção ao longo da

década, aumenta-se a visão crítica sobre o Estado e um descrédito a respeito da participação política, exceto pela utilidade de algumas OSC para a reivindicação dos seus direitos:

Numa sociedade sem incentivos à participação, que ainda vive no curto prazo e no imediatismo das soluções para os problemas de sobrevivência no dia-a-dia, a disponibilidade de tempo para participar é um luxo de que a maioria não dispõe (ABREU, 2016, p. 184).

A participação política – considerando a visão das angolanas a respeito do funcionamento do Estado e da importância da representação feminina nos espaços de tomada de decisão – tem relação com alguns aspectos que serão analisados nas trajetórias de líderes namibenses apresentadas no capítulo 3. Dessa forma, além de suas trajetórias, interessou-me conhecer sua visão a respeito do desenvolvimento da região.

Com um objeto de estudo semelhante ao trabalhado por Grassi (1998), Andrea Serra (2007) reúne no relatório *A situação das mulheres empresárias de Luanda* um levantamento do perfil desse público, feito a partir de entrevistas e aplicação de um questionário junto a uma amostra de 101 empresárias da região. Mais uma vez um trabalho direcionado a Luanda – sem uma perspectiva de nível nacional, mas que se assemelha ao meu objeto por tratar de uma parcela minoritária entre as mulheres: trabalhadoras do setor formal. Seu questionário abordou questões como: as motivações delas para abrir um negócio, o equilíbrio entre trabalho e a vida familiar⁴⁹; a estrutura de funcionamento das suas empresas, como fontes de crédito; fornecedores/as; acesso à tecnologia; acesso a recursos do governo; práticas de gestão; entre outros. Segundo a pesquisa, muitas empresárias já estiveram na situação de informalidade. Com fundos próprios e experiência adquirida, conseguiram abrir seus negócios na formalidade (SERRA, 2007, p. II).

O resultado desse estudo apontou os principais obstáculos ao desenvolvimento dos seus negócios⁵⁰ e as esferas em que necessitam de mais auxílio, cumprindo o objetivo inicial da pesquisa, que era subsidiar a atuação da ASSOMEL – Associação de Mulheres Empresárias da Província de Luanda. Por outro lado, o estudo também registrou uma visão otimista das empresárias para o futuro dos seus negócios (SERRA, 2007, p. III).

⁴⁹ Esse aspecto de grande interesse para minha pesquisa não foi aprofundado nesse estudo.

⁵⁰ Dentre os obstáculos, as entrevistadas consideraram “a falta de capital de giro, obtenção de crédito, recursos para a compra de equipamento, aquisição de matéria-prima e mercadoria, falta de mão-de-obra qualificada e custos para a legalização do negócio”. (SERRA, 2007, p. III)

Tal visão é compartilhada anos mais tarde por Maria Carolina Binga (2016), que em seu estudo *Mulheres empresárias, género e desenvolvimento em Luanda*, ela entende que apesar de haver uma desigualdade de género no mercado angolano, cada vez mais as mulheres têm sido inseridas no setor formal, apontando haver esforços consideráveis do governo. Das 15 empresas entrevistadas, 13 foram criadas depois de 1999. Para ela, isso evidencia que hoje o Governo fomenta mais o empresariado por meio do Guiché Único da Empresa (GUE), por exemplo, um organismo que integra várias instituições responsáveis pela constituição de empresas – justamente um dos obstáculos levantados pelas empresárias entrevistadas por Serra (2007).

Binga considera que o compromisso do Governo é visível nesse aspecto, pois o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 contempla a questão de género e vincula a isso a necessidade de programas de qualificação. Ela demonstra que a diferença de escolarização entre meninas e meninos tem diminuído e acredita que “o sucesso do negócio não depende do género, mas da capacidade em empreender, com determinação e força de vontade” (BINGA, 2016, p. i).

Saindo um pouco de Luanda, por meio de entrevistas com empreendedoras da província do Huambo, Júlio Paulo Quintas inquiriu sobre suas formas de administrar os seus negócios, de modo a compreender onde se dá o ponto de evolução do negócio informal para a empresa formal: que motivações e práticas ocorreram nas experiências dessas mulheres? Em *O empreendedorismo feminino: estudo no mercado de Huambo – Angola* (2013), o pesquisador buscou comprovar que o planejamento e demais técnicas de gestão – principalmente quando há apoio do Estado na redução da burocracia – podem ajudar muitas mulheres a saírem da informalidade.

Assim como já trazido por Santos (2011), o planejamento é muitas vezes realizado pelo contato que as empresárias estabelecem por meio de associações, tanto nas redes informais de solidariedade, quanto nas associações organizadas para o empresariado. O pesquisador demonstra que, por um lado, o Estado limita a evolução das comerciantes informais à formalidade, mas por outro, há programas promovidos pela província dos quais muitas trabalhadoras do setor informal poderiam usufruir (QUINTAS, 2013).

A organização das trabalhadoras por meio de redes de solidariedade é também abordada em um texto breve de Paulo Inglês (2015), em que ele relata sua experiência no acompanhamento da assistência prestada pelas irmãs scalabrinianas da Província do Uíge aos/às retornados/as pós-guerra civil: em sua maioria mulheres que desejam se reinserir no mercado angolano. Em “Credo, crédito e género: economia do afecto entre mulheres

retornadas”, ele descreve um pouco da vulnerabilidade por qual passam as mulheres que, findada a guerra, resolveram voltar para reconstruir suas vidas em Angola, tendo dificuldades com a língua e com a inexistência de redes de apoio para auxiliá-las a inserirem-se no mercado de trabalho. É nesse contexto que atuam as irmãs scalabrinianas: fornecendo um auxílio na forma de um sistema de microcrédito inspirado na prática da *kixikila*, muito comum entre mulheres do mercado informal angolano.

A *kixikila*⁵¹ é um sistema de investimento mútuo, que ocorre entre um grupo pequeno de comerciantes, em que cada uma investe uma pequena quantia, semanalmente, cujo total será entregue para uma das integrantes do grupo utilizar no aprimoramento do seu negócio ou para resolver alguma emergência. A cada semana uma integrante diferente é “premiada”. O pesquisador comenta que a *kixikila* é “um sistema arriscado, vulnerável, e algo rudimentar, mas com eficácia suficiente para remediar o cotidiano” (INGLES, 2015, p. 314). A proposta chave de seu texto é demonstrar como a confiança entre mulheres pode ser mais eficaz para promover a sua inserção no mercado que a busca pelo lucro.

A prática da *kixikila* como forma de solidariedade é também trabalhada na dissertação de Laís Queiroz (2016) que, mesmo a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada sem a experiência do campo, apresenta uma descrição primorosa a respeito do ofício da zunga. Em *Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda*, a pesquisadora entende que

As zungueiras ao atuarem fora do escopo governamental produzem uma urbe que atende àqueles que fogem à disciplina da África oficial e assim, conseqüentemente, contribuem para novas redes de solidariedade, redução da pobreza e empoderamento feminino, dinâmicas complexas que o desenvolvimento *top down* implantado pelo Estado e financiado pelas agências internacionais pouco consegue atender. (QUEIROZ, 2016, p. 14).

Sua análise centra-se em como o cotidiano dessas trabalhadoras acaba configurando novos espaços urbanos e novas formas alternativas de desenvolvimento local, por meio de sistemas de solidariedade feminina e empoderamento. Segundo Queiroz, as perseguições que as zungueiras sofrem dos agentes de fiscalização, ao invés

⁵¹ Trata-se de um elemento importante do cotidiano das trabalhadoras do setor informal angolano, anteriormente abordado por Ducados e Ferreira. *O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Econômica das Mulheres em Angola: a kixikila no Município do Sambizanga (Luanda)*, comunicação apresentada ao V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, 1998.

de extinguir seu trabalho informal, acabam por gerar novas relações com o espaço urbano, bem como identidades, valores e visões de mundo (QUEIROZ, 2016, p. 119).

Os estudos de Queiroz (2016), Ingles (2015) e Quintas (2013), mencionados acima, trazem diferentes abordagens a respeito das diversas formas de apoio e solidariedade que as angolanas encontram para exercerem suas profissões. Trata-se de um importante aspecto relacionado ao trabalho feminino em Angola que levei em conta na análise da trajetória pessoal e profissional da história de vida que apresento no próximo capítulo.

Embora a dissertação de Eufrásia Songa (2017) *(Re)significações das tranças e outros penteados em Angola: as moças das tranças na “praça nova” da cidade do Lubango* esteja mais relacionada a identidade cultural e a configuração de espaços públicos, ela realiza sua investigação por meio do trabalho das mulheres que fazem tranças nas praças/mercados públicos do Lubango, capital da Província da Huíla. Esse foi o único estudo de caso urbano próximo, geograficamente, do Namibe, região da presente pesquisa.

A autora analisa um contexto de pobreza e baixa escolaridade da população local, em que fazer tranças é um ofício que muitas mulheres aprendem desde a infância com suas ancestrais e que, se aproveitado pode se tornar uma forma de sustento, tanto na informalidade quanto na formalidade. A partir da vivência de quem aprendeu o ofício e cedo começou a trabalhar com tranças – atividade tradicionalmente feminina – a pesquisadora identifica interessantes questões sobre a profissionalização dessas mulheres, bem como algumas dificuldades cotidianas que “as moças das tranças” enfrentam para formalizarem seus negócios. Songa (2017) reforça questões levantadas anteriormente por Serra (2007) e Quintas (2013):

[...] para iniciar um negócio, ainda que pequeno, mas que chamaria aqui de “formal” ou oficializado, faz-se necessário cumprir certa multiplicidade de procedimentos e formalismos decorrentes da complexa legislação, cabendo realçar a obrigação do pagamento de taxas de imposto e, difícil para quem não teve acesso à educação, a obrigatoriedade de um diploma (SONGA, 2017, p. 78).

Assim como Lopes (2010) e Silva (2013) já haviam destacado, Songa observou que a sociabilidade vivida nas praças gera autonomia para as moças, pois lá elas exercem o trabalho, o poder de consumo e também de “divertimento” (SONGA, 2017, p. 82). Uma questão não identificada em outros textos e trazida por Songa (2017) foi a possibilidade de uma segunda forma de rendimento eventual além do trabalho principal que, somado

aos afazeres domésticos, caracteriza, ao meu ver, uma “jornada tripla de trabalho” entre as interlocutoras.

Não são poucas as mulheres que além de um emprego no setor formal, possui um negócio no setor informal. Trabalha-se, por exemplo, como professora durante meio período do dia ou ainda três dias por semana para no tempo remanescente se exercer a atividade de vendedora no mercado paralelo (SONGA, 2017, p. 79).

Voltados para a esfera da educação, Eugenio da Silva⁵² e Maria João de Carvalho realizaram um estudo sobre o conflito entre a Educação Tradicional Africana (ETA)⁵³ e a promoção da educação formal (de língua portuguesa) nos espaços rurais angolanos, e suas implicações para as relações de gênero. No texto intitulado “Educação em Angola e (des)igualdades de gênero: quando a tradição cultural é factor de exclusão” (2009) os autores demonstram que a resistência de muitas sociedades rurais em relação à educação formal está ligada a diversos fatores. Dentre eles destaco a não aceitação da língua portuguesa, a distância entre seus lares e as escolas, mas, principalmente, a desconfiança de que a educação oficial deturpará os valores tradicionais das comunidades, sendo mais uma forma de colonização, cujos ensinamentos têm pouca utilidade para o seu cotidiano rural (SILVA; CARVALHO, 2009, p. 2404).

Eles analisam que esse contexto é responsável por distanciar as meninas dos espaços de ensino oficiais, considerando que o alto custo com o deslocamento é preferivelmente direcionado aos meninos, que poderão utilizar o conteúdo aprendido mais que elas, quando adultas. A comunidade espera delas que aprendam apenas os ofícios domésticos e conjugais que são ensinados por meio da ETA, segundo a avaliação que os autores fazem sobre a cultura rural.

Silva e Carvalho (2009) defendem que só por meio da educação oficial os membros dessas comunidades terão acesso à cidadania, podendo participar da política e adquirindo formação profissional, o que os autores entendem como fatores emancipadores da mulher: “O facto de a sua socialização se operar em contexto de ‘prisão psíquica’ conduz a que as próprias mulheres reforcem as lógicas e os discursos que

⁵² Eugénio da Silva também trabalhou com esse tema no texto “Educação no meio rural em Angola: tradição, (des)igualdade de género e cidadania” apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, em 2011 na Bahia.

⁵³ Os autores descrevem que a ETA “realiza-se de forma espontânea, informal, por imitação e diferenciada por género; de natureza comunitária, ou seja, ligada às situações da vida e aos papéis sexuais e sociais futuros; visa preservar a identidade cultural e capacitar para a vida social/comunitária” (SILVA; CARVALHO, 2009, p. 2405).

defendem a sua submissão já que é preferível estarem reféns da tradição do que sob o estigma da rejeição” (SILVA; CARVALHO, 2009, p. 2415).

Por outro lado, os autores entendem que se agarrar às tradições culturais é uma forma de resgatar a cidadania para as pessoas do campo, que foram extremamente vulnerabilizadas durante a colonização e as guerras de libertação e civil. Para tanto, eles propõem uma preparação de intermediadores/as culturais. Mesmo entendendo a importância da ETA para a manutenção dos “valores angolanos tradicionais”, o texto acaba formando uma dicotomia entre uma educação oficial “libertadora” e uma educação tradicional “opressora”, que eles relacionam com a origem *Bantu* sem, no entanto, aprofundar a análise dessa herança étnica e de sua relação com o colonialismo.

O trabalho coordenado por Aline Afonso e Catarina Caetano em 2015, intitulado *Diagnóstico de gênero de Angola*⁵⁴, é um dos mais completos relatórios de indicadores relacionados a gênero disponíveis nos repositórios consultados. A partir de uma análise multisetorial de dados oficiais internacionais e nacionais e de entrevistas com os principais agentes envolvidos/as na promoção dos direitos das mulheres (governamentais nacionais e regionais, e de OSC), foi realizado um diagnóstico da situação socioeconômica das angolanas e dos principais desafios para cada setor que influencia na promoção da sua cidadania, para, enfim, lançarem recomendações às instituições que podem atuar no alcance desse objetivo.

Esse diagnóstico (DGA) evidenciou a descontinuidade dos avanços conquistados no quadro legal do país com a adesão a compromissos internacionais, a aprovação de leis e planos de governo⁵⁵, para os quais não se encontra efetividade na concretização dos objetivos, seja por falta de investimentos nas políticas públicas relacionadas ao tema, seja pelo desconhecimento da questão da vulnerabilidade das mulheres e das relações de gênero nos setores atendidos, o que é agravado na medida em que a gestão se distancia do governo central, principalmente na região rural (AFONSO; CAETANO, 2015).

⁵⁴ Esse trabalho foi financiado pela União Europeia no âmbito do 10º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento) com o cofinanciamento da Cooperação Espanhola, sob tutela do Gabinete do Ordenador Nacional do FED em Angola.

⁵⁵ Elas citam o “princípio da igualdade” nos artigos primeiro e segundo da Constituição; Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 2/2005), que prevê uma representação de gênero não inferior a 30%; a Lei Geral do Trabalho (Lei n.º 2/2000), na época em revisão, que considerava em seu artigo terceiro, que todos os cidadãos (homens e mulheres) têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação; o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND), que contemplou a promoção da igualdade de gênero; o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (PNADEMUR 2015-2017); e a Lei Contra a Violência Doméstica – LVD (Lei n.º 25/11).

Segundo o DGA, o MINFAMU possui um quadro pequeno de servidores/as, com pouca formação especializada na área de gênero, além de escasso orçamento (o menor dentre todos os ministérios) para a implementação regional das políticas públicas, por meio das DIFAMU. Para as pesquisadoras, embora o MINFAMU tenha uma boa interlocução com os demais órgãos governamentais, o mesmo não ocorre com as associações da sociedade civil que trabalham junto às angolanas. Por sua vez, essas associações também não usufruem de boa comunicação com as universidades, deixando de agregar conhecimentos técnicos para aprimorar seus planejamentos e atuações.

Em termos de participação política, as autoras também destacam que “Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) não funcionam como mecanismo efectivo de participação: funcionam mais como um espaço em que o poder público dá conhecimento do que está a ser desenvolvido” (AFONSO; CAETANO, 2015, p. xvii).

O diagnóstico demonstra que depois das eleições de 2008 houve um aumento da representatividade das mulheres na política. Entretanto, elas ainda somam 36% entre os parlamentares em 2012; 8% entre integrantes dos governos provinciais em 2014; e 20,4% entre administradores municipais em 2014 (AFONSO; CAETANO, 2015, p. 20).

O DGA observa também que o setor rural é prioritário para qualquer atuação em defesa dos direitos da mulher, considerando sua maior vulnerabilidade em termos de acesso a serviços de saneamento, água, saúde, educação, bem como em termos de exposição à cultura patriarcal (AFONSO; CAETANO, 2015, p. xvii).

Segundo as autoras, mesmo que tenha havido um aumento da escolarização das mulheres nos últimos anos, elas ainda são minoria nos níveis técnicos e superiores de educação e estão segregadas nos cursos e profissões relacionados com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, como saúde, farmácia, etc. (AFONSO; CAETANO, 2015, p. 49). Assim, como já demonstrado em estudos anteriores, esse quadro se reflete no mercado de trabalho empurrando as mulheres para a informalidade, na qual se exige uma menor qualificação e, conseqüentemente, se tem um menor rendimento (AFONSO; CAETANO, 2015, p. xx).

O DGA conclui que, apesar de alguns avanços em termos de políticas públicas, as angolanas continuam mais vulneráveis à pobreza e a outros prejuízos em relação aos homens, caracterizando uma desvantagem socio econômica para a qual os órgãos governamentais e da sociedade civil têm demonstrado fragilidade em suas atuações.

Em 2016, Ermelinda Liberato publicou um artigo propondo um balanço da condição e da posição das mulheres nos 40 anos que se sucederam à independência de Angola, considerando três fases: o período pós-independência até o fim da guerra civil (1975-2002), o período pós-guerra civil (2002 -2015), e o terceiro, um breve período que ela relaciona com a atual realidade. Em “40 anos de independência: uma reflexão em torno da condição da mulher angolana” Liberato (2016) observa que a promessa de uma sociedade justa e igualitária na construção da nação angolana foi tragicamente atropelada pela guerra civil, cujo fim levantou uma falsa expectativa de superação das desigualdades postas.

O aparente crescimento econômico, que na verdade era dependente da exportação do petróleo – setor que, como visto no capítulo anterior, promove pouca empregabilidade no país – contribuiu para a melhoria de alguns indicadores sociais e para a criação de uma sensação de prosperidade para uma parcela pequena da população. Por outro lado, assim como Afonso e Caetano (2015), ela também comenta o aumento da representatividade das mulheres no poder, colocando Angola entre os países mais equitativos nesse quesito, além de outras iniciativas para a promoção dos direitos da mulher (LIBERATO, 2016, p. 1002). Contudo, com a crise do petróleo em 2014, a “indisfarçável realidade” da pobreza intensificou-se, potencializando a responsabilidade das mulheres pela sobrevivência da família, sendo que “[...] o cotidiano da maioria das mulheres é marcado pela vivência no limiar da pobreza e conseqüentemente de elaboração de estratégias de sobrevivência” (LIBERATO, 2016, p. 1002).

A representatividade em alguns órgãos governamentais não é suficiente, inclusive, para tirar Angola da posição dos piores países da África e do mundo, em relação a igualdade de gênero⁵⁶. A conclusão da autora é que a promessa da construção de uma nação justa, igualitária e livre da miséria para as mulheres ainda não se consolidou. Existe um discurso e um posicionamento oficial em favor da melhoria das condições de vida das angolanas, mas pouco foi concretizado; quanto mais longe das urbes as mulheres estão, maior é precariedade e a degradação de suas condições de vida, somando-se ao peso cultural e moral da responsabilidade de encontrar meios para a sobrevivência das suas famílias (LIBERATO, 2016).

⁵⁶ Liberato observa que “De acordo com o World Economic Forum de 2015, Angola ocupa a posição 126, entre 145 países, em termos de desigualdade de gênero. Entre os 31 países africanos que fazem parte da lista, Angola ocupa a posição 26, estando à frente apenas do Benim, de Guiné, da Costa do Marfim, do Mali e do Chade” (LIBERATO, 2016, p. 1003).

Recentemente foi publicado pelo MINFAMU (2017) – representado pela ministra Filomena Delgado – o primeiro *Relatório Analítico de Gênero de Angola* (RAGA). A introdução do relatório destaca a importância dos esforços empreendidos pelo Governo de Angola para promover os direitos da mulher nos últimos anos, com destaque ao período de 2013 adiante, quando houve um *boom* de aprovação de leis e outros instrumentos legais em favor desses direitos. Assim, o relatório “estabelece um primeiro passo para o fortalecimento da produção de dados diferenciados que possam permitir monitorar e avaliar sistematicamente o progresso no domínio do gênero e do empoderamento da mulher e da rapariga” (MINFAMU, 2017, p. 1).

Trata-se de um documento resultante do esforço em iniciar a produção sistemática de informações sobre gênero para usufruto do governo na implementação de políticas públicas, parte de um projeto maior de promoção do empoderamento das mulheres, apoiado pelo PNUD e UNFPA.

O documento tem também o caráter de prestação de contas públicas do que o MINFAMU realizou nos últimos anos, trazendo um capítulo sobre isso. Em uma breve avaliação, a maior parte das ações do MINFAMU estão relacionadas a: reforço do quadro legal; capacitações; e produção de conteúdos reflexivos dirigidos aos/às funcionários/as das Direções Provinciais, de Ministérios parceiros, de agentes comunitários da família e de parcerias com as OSC e as igrejas. São citadas no texto: a realização de formações em empreendedorismo para mulheres e homens; a criação da linha telefônica “SOS Violência Doméstica”, de 12 Centros de Aconselhamento Familiar e 4 Casas de Abrigo; a alfabetização de mulheres rurais; a doação de terras agrícolas irrigáveis às famílias; entre outras semelhantes (MINFAMU, 2017). Segundo dados apresentados, tais iniciativas devem ter atingido entre centenas e milhares de angolanas, a depender da ação em questão. Toda a atuação governamental é norteadada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017.

No que diz respeito às informações apresentadas, o relatório constitui uma evolução para a geração nacional de dados sistematizados e, conseqüentemente, para gestão das políticas relacionadas às mulheres no sentido de inaugurar uma relação profícua com o INE – Instituto Nacional de Estatística, visando atender as análises exigidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS). Conforme relataram Afonso

e Caetano (2015) e Liberato (2016), muitas das informações estatísticas de gênero utilizadas anteriormente eram retiradas de relatórios internacionais⁵⁷.

Os indicadores utilizados no RAGA seguem os conceitos base para o atingimento das metas dos ODS⁵⁸ e as principais fontes consultadas no RAGA foram: a) Relatórios e documentos produzidos pelo MINFAMU e parceiros no período 2013-2016; b) Censo Geral da População e Habitação 2014; c) O Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016 (IIMS 2015-2016) (MINFAMU, 2017).

Especialmente na vertente da atuação das mulheres em cargos de liderança política, ao comparar a informação trazida em 2015 por Afonso e Caetano, percebe-se melhora da representatividade feminina em algumas posições e piora em outras:

Cargo do Poder Público	% ano de 2014	% ano de 2016
Parlamentares	36,8%	37%
Ministras	29%	24,2%
Representações diplomáticas	Não informou	11%
Governadoras de Províncias	16,7%	11,1%
Administradoras municipais	16,3%	26,4%
Juízas conselheiras no Tribunal Supremo	Não informou	28,5%

Tabela 1 – Comparação % de mulheres nos cargos de poder entre 2014 (AFONSO; CAETANO, 2015) e 2016 (MINFAMU, 2017). Fonte: elaborada pela autora.

É importante registrar que o RAGA informou não existir “dados sobre o tempo dispensado em cuidados não remunerados e do trabalho doméstico classificados por sexo, idade a partir dos 5 anos e localização, conforme requerido pelo indicador 5.4.1 dos ODS” (MINFAMU, 2017, p. 72), assim como não há mecanismos de registro de propriedade de terras. Também não encontraram dados referentes às mulheres que exercem funções de gestão no setor privado (MINFAMU, 2017, p. 72).

Apesar de brindar o sucesso da produção estatística e de demonstrar os esforços do MINFAMU, o RAGA reconhece que os dados apresentados ainda são insuficientes para avaliar todos os avanços atingidos, e que ainda há desafios para a implementação das políticas que visam à igualdade de gênero (MINFAMU, 2017, p. 74). O relatório traz

⁵⁷ Cabe ressaltar que o Censo de 2014 de Angola, o primeiro produzido desde a independência, ainda estava em produção na época da elaboração do DGA (AFONSO e CAETANO, 2015, p. 4), e somente teve seus resultados definitivos publicados em março de 2016.

⁵⁸ Os indicadores estão separados pelas seguintes vertentes: “(i) capacidades sociais: educação, saúde reprodutiva, VIH/SIDA, violência baseada no gênero; (ii) oportunidades econômicas: emprego e propriedade; (iii) poder de agenciamento político: participação das mulheres em cargos de liderança política, e também econômica e pública; (iv) acesso a recursos e tecnologias de informação e comunicação” (ANGOLA, 2017, p. 2).

algumas informações que não estavam presentes no DGA, entretanto o nível de análise crítica das informações e sua correlação com outros indicadores, como os econômicos, é bastante inferior, ao meu ver.

Os estudos apresentados por Afonso e Caetano (2015), Liberato (2016) e MINFAMU (2017) anteriormente discutidos são balanços multitemáticos acerca da situação socioeconômica e política em que vivem as angolanas de forma generalizada. Por trabalharem com indicadores ao invés de narrativas, não são suficientes para a compreensão do cotidiano das microrrelações que atravessam os espaços domésticos, de trabalho e de sociabilidade dessas mulheres. Por esse motivo, foi importante apresentar neste capítulo, também, textos que trabalham com entrevistas e estudos de caso trazendo a percepção feminina acerca de algumas esferas que impactam no exercício dos seus “direitos de cidadania”, a partir do conceito de Carvalho (2009).

Foi importante perceber que, mesmo que grande parte das trabalhadoras angolanas estejam localizadas no setor informal da economia (AFONSO, 2005; LOPES, 2006; SANTOS, 2011; QUEIROZ, 2016), há uma inserção das mulheres na formalidade em curso (QUINTAS, 2013; BINGA, 2016). Essa situação levanta desafios específicos relacionados à abertura de negócios próprios (SERRA, 2007; QUINTAS, 2013), bem como ao acesso à educação técnica e superior e à qualificação profissional que permitam às angolanas ascenderem a esses espaços formais (SILVA; CARVALHO, 2009), inclusive a empregos públicos (SILVA, 2013), que é o nicho de maior interesse para esta dissertação.

A conciliação entre a esfera pessoal/familiar (responsabilidade com o cuidado dos filhos e afazeres domésticos) e a esfera social (trabalho e atuação política) é entendida como um grande desafio para as angolanas (SILVA; CARVALHO, 2009; LOPES, 2009; LIBERATO, 2016). Frente a isso, alguns estudos apresentados abordaram a prática de relações de apoio e solidariedade que as mulheres desenvolvem para conseguir realizar essa conciliação e crescer em suas vidas profissionais (SANTOS, 2008; SILVA, 2013; INGLES, 2015; QUEIROZ, 2016). A superação desses desafios aumenta as chances das angolanas acessarem seus direitos sociais (AFONSO, 2005; SILVA; CARVALHO, 2009;) e de participarem mais ativamente das decisões políticas (ABREU, 2016), seja por meio das associações da sociedade civil ou do exercício de funções públicas, inclusive as de alta decisão política (AFONSO, 2008; LIBERATO, 2016).

CAPÍTULO 3 – AS TRAJETÓRIAS DAS LÍDERES NAMIBENSES E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE GÊNERO

O levantamento bibliográfico apresentado no capítulo anterior foi importante para conhecer as questões que mais chamam atenção dos/as pesquisadores/as e revelar, também, a carência de estudos sobre as mulheres do Namibe, bem como a respeito de percursos individuais pelos quais algumas angolanas passam até chegar a uma posição de independência econômica, de autonomia social e, mais especificamente, de liderança.

Essa constatação confirmou o meu interesse em realizar entrevistas com sete mulheres que ocupam funções de liderança em instituições públicas do Namibe. O objetivo das entrevistas foi captar dessas histórias de vida outras percepções a respeito de Angola, dos lugares que as mulheres ocupam na construção do projeto de nação pensado pelo MPLA, bem como das relações de gênero que atravessam as esferas públicas e privadas em que vivem essas mulheres.

Na pesquisa de campo tive a oportunidade de entrevistar as seguintes senhoras:

- Alice (codinome), 43 anos, chefe de seção de uma direção provincial;
- Arminda Maria do Espírito Santo, de 53 anos, atualmente aposentada, foi chefe da Seção da família e proteção da mulher do município do Tômbwa;
- Euracema Deovira Major Ambrósio, 38 anos, subdiretora administrativa de uma escola pública em Moçâmedes e ex-diretora provincial de Cultura;
- Carla Maísa Pereira Tavares, 48 anos, supervisora técnica administrativa da Sonangol Distribuidora no Namibe (do grupo Sonangol – petrolífera pública nacional);
- Maria Filomena Alfredo, 51 anos, diretora de uma escola pública em Moçâmedes;
- Mariana Chilombo Alfredo Joaquim, 46 anos, subdiretora pedagógica de uma escola em Moçâmedes; e
- Neusa Sofia Bengani David, 30 anos, diretora do gabinete de comunicação institucional e imprensa do governo provincial.

Considerando a oportunidade de ter realizado essas entrevistas e as limitações do contexto da dissertação para tratar cada história de vida em maior profundidade, fiz a escolha de focar a análise em três trajetórias que considerei mais específicas e diferentes entre si no primeiro subcapítulo. Entretanto, destaco que o material colhido em cada entrevista é bastante rico e poderá ser explorado com outras nuances em pesquisas

posteriores, pois cada história de vida compartilhada é única e digna de atenção específica.

Dessa forma, apresentarei abaixo três histórias de vida com o intuito de conhecer: a origem étnica, regional, e a vida familiar na infância; a experiência com a guerra civil; a formação acadêmica/intelectual; a experiência profissional; a experiência como mulher na liderança; a ideia de um/a bom/a líder; a relação com partido; a relação com a religião; a situação marital, maternidade e atividades domésticas; as ideias sobre desenvolvimento; e os sonhos e os planos para o futuro.

A partir desses aspectos, no segundo subcapítulo, pretendo discutir cada um deles trazendo as semelhanças, reiteraões, discrepâncias, bem como pontos que me chamaram atenção nas sete histórias de vida que pude conhecer, cujas narradoras traçaram um caminho até chegarem nas funções de liderança que ocupam atualmente.

Cabe ressaltar que a entrevista de Arminda Santo foi realizada por telefone meses antes da minha ida ao Namibe em 2019 quando consegui realizar as entrevistas presenciais. Logo, as leituras e as ideias que surgiram entre a primeira entrevista e as demais provavelmente influenciou algumas pequenas mudanças nas perguntas, e no enfoque das entrevistas. Dentre todas as entrevistadas, Alice foi a única que solicitou não ser identificada e não ter sua entrevista gravada, por isso faço aqui o uso de um codinome para este caso.

3.1 Olhando para o Namibe pelos olhos de Arminda, Maísa e Neusa

Arminda Maria do Espírito Santo

'A dona Arminda da proteção da mulher né?' Sim, todos me conhecem [...] Quem não me conhece é novo, mas quem fica 5 dias, todo mundo me conhece.

Arminda Maria do Espírito Santo, com 53 anos no momento da entrevista, é filha de trabalhadores de origem *Umbundu*, que saíram da Província do Huambo, migrando entre as Províncias do Namibe e Huíla em busca de trabalho e uma boa criação para os sete filhos, estabelecendo-se no município do Tômbwa. Sua mãe era lavadeira, mas encontrou espaço para trabalhar na indústria peixeira do município. Seu pai prestava serviços de mecânica de automóveis. Seus avós eram camponeses.

Desde criança, Arminda se destacou na escola e no seu bairro, respectivamente como uma aluna aplicada e como uma garota que sabia escrever bem. Suas habilidades

foram notadas enquanto ela trançava os cabelos das vizinhas, que indicaram seu nome para um ofício no governo. Como ela tinha apenas 17 anos, seus pais tiveram que autorizar sua contratação antes da maioridade, permitindo que ela realizasse testes e estágio de datilografia, para ser, então, contratada.

Seus pais “faziam parte” do MPLA⁵⁹, e durante a infância Arminda participou de grupos da escola, do partido e da igreja.

Minha infância toda, minha juventude, minha infância foi no partido MPLA. Na escola já criavam grupos e dentro daqueles grupos que criavam, eu liderava um dos grupos. [...] Eu liderava. Liderava. Praticamente o meu crescimento, a minha adolescência, o meu crescimento todo foi pra onde havia 3, 4 e 5 pessoas, neste caso que você vai trabalhar: “você vai ser coordenadora” [...] foi assim! Fazia muita dinâmica, apresentação, cântico, mesmo na igreja. Eu ia pra igreja, cantava, me escolhiam para ser chefe ou coordenar [...] (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

Ela reconhece que sua competência foi o que a levou a trabalhar cedo e o que promoveu sua ascensão e o respeito dos/as colegas de trabalho, tanto chefes quanto subordinados/as até a sua recente aposentadoria.

Logo após a entrada no primeiro emprego, já com 18 anos, Arminda casou-se. Seu esposo⁶⁰ era policial e com ele teve quatro filhos. Em 1991 recebeu um convite para ser chefe de seção de Compra e Venda do Patrimônio Habitacional do município. Ela se sentiu reconhecida e conta que avisou ao esposo que estaria em um trabalho que lhe tomaria mais tempo, mas que não houve conflito com ele, pois no final do mês ela “mostrava o salário” e ele compreendia o quanto isso era importante para o futuro dos filhos.

Infelizmente após as eleições 1992, os conflitos da guerra civil, até então pouco aparentes na cidade do Tômbwa, materializaram-se em desentendimentos de partidários do MPLA e da UNITA, culminando na morte do esposo em serviço, vítima de uma bala perdida. Segundo pessoas presentes, não se sabe de onde veio o tiro, mas que certamente não foi direcionado a ele, que estava apenas cumprindo seu trabalho de acalmar o conflito. Arminda destaca que “os policiais eram neutros no conflito”. Essa foi sua experiência mais próxima da guerra civil.⁶¹

⁵⁹ Em outro momento da entrevista, Arminda explica que fazer parte pode ser entendido como “os/as militantes comuns”, que participam das atividades locais organizadas pelo partido, mas não fazem parte da direção.

⁶⁰ No Brasil, usa-se com maior frequência o termo “marido”, mas optei por utilizar o termo “esposo”, que é o mais falado entre as entrevistadas.

⁶¹ Em relação à participação das mulheres na guerra civil, ela relata que haviam mulheres no partido, mas trabalhavam “secretamente”, enquanto os homens atuavam de outras formas, e teriam sido eles que “pegaram as armas”.

[...] eu sabia que havia guerra, mas o que significa e o porquê, nada, eu nem sabia. Havia uma luta entre os líderes, que esses líderes eram todos irmãos ou todos amigos, mas começaram a lutar pela riqueza de Angola (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

Essa tragédia levou Arminda a passar por um período de sacrifício – como ela caracteriza – para cuidar das quatro crianças⁶². Ela teve que se afastar por um tempo do trabalho e vender pertences do esposo para conseguir sustentar os filhos. A família dele reivindicou, então, que seu filho mais velho fosse viver com eles em Moçâmedes para ter melhores condições de vida. Os demais foram crescendo e, com o tempo, seguiram o mesmo caminho, o que ela conta com muito orgulho: todos estudaram e trabalham.

Contudo, Arminda não é mãe apenas desses quatro filhos. Pouco depois da morte do esposo, ela casou-se com outro homem, com quem teve mais três filhos, cuja mais nova hoje possui 9 anos de idade. Ela conta que quando casou com o segundo esposo teve que se converter à Igreja dele, a “Igreja do Bom Deus”, pois ela explica que é assim que funciona: a mulher segue a igreja do esposo. Anteriormente ela era da Igreja Testemunhas de Jeová, para qual teve que se converter quando casou pela primeira vez. Quando solteira, era católica.

Em relação a como se sente em cada igreja e com essas mudanças, ela afirmou com tranquilidade que é “tudo igual, pois todas falam em nome de Deus”. O que importa é a experiência, que vai além da espiritualidade, mas constrói redes de relacionamento: “estar na igreja abre caminhos, estar no partido (inaudível) o partido também me paga como segunda secretária”.

Ela afirma que seu sucesso profissional nunca foi motivo de problema entre ela e os esposos. Ao ser perguntada sobre como se dava a relação e a conciliação do trabalho com o cuidado de sete filhos⁶³ e se o marido ajudava com o cuidado com as crianças, Arminda descreve que

Todo dia acordar as 5h, 5h30 e já estou fora da cama. Preparo o almoço, deixo o almoço na geladeira. Aí, quando lá pras 12h as crianças, meninas de 10/11 anos tiram e está aí, vão almoçar. E mais tarde eu faço o jantar. [...] A limpeza faço de manha quando acordo cedo [...] mas palestras, fico 2 dias, fico 3 dias fora de casa mas o esposo sabe porque tenho que antecipar (inaudível) ‘tenho que ficar fora de casa, por causa disso, disso e disso’ e estou localizada. [...] Ele cuida. Inclusive temos uma senhora que nos ajuda aqui em casa. Não digo que

⁶² A mais nova tinha quatro meses quando o pai morreu.

⁶³ Aos quais foram acrescentadas quatro sobrinhas que ela passou a criar após a morte da irmã, embora os/as 11 filhos e enteadas não tenham vivido com ela concomitantemente.

é empregada porque ela nos ajuda e também a ajudamos (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

Por volta do ano 2000, Arminda recebeu o convite para trabalhar na área de Assistência Social do município, tornando-se chefe da Seção da Família e Proteção da Mulher, trabalhando com a resolução de conflitos familiares. Nesse ofício, ela sentiu a necessidade de finalizar os estudos formais e a aprimorar outros conhecimentos: “De manhã ia para o trabalho, as 12h30 eu ia para o curso, curso de 6 meses, eu ia para o curso e as 18h eu ia para a escola e as 23h voltava para casa”. Fez diversos cursos que o próprio trabalho provia, como de informática, gestão de equipe e até passou um ano afastada em Moçâmedes estudando questões jurídicas.

Em seu trabalho nessa Seção, ela e sua equipe visitavam as casas onde havia necessidade de aconselhamento e mediação de conflitos. Isso contribuiu para que ela se tornasse conhecida na cidade e referência de acolhimento, inclusive por usar algumas línguas locais com famílias que não falavam português. Arminda considera que as intervenções eram bem sucedidas. Não apenas casos de violência, mas de má gestão familiar, como o provedor não dar o sustento necessário que a esposa e filhos necessitam, por exemplo. Ouviam-se as partes e depois juntavam-nas para chegarem em acordos. O que não podiam tratar, era encaminhado à Procuradoria. Era muito comum trabalharem com o abandono de idosos também: desde viúvas de combatentes, órfãos/as e ex-combatentes sem família.

Era respeitada, muito mesmo! Respeitada. Nunca me faltaram com respeito. Inclusive duas malas pra cá, eu havia viajado para Huambo, quando eu vi, os colegas tavam a chorar [inaudível] irmãos, primos, nunca me meti num lugar de brutalidade, nunca! O que um colega não conseguia fazer, eu fazia. [...] Esse era o meu papel, desde de lá até o preciso momento fui indicada como presidente da comunidade do bairro e da comissão de moradores (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

O acolhimento prestado para a comunidade, ao seu ver, foi o diferencial para ter sido reconhecida e ser convidada, por volta de 2015, para assumir a função de segunda secretária municipal da OMA. Atendendo ao convite, cujo mandato é de cinco anos, Arminda solicitou a sua reforma⁶⁴, que foi atendida poucos meses antes da realização da entrevista. Atualmente ela exerce esse mandato na OMA, além de ser membro do Comitê Provincial do MPLA, e continua recebendo convites para liderar grupos da comunidade,

⁶⁴ Semelhante à aposentadoria no Brasil.

como comissão de moradores, entre outros. Entretanto, se não for reeleita no cargo da OMA, ela pretende abrir um negócio: está interessada em empreender na produção de sabão, que uma amiga já vem realizando de forma artesanal e sobre o qual enxerga uma possibilidade de melhoria do negócio. Ela também tem interesse em trabalhar com agricultura.

Sobre o exercício do cargo na OMA, ela explica que

A OMA é pra protegerem as senhoras. É bem parecido com o trabalho do governo porque a OMA é uma organização da mulher angolana, quando se diz organização é primeiro bom saber o que quer dizer uma organização. Então esse trabalho que estamos a desempenhar de ajudar as senhoras para serem boas camaradas ou umas boas senhoras e sucessivamente [...] Quando tiverem conflito vão a direção e nós analisamos os casos. Incentivar e preparar as crianças [...] porque tem mulheres que ficam muito distraídas e as crianças vão pra escola sujas. E a OMA incentiva a serem boas mulheres e ser organizada, não se ausentar da casa sem consentimento do marido, não sair sem manter limpa e arrumada, não andar em boates, não andar com amigos e amigas sem consentimento do marido. Nós a ensinamos como se deve cozinhar, a ensinamos como se deve atender as visitas em casa a ter uma certa noção das coisas, ou seja, resolvemos ou ensinamos na OMA, essa é nossa tarefa (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

Quando perguntada a respeito do incentivo da OMA às mulheres fazerem parte da política, Arminda afirmou que esse é um dos objetivos da organização e que em Tômbwa hoje, praticamente 50% das funções públicas são ocupadas por mulheres:

[...] no município de Tômbwa a diretora adjunta é uma mulher, a chefe de secretaria é uma mulher, a chefe de recursos humanos é uma mulher, tá praticamente cheio de mulheres, a chefe da hotelaria e turismo, a chefe de gabinete de administrador é uma mulher, quer dizer, são tantas as mulheres no município de Tômbwa que tem muita aceitação em cargos de chefia [...] (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

Arminda fala de sua carreira como líder com orgulho e convicção de que não passou por discriminações. Tal respeito tem a ver com a forma com que ela lida com as pessoas com quem trabalha: “Eu convivia com meus colegas ou então com a própria comunidade, no mesmo nível, eu me colocava no mesmo nível. [...] ‘a fulana trabalha, é dinâmica e é ativa’ e todos me achavam alegre”. Diversas vezes em seu relato, ela relaciona a importância do trabalho com o “futuro das crianças”, no sentido da necessidade de sustentar os/as filhos/as, mesmo que a descrição das suas realizações profissionais tenha sido descrita com tom de satisfação pessoal.

Para Arminda, um dos caminhos para o desenvolvimento do Namibe é o investimento na agricultura e na pesca.

Carla Maísa Pereira Tavares

Eu tenho o defeito de dizer o que eu penso, seja a quem for. Seja quem for, o que for. Eu não sou o tipo de estar ali por estar né. Então se há uma reunião, nem que seja o chefe máximo, se eu tiver que falar, eu falo.

Carla Maísa Pereira Tavares, a quem chamarei apenas por Maísa, tinha apenas cinco anos de idade quando perto de sua casa começaram a ocorrer conflitos com tiros, ataques às casas, e seus pais foram advertidos para fugir rapidamente de barco para Luanda. Era 1976, e sua família se refugiou em Luanda durante quase três meses.

[...] FNLA e UNITA uniram-se contra o MPLA, mas depois eles também se desentenderam, houve aqui uma situação que eu não conheço bem, a minha mãe fala melhor sobre isso mas FNLA e UNITA conseguiram correr daqui com o MPLA, mas depois também o MPLA veio com força com a ajuda dos cubanos e libertou, como se diz, libertou a cidade (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

No retorno, seu pai e tios trabalharam na reconstrução de algumas casas e no recolhimento de corpos. Ela observa, no entanto, que não houve uma destruição em massa na cidade e que não se sentiu a guerra em Moçâmedes como em outras províncias. Tratou-se de uma situação pontual. O maior impacto foi o econômico, porque muita gente abandonou a cidade por medo. Além desse episódio, sua mãe contou-lhe que anos antes disso ela e suas tias repararam que alguns jovens sumiam por um tempo e depois reapareciam em movimentos de resistência à independência, formados por jovens brancos e mestiços, que supostamente foram treinados na África do Sul. Alguns deles reapareceram ainda anos depois da independência como ligados à UNITA e à FNLA. Com a ascensão do MPLA na cidade, “Até os que eram da UNITA tiveram que alinhar um bocado, e se não alinhassem eram mesmo desprezados, digamos assim”, como ela conta.

Maísa é mestiça, filha de pai e mãe mestiços, sendo ambos os avôs portugueses, a avó paterna também mestiça e apenas a avó materna nativa. Sobre esta, Maísa não conhece a origem, inclusive porque suas avós morreram quando seus pais eram crianças. Supõe-se que seus avós paternos tenham vindo da província do Kwanza Sul e se estabelecido na região da Lucira (parte norte de Moçâmedes). Seu pai é topógrafo de

formação, funcionário público desde a colonização, tendo permanecido no ofício após a independência.

[...] mas o meu pai sempre foi o tipo de MPLA, mas, quer dizer, não muito radical, sempre na base da sensatez. [...] Ele era um quadro intelectual do MPLA. Era atuante do ponto de vista profissional e não como político né. Então ele, na altura da independência da Angola, ele era o diretor regional de estradas. E quando Angola se tornou independente ele continuou a ser o diretor regional de estradas (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Segundo Maísa, seu pai participou do Governo de Transição para a independência, contudo anos depois veio a se decepcionar com os rumos que o governo levou para o país: “As pessoas que lutaram...que...pela independência esperavam outra coisa né...”. Já a mãe de Maísa deixou o trabalho de funcionária da alfândega quando se casou para se dedicar à casa, aos filhos e ao esposo.

Ambos avôs foram comerciantes, sendo o materno também agricultor. Não foram “homens de muitas posses”, mas viviam bem. Já seu bisavô paterno, sim, teve posses, era industrial da pesca e comerciante. Entretanto, por motivo de diversas situações que as gerações foram passando, como a morte repentina da sua avó, a família paterna não conseguiu ampliar o patrimônio do bisavô, embora ainda administrem alguns imóveis que ele construiu.

Em sua infância estudou no colégio das madres, que após a independência foi apropriado pelo governo e tornou-se público. Terminou o Ensino Médio, optando pela formação em educação; porém, ela destaca que “se eu tivesse numa cidade, num país que me permitisse realmente escolher, a minha tendência teria sido pra artes... gosto também de arquitetura, coisas assim por não ter em mente um objetivo certo de formação”.

Quando já estava dando aulas há praticamente três anos, ficou sabendo por meio de uns amigos com quem compartilhava um grupo de dança que a Sonangol, indústria petrolífera pública angolana, havia aberto um concurso para selecionar jovens adultos e financiar uma graduação na Inglaterra. Maísa e alguns amigos fizeram os testes, mas ela foi a única selecionada no Namibe⁶⁵.

⁶⁵ Sobre o fato de ter sido a única aprovada da sua cidade, ela reflete que tal fato não teve a ver com inteligência ou privilégios financeiros. Mas, quando relembra a trajetória da família e da vida de seu pai, acaba concluindo que “[...] ele foi trabalhar e tornou-se...tornou-se efetivamente um bom profissional, com muita experiência e rodou o país todo... estradas, e hidrografia...era um bom técnico...e eu acho que o diferencial acaba por ser um bocado esse né, principalmente do lado do meu pai, acho que tive a sorte de ter todo esse histórico, toda essa educação.”

Assim, partiu aos 21 anos para a Inglaterra, contra a vontade de seu pai, que gostava da sua família sempre unida. Por meio de uma entrevista, acabou escolhendo o curso de Tecnologia da Informação. Ela já falava inglês, por ter aprendido na escola e por gostar de traduzir sozinha músicas e filmes. Maísa conta que sentiu um choque não apenas em relação à cultura britânica, mas também aos/às colegas angolanos/as, que mesmo sendo do mesmo país, tinham hábitos diferentes dos dela, como no contexto de dividir a moradia estudantil, por exemplo.

Atualmente ela se arrepende de ter ficado muito dentro do seu grupo e de ter aproveitado pouco a experiência com outras nacionalidades. A época em que viveu na Inglaterra foi muito importante para sua formação profissional e intelectual⁶⁶ e essa experiência a fez refletir sobre as oportunidades que devem ser aproveitadas, pois

Angola não era um país que nos incentivava muito a sonhar, muito menos Moçâmedes. Então...não é como lá fora que...e eu percebi isso em Inglaterra, por exemplo, que a gente vai pra universidade em principio já não é pra voltar pra casa dos pais, né? [...] e eu ponho-me a pensar e realmente foi uma sorte eu ter tido essa oportunidade porque este país cortou-nos as pernas né? Muita gente foi pra tropa muito cedo, muita gente deixou de sonhar muito cedo (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Em relação à formação em TI, embora tenha significado uma mudança em relação a sua formação do Ensino Médio e tenha tido dificuldade no primeiro ano, Maísa conta que não se frustrou, e pegou gosto pelas disciplinas que tratavam mais de gestão de projetos, marketing, estratégia etc. Esse relato pode ser relacionado com outras falas suas da entrevista, em que ela faz uma autoanálise sobre sua personalidade e consequentemente sobre seu tipo profissional:

Eu acho que tem poucas coisas que me frustram, assim né, nesse sentido. [...] vou tendo assim alguma capacidade de ir absorvendo as coisas. Até quando que isso me afeta eu não sei, logicamente, mas eu deixo vir, deixo ir... [...] Eu costumo dizer que mesmo como profissional, eu sou demasiado generalista, eu não sou aquele tipo de pessoa que é marrona, que estuda um determinado assunto a fundo, eu gosto de né, de passar um bocado por tudo (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

⁶⁶ Na oportunidade da entrevista, que ocorreu em sua casa, pude ver algumas fotos dessa época na Inglaterra, inclusive de sua formatura com a presença dos seus pais.

O retorno à Angola vinha com uma expectativa da Sonangol de aproveitar os talentos recém-formados; então Maísa sabia que iria trabalhar em Luanda. Sobre a Sonangol, ela observa que a empresa

[...] surgiu logo a seguir da independência [...] com a fusão de uma série de empresas petrolíferas que tinham estado a operar em Angola né, ela abraçou tudo, todos os ativos dessas empresas. [...] é uma das empresas mais importantes da Angola, talvez a mais importante porque até agora ela desempenhou o papel de concessionária dos recursos petrolíferos da Angola. Agora há uma reestruturação acontecendo no ramo petrolífero, foi criada uma agência que irá fazer esse papel, desempenhar esse papel... e a Sonangol, por forças das circunstâncias que o país viveu, foi crescendo e distanciando-se bastante do seu objetivo social. Foi criando empresas nucleares, várias subsidiárias, mas no caso a Sonangol Distribuidora é, como diz o nome, a empresa que faz a comercialização dos produtos derivados do petróleo (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Esse íterim em Luanda durou praticamente 15 anos. Durante tal período, ela passou um tempo como técnica na área de informática, tendo inclusive feito parte do grupo de trabalho extraordinário previsto para executar ações de prevenção e contingenciamento caso o “*bug* do milênio” ocorresse na virada do século. Tal experiência contribuiu para que fosse convidada a assumir sua primeira função de liderança, em uma área recém-criada na empresa, que era um gabinete de apoio às direções de todas as áreas de tecnologia do grupo.

Então desenhamos, lançamo-nos a um projeto mega, que era o planeamento estratégico de sistemas e tecnologias de informação do grupo Sonangol. [...] E esse gabinete foi a novidade, né? Então não havia experiência nenhuma nessa área...e essa foi a minha grande experiência né? foi dar corpo a isso (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Exercer a função de líder não foi um grande desafio para Maísa, mesmo trabalhando em uma área da empresa composta por pouquíssimas mulheres. Ela relata sempre ter sido ouvida, respeitada tanto pelos/as superiores/as quanto pelos/as subordinados/as, talvez pela credibilidade atribuída à sua formação no exterior, semelhante a alguns de seus pares. A entrevistada também observa que facilitou o fato de seu projeto ter um bom patrocínio de seus superiores.

[...] mas o *feedback* que eu recebo é que foi...foi uma boa história pra eles, ensinei-lhes muito, criei métodos de trabalho que ainda hoje duram. Criei, por exemplo, o hábito de partilharmos tudo que fazíamos em pastas do servidor e depositávamos tudo ali. Sempre passo a noção

de que não somos insubstituíveis né, que a informação deve ser partilhada e conhecimento né? E tento...tento ser um bocado *coach* também né. Tento ser é...tento motivar as pessoas a superarem-se (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Foi nesse período que ela teve sua primeira e única filha, embora nunca tenha se casado. Maísa conta que não teve problema de discriminação e retaliação no trabalho quando se tornou mãe. No máximo abdicou de algumas viagens ao exterior, sobre o que não se arrepende por não ter impactado em sua carreira. No cotidiano ela contava com uma creche que a própria empresa fornecia e com uma babá que ficava com algumas crianças na sua casa, onde Maísa buscava a filha ao fim do dia. Ela conta que a relação de afeto entre a babá e sua filha, agora adolescente, perdura até os dias atuais, embora não mais vivam na mesma cidade.

A fase em que a menina chegou aos três anos de idade e teve que ir pra escola, perdendo o benefício do transporte e da creche, foi um dos fatores que fez com que Maísa decidisse retornar ao Namibe. Além de começar a se sentir estagnada na área em que se encontrava na empresa, ela avaliou que Luanda não seria uma boa cidade para sua filha crescer.

Foi então que ela abriu mão do seu nível de vida em Luanda, e seu chefe a transferiu para liderar um polo regional da empresa no sul do país, cuja sede estava instalada no Lubango, embora sem estrutura física. Ela aceitou e voltou a morar em Moçâmedes, trabalhando remotamente e indo semanalmente a Lubango. Maísa conta que foi a sua pior fase profissional, pois a falta de estrutura, não apenas física, mas de suporte para a tomada de decisões, dificultou o gerenciamento da área, o diálogo com os subordinados, gerando frustração e sofrimento psíquico a ela.

Como ela estava disposta a abrir mão da função de liderança desde sua decisão em retornar para o Namibe, entregou o cargo e assumiu uma função técnica em sua cidade: “Sim, que é uma coisa que espanta as pessoas né. Mas eu...eu disse ‘não, eu prefiro a minha paz de espírito!’”. Por ironia do destino, pouco tempo depois de estabilizada em seu ofício, a chefe dessa nova área optou por assumir o antigo cargo de Maísa no Lubango e lhe convidou para sucedê-la na função de supervisora técnica administrativa da Sonangol Distribuidora no Namibe. Maísa aceitou e permanece na função até os dias atuais. Ela conta que alguns colegas ficaram curiosos com o fato da técnica recém-chegada ser convidada para chefiar a área; porém com pouco tempo de trabalho estabeleceram uma boa relação.

Quando perguntada sobre o que considera como um/a bom/a líder, ela entende que ele/a deve saber delegar, cobrar, mas, principalmente, dar o exemplo, arregaçar as mangas com a equipe. Para tanto, é importante que os subordinados saibam o que se espera deles para que possam corresponder às demandas. Para ela, um/a bom/a líder faz as pessoas perceberem que elas existem para fazer diferença.

[...] de vez em quando...ninguém aqui tem formação em *marketing*, então eu pego e faço uma pequena aula sobre noções de *marketing*. [...] É ensinar, é exemplificar, é correr atrás. [...] Tenho a porta sempre aberta, qualquer pessoa, não tem essa coisa do protocolo de que anunciar (palavra inaudível). Qualquer pessoa é livre de vir a minha casa e falar. Trazer uma ideia, uma reclamação, uma preocupação. [...] Portanto, essa minha forma de ser eu tento transmitir um bocado, o sentido crítico das coisas (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Em um primeiro momento Maísa não se recordou de nenhuma mulher como inspiração profissional, talvez pelo seu estilo generalista e intuitivo, como ela refletiu. Mas ao pensar um pouco mais, logo veio à mente seu pai, por considerar-se parecida a ele e também duas tias avós, uma por ter lhe ensinado técnicas de didática e a outra por ser uma mulher de forte caráter.

Apesar de ser filiada ao MPLA, hoje, aos 48 anos de idade, Maísa não se considera um membro ativo. Não pratica alguma religião, embora tenha sido batizada na Igreja Católica. Fora do Sonangol, quando retornou ao Namibe, utilizou um dos imóveis da família para criar o “Espaço Geral”, um centro que sediava atividades culturais, como aulas de ioga, danças como *semba*, *kizomba*, artes marciais e atividades lúdicas para crianças nas férias, mas que no momento está praticamente parado. Maísa demonstrou ter bastante orgulho do projeto e um pesar por não ter mais tempo e apoio para conduzi-lo.

Além disso, Maísa foi membro do Conselho Municipal de Auscultação das Comunidades como cidadã, e posteriormente passou a integrar o Conselho Provincial como representante da Sonangol. Assim, à sua paixão por artes e cultura somou-se um ativismo pelo patrimônio cultural angolano, o que tem merecido boa parte da sua atenção atualmente.

A nossa história continua a ser, principalmente, oral. Então, sendo a história angolana tão oral, eu defendo que a toponímia devia ser com base em nomes mais consensuais, menos polêmicos. Não escolher nome de pessoas né? Fugir do nome de pessoas. Escolher nome de rios, de flores, de árvores, etc. né? Mas eles não encontram um consenso em relação a isso. [...] tenho sido uma espécie de ativista, junto, inclusive do governo para tentar que se estrutura uma...como é que eu ia dizer,

que se crie uma estrutura de defesa desse patrimônio. Já, já fiz propostas ao governo provincial, ao governador, já entreguei uma proposta para...para ver se se cria um grupo de avaliação e de, como é que eu ia dizer, de aprovação de obras não é, de intervenção nesse patrimônio. [...] Pra restaurar. Para impedir as demolições que tão a acontecer cada vez mais (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Ela considera que a reflexão que tem estimulado no Namibe sobre cultura e patrimônio é uma de suas grandes contribuições sociais, embora acredite que tenha feito muito menos do que gostaria. Ultimamente ela tem sido chamada para dar palestras sobre o tema, principalmente a jovens. Dentre seus sonhos, fora ver sua filha formada e a família bem estruturada, ela gostaria de ver o Namibe valorizado como merece, por ser uma província com muitas riquezas naturais e potenciais produtivos. Ela acredita que quando o Namibe pensa para o futuro, falta uma visão mais ampla das coisas e sobre si.

Sobre desenvolvimento, Maísa acredita que ele deve ocorrer na medida da necessidade de cada local, que seja um projeto comum e que as pessoas se identifiquem com ele:

Desenvolver Angola é engajar todas as suas pessoas num processo qualquer de produtividade né? Naquilo que eu chamo de projeto de nação. Porque nós, o que temos hoje é um sentimento de sobrevivência puro. Desde a zungueira ao político ou gestor de empresa que pratica o cabritismo⁶⁷, que nós chamamos [...] (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Neusa Sofia Bengani David

[...] não vou bater, mas vou educar. [...] Virão outras Neusas.

Os pais de Neusa Sofia Bengani David, a quem chamarei por Neusa, são de origem rural *Bakongo*, do Uíge, província localizada ao norte do país, uma das mais impactadas pela guerra. Por esse motivo, antes de se conhecerem refugiaram-se, ainda adolescentes na República Democrática do Congo (RDC). O refúgio foi uma questão de sobrevivência, e não de adesão à luta, pois nem seus pais, nem avós fizeram parte de nenhum movimento de libertação ou de partidos. Retornaram depois de quase uma década para Luanda, em meados de 1977, quando o MPLA já tinha declarada a independência e decretado a República Popular de Angola.

⁶⁷ Ela explicou o “cabritismo” usando um provérbio “cabrito que come onde ele está amarrado”, que no contexto seria quando as pessoas se aproveitam dos seus lugares públicos para conseguir benefícios pessoais. Uma prática de conflito de interesses.

Como tinha boa voz, seu pai fez o teste para a Rádio Nacional, cujo trabalho que assumira seria no Namibe, para onde ele foi, e posteriormente também sua mãe, já grávida do primeiro filho. A família estabeleceu-se em Moçâmedes, onde todos os seis filhos nasceram e cresceram, sendo Neusa a quarta filha. Por isso, ela considera que tem “sangue” sulista *kimbare*, mas pela tradição africana, ela tem sangue *Bakongo*, o que determina os ritos familiares e sua ancestralidade.

Enquanto seu pai teve bastante sucesso profissional, tornando-se uma figura conhecida na região, sua mãe foi dona de casa, mesmo tendo o Ensino Médio completo. Isso não quer dizer que ela era completamente dependente do esposo, pois Neusa conta que ela sempre criou formas de conseguir um dinheiro extra, vendendo pão, gelados etc.⁶⁸, a despeito de seu pai achar desnecessário.

Desde criança Neusa, atualmente com 30 anos de idade, já sabia que queria trabalhar com comunicação, pois sempre gostou muito de ler, de saber das coisas e de conversar com as pessoas. Ela diz que não foi exatamente uma influência do pai, que era da área, mas algo inato, até porque seu pai faleceu quando ela tinha 13 anos e, portanto, não houve tanto tempo para ter conhecido a sua profissão. Por outro lado, se a profissão do pai não influenciou a sua escolha vocacional, ela afirma com convicção que compartilha com ele a crença de que é só por meio da educação e da leitura as pessoas poderiam sair da pobreza. Esse ideal é muito forte para ela e sua família, aparecendo em diversos momentos de sua fala.

Com o apoio da mãe e do irmão mais velho, Neusa foi viver sozinha em Luanda com 17 anos para estudar na Universidade Privada de Angola, pois não havia o curso de Comunicação Social no Namibe. Lá enfrentou dificuldades financeiras, mas conseguiu se formar com o mérito de melhor estudante do seu curso.

Ainda no terceiro ano da graduação, ela conseguiu um estágio na Rádio Mais, como repórter de informação, e, pouco tempo antes de se formar, resolveu concorrer a um concurso de talentos do jornalismo chamado “Eu na TV”, organizado pela Semba Comunicação, empresa que dirige um canal da TV pública angolana. Ela se inscreveu incrédula, pois o concurso não focava habilidades acadêmicas de jornalismo, sendo aberto a qualquer pessoa. Dentre 9 mil candidatos/as Neusa foi um/a dos/as cinco vencedores/as, tendo como prêmio um curso de três meses no Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (CENJOR) em Portugal – segundo ela, o melhor centro de formação europeu

⁶⁸ Segundo Neusa, parece que sua mãe “pressentia” que o esposo a deixaria cedo e por isso sempre quis ter uma certa autonomia financeira.

na área. Ela conta que aprendeu mais em 3 meses de curso do que em quatro anos de faculdade. Além disso, nesses três meses aprofundou o relacionamento que havia começado há pouco com seu namorado, também selecionado no concurso, com quem veio a se casar anos depois.

Na volta à Angola, ela e seu namorado foram convidados para trabalhar no canal de televisão supracitado da Semba. Ela como repórter, e ele como técnico de câmera. Rapidamente ela passou a produzir as próprias matérias e em poucos meses com a saída de uma produtora dos quatro programas com que trabalhava, foi convidada a substituí-la.

Foi assim que, aos 23 anos, Neusa assumiu sua primeira função de liderança, produzindo matérias para uma equipe de 15 pessoas, dentre eles/as seu namorado⁶⁹, situação que não ocorreu resistência de alguns colegas, a maioria homens.

[...] muitos dos meus colegas eram pessoas casadas e eu sentia que o fato de serem liderados por uma mulher os incomodava na vertente de eu ser menor de idade, primeiro, em relação a eles eu era a menor, e na vertente de que eles estavam que apesar de serem jovens, tinham esposas submissas e tinham dificuldades em aceitar que a referência feminina que eles tinham era de submissão e não de liderança (informação verbal de Neusa Bengani).

Contudo, ela conta que rapidamente desbloqueou as resistências demonstrando competência e habilidade com a liderança. Durante os quatro anos que atuou na função, dedicou-se totalmente ao trabalho, o que era facilitado pelo fato de o namorado ser parte da equipe e compreender suas agendas. Ao final desse período, ela começou a sentir a exaustão da dedicação exclusiva, além do desejo de alçar novos desafios.

Como ainda mantinha contato com a Universidade e seus/as professores/as, seguindo alguns conselhos para registrar suas ideias, resolveu escrever um material para um *workshop* sobre jornalismo na prática. Esse projeto estimulou uma paixão que tinha pela área de educação e que estava inerte. A experiência do *workshop* foi um sucesso e ela quis reproduzi-lo no Namibe, considerando a falta de referências acadêmicas e técnicas na região.

Desde a faculdade Neusa pensava em voltar a viver no Namibe, mas quando se formou entendeu ser importante adquirir mais experiência em Luanda, pois lá era onde os acontecimentos e as notícias corriam. Além disso, segundo ela, o “Namibe não é uma

⁶⁹ Eles optaram por não revelar sua relação à equipe, o que funcionou durante dois anos, até que na ocasião de uma doença, quando os colegas a visitaram viram as fotos dele em sua casa. A partir de então, surgiram algumas piadas e acusações de que ela o beneficiava nas escalas de trabalho para que pudessem ficar juntos. Ela não deu atenção, pois não mudaram o comportamento e sempre souberam separar a vida pessoal da profissional.

cidade que é fácil de encontrar emprego. Aqui ou é o Estado, maioria é das pessoas são funcionários públicos, privados é um ou outro”. Ainda assim, ela e o noivo decidiram se casar no Namibe. No entanto, chegaram para a cerimônia e depararam-se com sua mãe muito doente.

[...] foi aquele momento que eu tive que tirar o casaco de profissional e vestir o casaco de filha. Porque eu vi que as minhas irmãs estavam a fazer um esforço abismal, de ter que cuidar da casa e dos filhos e ainda tirar um tempo para cuidar da mãe. E eu que ainda não tinha marido era mais fácil cuidar dela. Então eu olhei pro meu esposo e disse assim: ‘Depois de casar eu não volto pra Luanda’ (informação verbal de Neusa Bengani).

Por sorte, poucos meses depois ambos foram convocados para um concurso que haviam prestado anos antes para serem professores no ensino público do Namibe. Assim se estabeleceram na capital da província no início de 2016. Em poucos meses lecionando no Ensino Fundamental, ela foi convidada a dar aulas na Universidade Gregório Semedo⁷⁰ e pouco mais adiante, recebeu um recado para retornar uma ligação ao recém-empossado governador.

[...] no Namibe ele não conseguia encontrar alguém para ocupar essa vaga, porque a nova lei de imprensa de Angola exige que a pessoa que deva ocupar o cargo de diretor do gabinete de Comunicação deve ter pelo menos licenciatura e experiência profissional na área de Comunicação Social. E no Namibe a única pessoa que tinha esse perfil era eu. [...] Não precisava me entrevistar, porque já tinha ouvido o bastante que era eu que encaixava como uma luva naquele cargo⁷¹ (informação verbal de Neusa Bengani).

Foi então que Neusa assumiu sua primeira função na administração pública: Diretora do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Governo Provincial do Namibe, um dos mais altos cargos na região, comparado a de um ministro no Governo Nacional. Sua chegada ao gabinete também não ocorreu sem resistência, pois não é comum na província alguém assumir uma diretoria sem ser filiada ao MPLA. Contudo, a maior resistência foi com sua idade e gênero:

‘Como chegastes lá?’, ‘Como é que o governador te conhece tanto a ponto de te nomear?’, ‘Tivestes que dormir com alguém?’, ‘Tivestes que levantar a saia um pouco mais pra alguém?’, ‘Tivestes que seduzir

⁷⁰ Segundo Neusa, essa é a única universidade atualmente a oferecer o curso de Comunicação Social no Namibe, onde ela segue lecionando.

⁷¹ Ela não respondeu imediatamente, pois considerando a importância do cargo e a disponibilidade que ele exigiria, ela solicitou um tempo para negociar com seu esposo, que não hesitou em apoiá-la, considerando o convite como um reconhecimento da sua competência profissional.

alguém? ... Entende? A sociedade não estava preparada para que uma menina de 28 anos assumisse tal responsabilidade, e eu sou a mais nova dos diretores do governo provincial (informação verbal de Neusa Bengani).

Em pouco tempo conseguiu o apoio das mulheres e dos/as demais diretores/as, demonstrando competência técnica no objetivo institucional de informar a população sobre a atuação do governo. Entretanto, a resistência permaneceu entre seus subordinados homens. Um deles, que esperava ter assumido a diretoria em seu lugar, com um perfil persuasivo, influenciou os outros colegas a questionar e boicotar suas ordens até que chegaram em uma situação de conflito em que ela poderia tê-lo exonerado, conforme foi aconselhada, mas preferiu pensar na melhor forma de agir sem ser levada pela raiva.

[...] se eu exonerasse, ele nunca ia perceber que as mulheres são capazes de liderar. Eu queria ensinar pra ele que as mulheres podem liderar, sim. Se eu o exonerasse eu só estaria a mostrar que ao diminuí-lo, eu estou a me tornar igual a ele. Estaria a dar oportunidade um funcionário de fazer braço de ferro comigo, então eu achei que não era o caminho certo. [...] E eu comecei a pensar como esposa, ‘que tipo de repercussão terá o meu ato na vida daquela mulher que vive com ele?’ [...] eu percebia que todas as vezes que ele não obedecia, as mulheres da vida dele sofriam com isso. Porque na impossibilidade de me levantar a mão, a raiva era descontada em alguém. Se não na mulher, nos filhos (informação verbal de Neusa Bengani).

A decisão de mantê-lo no cargo e de não o punir pela atitude antiprofissional que tinha tomado causou surpresa a todos/as, mas principalmente nele, que a procurou e acabou desabafando que o seu problema era o fato de ela ser mulher, embora fosse uma ótima chefe.

Eu lhe disse assim: “Nas universidades hoje em Angola, se for visitar, a maioria são mulheres. Todas as salas de aulas hoje, tem mais mulheres do que homens. Essas mulheres vão vir pro mercado de trabalho. A energia que gastas em lutar com meu gênero, gasta com uma coisa útil, porque daqui a mais 20 anos teremos uma Angola que vão contar os homens na liderança e não como hoje que se contam as mulheres. [...] Virão outras Neusas. Temos que preparar os Fábios para aceitarem essas Neusas porque é em prol do país que saímos da nossa casa para trabalhar. Não é por nós, é pelo país. É pra reconstruir uma nação que lutou com ela mesma durante muitos anos. [...] E se alguém da minha geração luta comigo porque não me aceita como profissional, porque meu gênero lhe faz confusão, nós estamos a curvar pra mesma rua onde lá trás fez com que nossos antepassados fizessem a guerra civil em Angola”(informação verbal de Neusa Bengani).

A partir de então, ele se tornou um funcionário parceiro e dedicado, e quando ela descobriu que estava grávida e teve que antecipar a licença maternidade⁷² por questões de saúde, escolheu ele para substituí-la.

“Deixa ele experimentar!” Porque os rapazes acham, os homens da vida profissional, sempre acham que o trabalho que as mulheres fazem é fácil. [...] ‘Esse projeto é simples de concretizar’. Então eu peguei este homem, pus no meu lugar e é a pessoa que mais me liga pra perguntar quando é que eu volto (informação verbal de Neusa Bengani).

Neusa tem como religião a Igreja Evangélica Batista de Angola, o que ela considera um dos aspectos mais importantes da sua vida, pois isso a torna, inclusive, mais calma no ambiente profissional, por ver as outras pessoas como irmãs. Por falta de tempo, mesmo não fazendo parte de nenhum grupo específico da sua igreja no momento, ela relata que o grupo de senhoras de lá aborda questões sobre como a mulher pode ser uma boa esposa e também uma boa líder, e sobre como respeitar o esposo para que ele não se sinta subordinado quando tem um salário menor, por exemplo. Para ela o grupo é um espaço onde as mulheres que têm experiência no mercado de trabalho podem inspirar as demais e desmitificar a ideia de que o trabalho as faz piores mães e esposas. É possível ser uma líder e uma boa mãe e esposa, e esses grupos contribuiriam para essa troca.

Em relação à sua experiência na liderança e sua perspectiva sobre o tema, ela tem a convicção de que liderança é diferente de chefia, pois enquanto esta última não participa do trabalho junto com a equipe, o/a líder, sim. Este/a “arregaça as mangas” e tem problemas como qualquer outro humano da equipe. Segundo ela, o chefe muitas vezes não sabe o seu objetivo e está ali só para assinar, e por isso, também, surgem os/as corruptos/as: chefes, muitas vezes, assinam o que não devem.

Para Neusa, as mulheres são diferentes dos homens, naturalmente mais sensíveis e maternais. Isso para ela, trata-se de um diferencial positivo para o exercício da liderança.

Nós temos que aprender, as mulheres têm que saber que só nos tornamos líder quando não ignorarmos esse nosso lado. Mulher pra ser líder, pra conseguir exercer a liderança, tem que levar pro seu gabinete, tem que pôr em cima do seu blazer o lado dela feminino. É falar com mais calma, explicar com maior precisão, não ter preguiça de explicar e voltar a explicar (informação verbal de Neusa Bengani).

A ligação da mulher com a educação, que vem desde a relação com os filhos, está no seu estilo de liderança, e no caso do Namibe, Neusa considera que diversos aspectos

⁷² No momento da entrevista Neusa tinha dado à luz à sua primeira filha há poucos meses.

da província melhoraram porque atualmente há muitas mulheres na administração pública e, principalmente, na área de educação. Não por acaso, o Namibe é uma das regiões mais aplaudidas em termos educacionais no país, como ela conta.

Para Neusa, desenvolvimento está ligado a uma mudança de mentalidade e apenas há pouco tempo os angolanos têm descoberto que crescer não é necessariamente desenvolver. Por isso, quando interpelada sobre seus sonhos, ela é convicta em desejar que os/as jovens leiam mais: “Porque a leitura aumenta o nosso vocabulário, desenvolve nosso leque, é através da leitura que nós viajamos, conhecemos o mundo e percebemos como outras pessoas desenvolveram a sua sociedade”.

3.2 Histórias cruzadas: as líderes que constroem um novo Namibe

Origem étnica, regional, e vida familiar na infância

Dentre as sete líderes entrevistadas, há uma variedade étnica e de origem regional, o que inclusive foi apontado por Neusa como uma das características da província do Namibe. Essa diversidade pode se dar também pelo fato de a província não ter sido fortemente atingida pelos conflitos armados das guerras de libertação e civil, o que atraiu migrantes e refugiados/as, como registraram Salvador e Rodrigues (2010) e as entrevistadas.

Arminda, Maria Filomena e Mariana são de ascendência *Umbundu* das regiões do Huambo e Huíla, e contam que o Namibe foi um destino para melhores condições de vida para seus/as antecessores/as. Mariana, especificamente, viveu a guerra em sua infância na Huíla, quando sua aldeia passou a ser constantemente atacada.

Alice e Neusa são de origem étnica *Bakongo*, do norte do país, tendo ambas um histórico de refugiados/as na família, como registrei o caso dos pais de Neusa. Alice viveu parte da infância até o início da vida adulta também na RDC. Neusa também compartilha com Euracema a identidade *Kimbare* que, em suas falas, está relacionada a ter nascido no Namibe, independente das ascendências familiares.

eu, apesar de nascer no Sul de Angola, na província do Namibe e ser *kimbare* por ter nascido aqui, tradicionalmente falando, na tradição africana, os filhos são da mesma origem que os pais. Portanto, socialmente falando eu sou *Kimbare*, mas tradicionalmente falando eu sou *Bakongo* (informação verbal de Neusa Bengani).

Maísa é uma exceção no quesito étnico, pois além de ser a única mestiça com ascendência portuguesa tanto pela linha do pai quanto da mãe, sua lembrança registra mais os lugares de origem dos/as seus/as antepassados/as do que a sua origem étnica. Sua avó materna era a única nativa não mestiça, cuja origem, como já visto, étnica Maísa desconhece.

De toda essa variedade, destaco que algumas das entrevistadas sempre viveram no Namibe, algumas vieram de fora, e outras nasceram lá, viveram fora e retornaram. Mas, em todas essas histórias de vida o estabelecimento no Namibe é geralmente relacionado à família: viver em um lugar mais tranquilo para criar os filhos, para cuidar dos pais, ou porque alguém da família foi convidado/a para assumir alguma função governamental na província.

Exceto por alguns episódios como mortes de familiares ou breves fugas de possíveis situação de conflito em Moçâmedes, e fora a infância refugiada de Alice, praticamente todas as entrevistadas cresceram em condições razoáveis de vida, considerando segurança alimentar, moradia e acesso à educação. Todos os seus pais, exceto os que faleceram precocemente, trabalhavam e proviam a família.

Afora Maria Filomena⁷³ e Euracema, cujas mães tinham empregos formais de relativo prestígio, foi frequente o relato de mães que, mesmo tendo concluído certo nível de estudos, optaram por serem donas de casa. Isso demonstra uma quebra geracional na relação com o mercado de trabalho quando comparadas às filhas, o que Neusa traz como um ponto para a compreensão do preconceito que as mulheres podem enfrentar no mercado de trabalho hoje:

[...] os homens da minha geração dos anos 1980, a maioria deles tem as mães apenas donas de casa. A maioria das mães dos jovens dos anos 1980, não trabalham pra fora. Então os meus colegas vinham com uma referência materna de submissão e depois tinham uma esposa submissa. Então não estavam acostumados que uma mulher os liderasse (informação verbal de Neusa Bengani).

As entrevistadas possuem em média cinco irmãos/ãs, o que também demonstra uma mudança geracional no quesito fecundidade, uma vez que três das entrevistadas têm apenas um/a filho/a. As demais possuem entre três a quatro filhos/as.

⁷³ Com a morte de sua mãe, Maria Filomena foi criada pela irmã mais velha, que é uma empresária do setor de hotelaria, a quem considera praticamente como mãe. A mãe de Euracema foi funcionária pública e membro ativo do MPLA. A mãe de Arminda era lavadeira e também se empregou na indústria peixeira.

Experiência com a guerra civil

Em diferentes níveis, todas as entrevistadas tiveram ao menos alguma situação de suas vidas afetada pela guerra civil, mesmo que não tenham vivido seus impactos diretamente e de forma intensa como viveram Mariana e Alice em sua infância. Mariana teve sua aldeia atacada diversas vezes na Huíla, o que motivou seus pais a mandarem-na viver com sua irmã mais velha no Namibe. Alice foi uma criança refugiada na RDC, o que marcou de forma significativa sua vida, pois foi na situação de refugiada que estudou, teve seus primeiros trabalhos e conheceu seu esposo.

As demais tiveram poucos episódios de contato com a guerra, como foi o caso de Maria Filomena e Maísa, cujas famílias fugiram de barco para Luanda a partir de um conflito em Moçâmedes quando eram crianças. Arminda perdeu o primeiro esposo em um conflito armado entre partidários opostos no Tômbwa próximo às eleições de 1992. Mesmo Neusa, que não presenciou alguma situação, lembra que quase perdeu o pai na infância por um acidente de helicóptero causado indiretamente por um conflito no Lubango.

Nenhuma das entrevistadas foi combatente, embora relatem ter irmãos mais velhos ou tios que participaram de conflitos não apenas pelo MPLA, mas também pela UNITA, tendo alguns morrido em combate, e outros que atualmente são militares reformados. Mesmo que a maioria delas seja parte do MPLA desde crianças, as entrevistadas não se veem como parte do conflito. Por suas falas, a guerra civil de suas memórias da infância, adolescência e jovem vida adulta, é entendida como algo externo à sua participação no partido.

Os efeitos da guerra para a vida no Namibe, e para além dos episódios contados nas entrevistas, aparecem de formas diferentes nas falas de Maísa e Neusa⁷⁴. Como registrei no subcapítulo anterior, Maísa menciona os esforços dos/as moradores/as para reestruturar a cidade depois da fuga de muitas pessoas. Na fala de Neusa transcrita anteriormente a respeito da discussão que teve com seu subordinado, há menção de sua preocupação em terem um conflito por conta do seu gênero, quando há pouco tempo angolanos lutaram entre si. Em outro contexto, ela comenta: “Nós ainda não paramos de lutar, o que parou foi o calar das armas. Nós ainda continuamos a luta, só que agora é uma luta psicológica” (informação verbal de Neusa Bengani).

⁷⁴ Curiosamente Maísa e Neusa são as únicas entrevistadas que não têm filiação ou participação ativa no MPLA.

Formação acadêmica/intelectual

Mesmo com as dificuldades como o refúgio e a migração por busca de melhores condições, praticamente todas as entrevistadas tiveram pais, mães, tios/as, irmão/as alfabetizados com emprego e que proveram condições para sua educação desde a infância.

Todas têm Ensino Superior, exceto Arminda, que não mencionou um curso superior, mas cursos profissionalizantes complementares ao Ensino Médio. Todas, exceto Alice, estudaram até o Ensino Médio no Namibe e concluíram o Ensino Superior fora: no Lubango ou Luanda. Maísa, especificamente, fez sua graduação na Inglaterra e Alice realizou os estudos na RDC. Apenas Maria Filomena tem mestrado.

Cada uma das entrevistadas vem de áreas de formação diversas: Alice é formada em Enfermagem; Arminda, após a conclusão tardia do Ensino Médio focou em especializações nas áreas de gestão e jurídica; Euracema é formada em História; Maria Filomena fez a graduação e mestrado em Biologia; Mariana é formada em Engenharia Ambiental; Maísa fez graduação em Tecnologia da Informação; e Neusa é formada em Comunicação Social.

Em Angola, como contaram as entrevistadas, o Ensino Médio funciona como um ensino técnico profissionalizante, formando os/as estudantes em áreas de magistério, saúde, ciências aplicadas, entre outras. As diversas áreas temáticas do Ensino Médio permitem que o/a formado/a possa dar aulas no Ensino Básico. Praticamente todas as entrevistadas formaram-se no Ensino Médio para a educação, mesmo que em diferentes áreas. Assim, a maioria delas já trabalhava como professoras quando iniciaram o Ensino Superior.

Experiência profissional

Conforme comentado acima, todas as entrevistadas, exceto Arminda, já passaram pela área da educação. Como comentou Maísa, o Namibe não oferecia em sua época de estudante muitas opções de emprego formal, além da educação:

“O que que vou fazer na vida?” Ou vou estudar pra ser professora, ou vou estudar (inaudível) pra ir pras pescas e depois de tá nas pescas, que que eu faço? e eu vou ganhando o meu salário e tal e logo se vê né? E nunca saiu muito daí. Mesmo hoje, se olharmos para o Namibe, as pessoas o que querem? Trabalhar na Sonangol? [...] Trabalhar nos bancos ou dar aulas, ou na função pública. É a única... são as aspirações das pessoas... (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Como há muitos níveis educacionais até o Ensino Médio e uma grande quantidade de escolas no Namibe, o concurso público para a área de educação atrai muitas pessoas, tanto que quase todas entrevistadas passaram em algum momento de suas vidas por essa área profissional. Mesmo as que não estão atualmente nesse setor, como Maísa e Alice, também passaram pela educação. Alice, embora tenha começado sua vida profissional como voluntária na Cruz Vermelha, entre outros trabalhos informais, prestou o concurso para professora quando foi morar no Namibe, tendo ascendido ao cargo de subdiretora pedagógica. Hoje ela está cedida ao governo provincial.

Toda a carreira de Maria Filomena e Mariana foi construída na educação, percorrendo uma trajetória comum de professora, coordenadora de turma, depois coordenadora de disciplina – sendo este geralmente o primeiro cargo em que gerenciam outros/as professores/as – para depois alcançar as subdiretorias pedagógica ou administrativa, e finalmente a diretoria de escola.

Maria Filomena conta que nessa carreira, quanto maior for a formação e o tempo de serviço do/a professor/a, maior o salário, chegando a ser até maior que o salário de diretor/a, dependendo do caso. Logo, assumir cargos de direção em escolas nem sempre tem o salário como motivação, e sim o reconhecimento e a confiança depositada no trabalho daquele/a educador/a para exercer tamanha responsabilidade. “[...] uma coordenadora depois teve que exercer outras funções em outro lugar, e teve que deixar alguém no lugar... então, pelo empenho, dedicação, pronto... sou eu que eleger e fiquei coordenadora” (informação verbal de Mariana Chilombo).

Euracema também percorreu essa trajetória, com um parêntesis de seis anos cedida ao governo provincial como diretora de Cultura, após o qual retornou à origem assumindo um cargo de subdiretora administrativa. Neusa, que iniciou sua carreira profissional como produtora de televisão, como registrei no subcapítulo anterior, integrou a educação pública do Namibe quando retornou à província, mesmo estando momentaneamente cedida à administração provincial.

Depreende-se da trajetória profissional de Alice, Euracema e Neusa que, no Namibe, a educação pode ser uma porta de entrada para um cargo na administração pública.

Arminda foi a única entrevistada cuja carreira ocorreu toda na administração do município do Tômbwa, tendo iniciado bastante jovem e galgado funções importantes com o decorrer do tempo. É a única entrevistada já reformada (aposentada).

Experiência como mulher na liderança

Praticamente todas as entrevistadas declararam de forma convicta não terem sentido dificuldades ou discriminação pelo fato de serem mulheres em toda a sua carreira, inclusive quando assumiram funções de liderança, seja de seus/as superiores/as, pares, subordinados/as ou por parte de seus esposos, com exceção de Neusa, como discutirei a seguir.

No geral, elas não veem diferença entre liderar homens e mulheres, nem em serem lideradas por uns ou outras. Para elas, a liderança aconteceu naturalmente e a conquista dos cargos se deu inteiramente pela sua competência⁷⁵. Por mais que houvesse alguma desconfiança no início, rapidamente suas competências desbloqueavam qualquer resistência.

[...] eles me colocavam na reunião e colocavam os chefes máximos e já falavam: “tenho uma proposta para indicar, para colocar fulana, porque gosto do trabalho dela, a capacidade do trabalho dela (inaudível). O que vocês acham de fulana?”. E colocava na frente dos colegas e todos apoiavam: “a fulana trabalha, é dinâmica e é ativa” e todos me achavam alegre (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

[...] na verdade eu via [desconfiança] em muitos, não por ser mulher, mas por causa pela idade. Portanto, as pessoas pensaram, uma pessoa de 30 anos, já estou nessa direção há 30 anos, e agora vem alguém nessa idade de ser minha filha, minha neta... Mas com o diálogo tudo se ultrapassa [...] em relação a idade, se nós mostrarmos maturidade, a coisa acaba por mudar; às vezes vão olhar “não, mas trabalham bem”, acabam por ultrapassar os tabus (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Não. Não houve isso, porque naquela altura as pessoas não se interessavam muito em ser diretor de escola [...] Acho que é porque gostavam de ser professores. Outros porque tinham medo de segurar aquele cargo, achavam que era um cargo de muita responsabilidade, de muita exigência e então alguns tentavam recuar. [...] Quando tiver com alguma dificuldade, o diretor (inaudível) tava sempre disposto a ajudar, então não tive assim problemas de maior... porque tinha pessoas onde me apoiar (informação verbal de Maria Filomena Alfredo).

O subcapítulo anterior relata a percepção de Arminda, Maísa e Neusa de que a forma de estabelecer relações com suas equipes mitigou as resistências e tornou o

⁷⁵ Maria Filomena e Maísa comentaram, inclusive, que uma das facilidades para seu sucesso na liderança foi o apadrinhamento de seus superiores. Elas tiveram chefes que apoiavam seus projetos e com quem elas puderam contar para tirar dúvidas e pensar melhores soluções.

exercício da liderança viável. Essa visão é corroborada nas falas de todas as demais entrevistadas⁷⁶.

[...] foi bom, foi um tempo de experiência também, muito bom. Não encontrei muitas dificuldades porque quando a pessoa tem a capacidade de interação, partilha de conhecimentos, né? Não encontra muita dificuldade... também assim... não sou daqueles que tem receio de perguntar quando tem dúvidas. Eu busco, vejo algo... alguém que sabe mais (informação verbal de Mariana Chilombo).

A ideia de desigualdade de gênero ou discriminação às mulheres no mercado de trabalho pouco aparece em suas falas – e é algo que elas não relacionam às suas carreiras. Considerando que a maior parte das entrevistadas teve ascensão profissional no setor da educação no Namibe, e como essa é uma área composta em grande parte por mulheres, suas falas dão a impressão de que nesse setor existem ambientes mais equitativos e de valorização das competências femininas. Inclusive, como se viu na entrevista de Maísa, mesmo havendo pouquíssimas mulheres na área de tecnologia, ela também nunca percebeu atitudes discriminatórias direcionadas a si. Arminda compartilha da mesma opinião.

Nesse sentido, em suas falas percebem casos de discriminação e machismo na sociedade e os atribuem à “uma cultura tradicional”, tal qual registrei a percepção de alguns estudos levantados no capítulo 2 (LOPES, 2010; SILVA; CARVALHO, 2009). Entretanto, em seus discursos essa “cultura machista” que as cerca raramente as atinge.

Nesse sentido, fica o questionamento se a convicção de não terem sentido discriminação em suas carreiras se dá pela inexistência de atitudes discriminatórias nesses espaços; pela falta de sensibilidade delas com a questão de gênero; ou por uma negação da opressão que pode ser adquirida a partir do momento em que assumem uma posição de poder, por uma necessidade de sustentar uma imagem de sucesso adquirida com muito esforço pessoal, por exemplo. O fator filiação ao MPLA, com exceção de Neusa, na condição de empregos públicos também pode influenciar para que situações de discriminação de gênero sejam dirimidas, garantindo-se o respeito e o prestígio por parte das equipes em relação às suas competências profissionais. Ora, se boa parte delas já faz parte do partido desde a infância, como apresentarei a seguir, pode-se inferir que há um espaço de identificação que pode conferir uma proteção às suas carreiras.

⁷⁶ Alice especialmente relatou que as resistências que sofreu na administração pública não tiveram a ver com seu gênero ou idade, mas com as disputas de cargo, comuns às reestruturações do órgão.

Em suas falas, a desigualdade de gênero e a discriminação às mulheres são geralmente relegadas a espaços exteriores ao seu ambiente de trabalho e exteriores à sua relação marital. Podem ser também escamoteadas ao passado. As falas são do presente, mas atravessadas por valores e práticas do passado. “Existe ainda uma cultura machista”, elas dizem. É a cultura e a miséria que fazem o machismo existir, não seus/as colegas, familiares e esposos, por exemplo, que agem com autoria despersonalizada como um obstáculo para a plena participação das mulheres na sociedade.

Trata-se de uma força que vem do tempo e não das pessoas. O passado ainda se faz presente, porém não se parece compreender o que existe de presente nesse passado. Tal descontinuidade entre suas experiências profissionais/pessoais e a desigualdade de gênero percebida a sua volta traz elementos interessantes para algumas discussões epistemológicas, como a que Nunes (2005) faz em relação às memórias e histórias pessoais que disputam a História com os discursos hegemônicos, a partir das reflexões de Walter Benjamin:

O passado morto – que é ruína, esquecimento e repetição do mesmo – é derrubado do ponto de vista epistemológico por um passado carregado de agoras, que é a rememoração, a experiência. Benjamin redefine, assim, o presente enquanto uma categoria fundante da interpretação, onde a atualidade é constituída a partir de diferentes temporalidades históricas (NUNES, 2005, p. 43).

Essa relação distanciada entre a mulher que ascende a um espaço de poder e a maioria das angolanas em vulnerabilidade – considerando aqui estatísticas sociais como as apresentadas no capítulo 2 (AFONSO; CAETANO, 2015) – pode ser entendida, portanto, como um deslocamento entre o passado e o futuro, em meio a um presente ambivalente, em que o empoderamento adquirido pode as levar a um esquecimento/negação do presente. Seguem alguns exemplos:

A verdade é essa: nós estamos num país extremamente machista, cada vez mais. Onde a mulher, mesmo aquela que tá em lugares de liderança, acaba por se subjugar ao homem ao papel do homem, porque assim é a sociedade pra certas coisas e é o que a sociedade espera. [...] Não me imagino, eu, numa situação dessas [...] (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares, quando comenta sobre casamentos na sua região)

[...] constantemente eu ouvia o seguinte comentário: “Isso lá em casa não funcionaria assim”, e eu perguntava: “lá casa onde?”, “tanto na casa dos meus pais quanto na minha própria casa”. Então eu fui percebendo que eram rapazes que vinham de um ciclo em que as mulheres eram submissas. Só que pro azar meu, eram todos eles. Os que não eram

casados dos 12, os 4 que não eram casados, tinham as namoradas submissas (informação verbal de Neusa Bengani a respeito da sua equipe na TV Semba, quando foi produtora)

Do ponto de vista epistemológico, é possível seguir diferentes caminhos de discussão a respeito desse local de distanciamento em que elas se colocam em relação à desigualdade de gênero em sua comunidade. Escolho, por ora, associar essa situação à crítica de Martins (2016)⁷⁷, por entender que, em seus discursos, as entrevistadas se posicionam no lugar ocidental que costuma ver as africanas de forma generalista como “as mulheres dos outros” (MARTINS, 2016). Nessa perspectiva, as entrevistadas assumem posições eurocêntricas, similares às das “mulheres civilizadas” do Norte e livres da opressão, relegando esta às “outras namibenses”, aquelas que as entrevistadas buscam enquadrar na sociedade angolana por meio da educação. Tal posicionamento reforça as dicotomias entre o tradicional/passado/rural/opressor e o moderno/presente/urbano/empoderado, frutos das ficções utópicas geradas pelo colonialismo, conforme critica Mbembe (2001).

Para todas elas a chave que rompe com a desigualdade de gênero no Namibe é a educação. Como registrei nos capítulos 1 e 2, em Angola ainda hoje há maior proporção de analfabetos entre as mulheres do que entre homens. Logo, considerando o investimento atual do Namibe na educação⁷⁸ e uma percepção das entrevistadas de que cada vez mais mulheres estão sendo instruídas, elas acreditam que se trata de uma questão de tempo para que a desigualdade que atinge “as outras mulheres” não exista mais. Cabe, portanto, às mulheres instruírem-se e “imporem-se um pouco mais”, segundo algumas falas, para que nos próximos anos estejam em maior proporção nas lideranças da província. Isso está a mudar e em suas opiniões, o Namibe está à frente de outras províncias angolanas.

[...] para além da própria administração, nas escolas temos coordenadora de disciplina: são lideradas por mulheres, temos as diretoras das escolas, são lideradas por mulheres, são tantas, são 50%, chega a 50%. Pois as mulheres cuidam bem das escolas e são capaz. Toda as escolas são líderes como coordenadoras e diretoras, as escolas são melhores [...] (informação verbal de Arminda Maria do Espírito Santo).

⁷⁷ Para Martins (2016), o olhar eurocêntrico colonialista, ainda presente nas agendas internacionais de gênero e em grande parte da produção acadêmica ocidental, quando direcionados às mulheres do sul global não as vê como mulheres diversas em contextos diversos, mas sim como “mulheres dos outros”, aprisionadas por culturas primitivas, opressivas e masculinas mais intensas que as do norte, mais civilizadas em termos de relações de gênero.

⁷⁸ Essa visão faz parte de um posicionamento governamental e aparece na coletânea citada no Capítulo 1: “O Namibe é uma cidade em que o ensino ocupa um lugar importante” (NAMIBE, 2014, p. 119).

Tem muita professora, tem muita enfermeira, tem muita diretora. Se for a pensar estatisticamente são as mulheres que estão a dirigir o Namibe. O Namibe hoje difere das outras províncias por causa disso (informação verbal de Neusa Bengani).

[...] as mulheres e o desenvolvimento da província estão bem, precisamos é diversificar um bocadinho mais. Ainda é muito limitado aquilo que fazemos, para que sejamos mais notórios, mas em termo do governo, e de liderança, e naquilo que é desenvolvimento da sociedade, as mulheres têm dado sua ajuda de forma muito positiva, humilde e muito positiva (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Alice acredita, ainda, que no Namibe até prefere-se mulheres liderando áreas relacionadas à educação e à assistência social, pois elas são mais sensíveis a questões de vulnerabilidade humana. Ela especialmente, por ter vivido no contexto de refugiada, possui uma sensibilidade para compreensão e resiliência importantes para seu ofício.

Como já observado, a única entrevistada que vivenciou experiências discriminatórias foi Neusa, tendo relatado mais de uma situação de resistência vinda de seus subordinados homens à sua liderança pelo fato de ser mulher, e mais especificamente por ser mais jovem que eles⁷⁹. Além da situação específica com um subordinado narrada no subcapítulo anterior, em sua entrevista houve outros momentos em que ela registrou comportamentos resistentes ao trabalho das mulheres.

Então os homens têm essa, querem sempre afirmar-se toda vez que estão a falar com uma mulher. Endireitar a voz, alargar os ombros. Quando vamos aos encontros nacionais de diretores, e quando ficam as diretoras na mesma mesa “olha, já vão tricotar”, “tão falar tudo menos de trabalho, não é?”, tem sempre essas piadinhas (informação verbal de Neusa Bengani a respeito da experiência na direção provincial).

Contudo, tanto na produção do Programa de TV quanto na direção provincial, ela conta que as resistências foram arrefecidas pelo seu bom desempenho como líder.

Ideia de um/a bom/a líder

Os relatos das entrevistadas a respeito das formas que utilizam para liderar suas equipes renderam *links* para colher suas percepções sobre como deve atuar um/a bom/a líder. Sobre esse tema há uma visão bastante homogênea de que liderar está frequentemente relacionado a educar e participar, mesmo para as entrevistadas que não estejam na área da educação.

⁷⁹ Acima registrei a mesma percepção sobre faixa etária no depoimento de Euracema, o que merece maior desenvolvimento em trabalhos futuros, considerando Oyewumi (2004) e Melo (2007), que tratam da antiguidade (faixa etária) como categoria de poder importante para a compreensão de algumas sociedades africanas, por exemplo.

Praticamente todas compartilham da ideia de que um/a bom/a líder deve trabalhar com a equipe, ser humilde, respeitoso/a, educado/a, ético/a, e se comunicar bem com a equipe. Tais características ficam bastante evidentes quando Neusa descreve a sua percepção sobre a diferença entre chefe e líder:

Nós não amamos o nosso chefe, nós amamos o nosso líder. Nós não olhamos para o nosso chefe como um ser humano, que tem os seus problemas como qualquer outro ser humano. [...] O líder tem diferença do chefe até na forma de vestir. O chefe tá com as mangas da camisa aqui até o final do dia. O líder trinta minutos depois de entrar já está com a camisa aqui, ele já arregança as mangas. O líder faz, o chefe orienta (informação verbal de Neusa Bengani).

Maísa, talvez por conta da sua formação com gestão de projetos, tem uma visão mais processual da liderança, mesmo que não esteja deslocada da opinião das demais entrevistadas: “um bom líder é aquele que delega, é aquele que cobra, mas é aquele que dá um bom exemplo, né?” (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares. Maria Filomena destacou a importância do conhecimento para que o/a líder possa tomar melhores decisões, principalmente no momento de orientar a equipe. A humildade foi um valor trazido mais fortemente por Arminda e Mariana, enquanto Euracema, especificamente, trouxe o valor da empatia:

[...] nos colocarmos no lugar daqueles que são orientados por nós, procurar saber o nível de vida, procurar saber as dificuldades que elas apresentam diariamente, não fazer julgamentos sem antes fazer um estudo prévio, e depois nós sabemos como corrigir e avançar com qualquer um dos funcionários. Há funcionários que na função pública se destacam muito, e há funcionários que menos se destacam. Há quem tenha muita vontade, e há quem tem pouca vontade. E às vezes isso tem a ver com a nossa gestão pessoal e os objetivos que nós temos traçados pra nós [...] (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Quando perguntadas se havia mulheres líderes que as tinham inspirado profissionalmente, a maioria mencionou alguma chefe que tiveram no passado ou a atual. A vice-governadora da área social do Namibe foi mencionada com frequência. As características dessas chefas que as inspiraram geralmente estavam relacionadas a uma “liderança democrática”⁸⁰, com sua forma educada de lidar com a equipe. Reiteradamente houve a menção de que as chefes seriam como “mães” da equipe, como na seguinte fala de Neusa: “porque ela soube transportar o seu lado feminino para o lado profissional. E

⁸⁰ O termo “liderança democrática” foi utilizado pelas entrevistadas e no próximo subcapítulo será melhor explorado de forma conceitual.

hoje todos esses homens a têm não só como uma profissional no mesmo nível que eles, mas como uma mãe” (informação verbal de Neusa Bengani).

Relação com partido

Esse aspecto é importante para a compreensão do lugar que essas líderes ocupam no Namibe, considerando a trajetória que Angola vem passando desde a independência sob a governação do MPLA. Todas as entrevistadas são filiadas ao MPLA, exceto Neusa, que considera a filiação a qualquer partido como incompatível com a profissão de jornalista. Além disso, Maísa, embora seja filiada, não se considera atuante e não faz parte de nenhum grupo específico do partido.

O caso de Neusa, que foi contratada e mantém um prestígio profissional mesmo sem ser filiada, demonstra que fazer parte dos quadros da administração pública não está condicionado à filiação ao partido. No entanto, devo ressaltar, como ela explicou, seu caso se trata de exceção por haver uma lei que exige a formação na área de Comunicação Social para o/a ocupante do cargo de diretor/a provincial de comunicação, e que o governador a convidou após constatar que apenas ela cumpria o requisito para o cargo na província.

Com exceção de Euracema, que se filiou adulta ao partido por influência da mãe, e que ocupa função estratégica nele, todas as demais entrevistadas atuantes tiveram o primeiro contato com o MPLA na infância. Pelas entrevistas, observa-se que o MPLA se faz presentes nos bairros por meio dos Comitês de Acção do Partido (CAPs), e vão cooptando crianças por meio da OPA (Organização do Pioneiro Angolano).

Eu fui pioneira da OPA, participei das atividades da OPA. [...] Era mesmo uma organização para crianças dos 6 aos 14 anos. Fazíamos muitas coisas. Fazíamos planos de férias, incentivamos as outras crianças a estudar. Eram muitas atividades (informação verbal de Maria Filomena Alfredo).

Os/as membros/as mais atuantes podem ser convidados/as para assumirem papéis de liderança no partido, como é o caso de Arminda, que é segunda secretária municipal da OMA no Tômbwa, e a mãe de Euracema, que é segunda secretária municipal do partido em Moçâmedes. Além dos CAPs, há funções nos comitês municipais e provinciais. Segundo Mariana, no MPLA há muitas mulheres na direção.

A Organização das Mulheres Angolanas (OMA), vastamente comentada nos capítulos anteriores pela sua relação com o objeto de estudo, não é formada

necessariamente por mulheres ideologicamente envolvidas com questões de gênero⁸¹ no partido. O fato de ser mulher adulta filiada ao MPLA já as direciona quase que automaticamente à OMA.

[...] é uma opção, mas acabam sendo de uma ou outra forma. Só que às vezes não queremos ir para a organização da mulher, porque ali só tem mesmo mulheres. E eu digo, às vezes prefiro mesmo só estar no partido, para não misturar as coisas, mas acabam sendo dirigidas pela mesma pessoa que é o primeiro secretário provincial, que é o governador... A direção é a mesma (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Essa fala de Euracema corrobora análises de autores como Shubert (2013) e Capoco (2013) a respeito da relação simbiótica entre partido e governo em Angola. Em algumas das falas, confunde-se partido e governo, como no exemplo abaixo, em que Euracema se refere à atuação da OMA:

[...] tem uma missão de ajudar o partido naquilo que é superação para toda mulher, questão da alfabetização, a OMA também faz trabalhos de alfabetização, ajuda com aulas de alfabetização, para que aquelas mulheres camponesas tenham 90 minutos de aula, de aprendizagem, numa sala de aula, portanto, **a OMA é a parte social de todas as senhoras a nível do governo direcionando as mulheres** para um futuro muito melhor em relação aqueles que estamos habituados a ver (informação verbal de Euracema Ambrósio, grifo meu)⁸².

Parte das entrevistas foi dedicada a conhecer, por meio dos depoimentos, como se dá a atuação da OMA junto às mulheres no nível provincial. No subcapítulo anterior, transcrevi parte do relato de Arminda, que foi corroborado pelas demais entrevistadas filiadas e atuantes na OMA.

[...] a OMA é o que incentiva ou puxa as mulheres... incentiva as mulheres a mudarem um pouco daquilo que são. Sobretudo, nós temos mulher que até hoje não reconhecem o seu papel, o seu lugar na sociedade. Então a OMA é aquela [entidade] que busca o enquadramento de todas as mulheres, e ajuda também essas mulheres... algumas mulheres com condições sociais baixa, e tudo. Fazem várias atividades [...] (informação verbal de Mariana Chilombo).

Preparar a mulher para a vida no geral e da organização. “Não! Tens que te preparar para vida. Não pensas que ficares de braços abertos tudo cai do céu. Não! Tens que batalhar para chegar onde queres chegar”.

⁸¹ Cabe ressaltar que a expressão “envolvimento com questões de gênero” pressupõe um recorte conceitual eurocêntrico das questões referentes às mulheres, como discutirei no próximo subcapítulo.

⁸² Grifo meu para destacar sobreposição das instituições, uma vez que oficialmente a OMA deixa de atuar como Governo fixando-se como um organismo partidário dentro do MPLA, sendo responsável pela formação e pela orientação às mulheres desde 1991, quando foi criada a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPDM, conforme registrado no capítulo 2 desta dissertação.

Sensibilizando também a estudar, porque tem muita mulher analfabeta na OMA (informação verbal de Maria Filomena Alfredo).

[...] quando tiver alguma dificuldade, se sofreram alguma agressão física, se são violentadas no lar, então venham à OMA para saber conciliar, para saber aconselhar o lar... (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Portanto, a OMA, em complementação a outros grupos como a OPA, CAP, etc., para além das atividades de cooptação das mulheres para o partido, possui um compromisso com a inserção social da mulher nos estudos (alfabetização) e no mundo do trabalho.

Por esse motivo, a OMA exerce uma importante atuação pedagógica e moralizadora como se registrou anteriormente na fala de Arminda e também em outras falas, cuja frequente ideia de “enquadramento” pode ser entendida tanto como “inserção social da mulher” quanto a sua “adequação aos papéis/comportamentos esperados” na nação imaginada pelo MPLA (MOORMAN, 2016). Assim, como o próprio nome da instituição governamental que trata das questões das mulheres define – Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU) – a defesa das mulheres consistiria, na verdade, em uma defesa das famílias. Assim, alfabetização e o enquadramento da mulher no papel do cuidado com a família seguem sendo a proposta do MPLA para as mulheres. Tal análise vai ao encontro das reflexões propostas por Moorman (2016) e Paredes (2011), apresentadas no capítulo 1.

Relação com a religião

Todas as entrevistadas são cristãs praticantes, exceto Maísa, que embora tenha sido batizada na Igreja Católica, não é praticante. Mariana e Euracema são da Igreja Universal do Reino de Deus. Alice é da Igreja Assembleia de Deus; Maria Filomena é da Igreja Católica; Neusa é da Igreja Batista; e Arminda, como registrou-se, agora está na Igreja de Deus.

Todas as entrevistadas são frequentadoras assíduas dos cultos e missas e fazem parte de grupos paralelos de atividades das suas igrejas, a maioria deles voltados à atenção às mulheres ou a outros grupos vulneráveis. Neusa, especialmente neste momento, por falta de tempo, não está fazendo parte de algum grupo da sua igreja, como fazia em Luanda.

As atividades desses grupos são frequentes, ocupando algumas horas de 1 a 3 dias da semana delas, em média. Alice, que é diaconisa em sua igreja, tem atividades todos os

dias à noite. Lá elas atuam basicamente na organização e execução de ações de caridade, causas humanitárias, orações e orientação às pessoas.

[...] eu respondo pela área social da igreja. Meu trabalho é me remeter com a comunidade, saber quais são as dificuldades. Fazemos doações, de sangue, de roupas, de bens, de comida. [...] a gente] prega a palavra de Deus, vai evangelizar, levar a palavra do senhor àquelas pessoas que pouco conhecem. Há muitas pessoas que sofrem, que não têm uma direção, não têm para onde ir (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Tem muitas atividades. Ensinam costura nas crianças, temos saído daqui para os municípios, assistir as missas lá, trocar experiências com as outras mulheres. [...] Sim, por vezes... quando eu conheço alguém do nosso grupo que está precisando de emprego e eu conheço uma outra pessoa, vou lá ver com ela, peço “e essa pessoa enquadra-se naquele emprego”. Às vezes aquelas senhoras que têm dificuldade na alimentação, nós fizemos uma contribuição... levamos a alimentação para aquela, visitamos os doentes, levamos comida para os doentes (informação verbal de Maria Filomena Alfredo).

No caso dos grupos “de senhoras” ou “de mães”, há uma forte atuação no aconselhamento das mulheres para uma vida melhor, como consta no depoimento de Arminda. Neusa comentou um pouco sobre como eram as orientações do grupo do qual fez parte anteriormente:

[...] como ser uma boa esposa, uma boa líder, como deve se comportar uma mulher que trabalha fora, o respeitar o esposo, o fato de ser chefe no trabalho não deve implicar tratar o marido com subordinação, o fato de ter o marido com o salário menor que o teu (informação verbal de Neusa Bengani).

A troca de experiências é um aspecto trazido por Maria Filomena e Neusa, pois a presença de mulheres como eu nesses grupos já desperta a mentalidade delas de que: “Afinal, teria dado certo se tivesse me tornado, não só dona de casa, mas também uma profissional?” (informação verbal de Neusa Bengani).

Pelos depoimentos sobre a atuação desses grupos, fica nítido o seu alinhamento com a atuação da OMA e do governo (DIFAMU, escolas, etc.), pois as atividades desempenhadas por esses grupos localizam-se nas áreas da assistência social, do cuidado, da educação, e, conseqüentemente, da moralização das mulheres na comunidade. Infere-se, assim, que essas instituições – Estado-partido e Igreja – complementam-se na missão do enquadramento social (em seu sentido amplo) e especificamente do feminino. Uma fala de Mariana evidencia essa relação:

[...] é quase igual, acho que o conselho, às vezes, quando vamos pra aconselhar em termo da OMA, só não usamos talvez a oração ou a palavra, mas sim, falamos mais da vida social da pessoa, o enquadramento da sociedade... como é, como não é, mostrar talvez os caminhos certos, não é? Que a pessoa deve seguir (informação verbal de Mariana Chilombo).

Situação marital, maternidade e atividades domésticas

Há uma heterogeneidade na situação marital das entrevistadas. Duas delas nunca se casaram por opção, uma é divorciada e as demais são casadas⁸³, sendo que Arminda casou-se mais de uma vez.

A despeito da importância que é dada ao convívio marital na “tradição africana”, conforme comentado em alguns estudos nos capítulos anteriores, e também inferidos pela vivência cristã de boa parte das entrevistadas, ser solteira não foi uma situação comentada de forma desqualificada. Nenhum tabu social ou situação de discriminação foram atrelados a essa condição⁸⁴. Maria Filomena, sobre sua escolha de não ter casado e de ter sido pressionada para tal, fala com tranquilidade: “Não, nunca. Porque eu mantenho sempre o respeito, não sou uma pessoa de muita brincadeira e também as pessoas respeitam-me muito porque eu faço meu respeitar” (informação verbal de Maria Filomena Alfredo). Já Maísa, que também optou por não se casar, faz uma reflexão bastante crítica sobre o casamento e o lugar da mulher nessa relação em seu contexto social:

[...] tem muitos, muitos exemplos a minha volta de pessoas que consideram muito bem casadas, mas a gente... a infidelidade, a falta de companheirismo, o esforço feito principalmente pela mulher, né? A falta de consideração, de respeito. [...] a mulher, mesmo aquela que tá em lugares de liderança acaba por se subjugar ao homem, ao papel do homem, porque assim é a sociedade pra certas coisas e é o que a sociedade espera. Portanto, de certa forma, digamos que essa realidade pra mim compensa o fato de eu tá solteira, né? [...] Não me imagino, eu, numa situação dessas, viver de fachada né? porque eu não sou esse tipo de pessoa. Qualquer pessoa que vem à minha casa e lida comigo percebe que eu não sou uma pessoa de aparências, de viver de aparências. Eu sou o que sou, ou tento ser (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

⁸³ Pelas suas falas, ficou a impressão de que estão em casamentos monogâmicos, embora práticas poligâmicas sejam também comuns no sul de Angola (MELO, 2007). No momento das entrevistas não me ocorreu de fazer essa confirmação, o que considero importante para um futuro aprofundamento de campo.

⁸⁴ Exceto o fato curioso comentado por Maria Filomena: “Assim, há certos cargos na nossa realidade angolana que para a mulher ocupar esse cargo tem que ser casada, então por exemplo...[...] Diretora da Promoção da Mulher não pode ser uma mulher solteira, tem que ser casada. [...] Mas os outros cargos não exigem isso”, o que reforça o argumento de que para o Estado-partido defender os interesses da mulher é defender os interesses da família.

A fala de Maísa é interessante por ser a única a questionar o *status* de “normalidade” e “conformidade” atribuídas aos casamentos e às configurações familiares como as que aparecem normalizadas nas falas das demais entrevistadas.

As entrevistadas casadas contam que conheceram seus esposos geralmente na época do Ensino Médio, do Superior, ou quando começaram a trabalhar. Não há relatos de resistência deles quanto ao fato delas trabalharem. Há, inclusive, apoio, como registrou-se, por exemplo, no depoimento de Neusa. Euracema, contudo, foi a única que passou por problemas maritais devido à sua carga de trabalho quando foi Diretora de Cultura.

[...] às vezes nós no governo, numa sexta-feira surge um programa qualquer, que tá envolvido o sábado e o domingo e não consegui estar com a família. Portanto, nem todos os maridos têm esse lado de suportar. Ele até aceita bem durante a semana você ficar fora de casa; sábado e domingo pode não entender, acaba trazendo sempre aquela... e eu digo nossa posição é de luta pela união das famílias, mas isso também não é nenhum exagero. É um motivo que às vezes afasta os familiares uns dos outros [...] Eu entrei para o governo casada, saí do governo divorciada (informação verbal de Euracema Ambrósio).

Quanto a maternidade, todas são mães, sendo que três delas têm apenas um filho, e as demais têm entre três e cinco filhos. Nenhuma relatou a maternidade como empecilho para o trabalho, nem situações de discriminação relacionadas a isso. Por outro lado, se ser mãe não foi motivo para qualquer forma de prejuízo em suas carreiras, conciliar ambos papéis, contudo, exigiu esforços para conseguirem equilibrar as inúmeras atividades relacionadas, como registrei na história de Arminda no subcapítulo anterior.

Entretanto, pelos depoimentos das entrevistadas, o equilíbrio entre o trabalho e as atividades domésticas e de cuidado acontece de forma “natural”: em suas histórias elas parecem sempre encontrar formas para administrar os diversos papéis. Não há incômodo com o acúmulo de responsabilidades em suas falas. No entanto, deve-se considerar que essa responsabilidade é amortecida com a ajuda de outras mulheres, sejam familiares ou contratadas. Elas comentam também sobre a ajuda dos esposos, geralmente no cuidado com os filhos, quando elas não estão em casa.

As dificuldades para equilibrar esses papéis só foram relatadas em momentos extremos, como na morte do primeiro marido de Arminda, e um período delicado na vida de Mariana, por exemplo, em que a conciliação entre trabalho, estudos, e o lar tornou-se difícil pelo fato de ela ter se tornado líder justamente quando o esposo foi transferido para Luanda:

Clarissa: e quando você se tornou líder, você passou a trabalhar mais horas fora?

Mariana: tive

Clarissa: como ele se comportou em relação a isso?

Mariana: sim, foi um pouco difícil para ele enquadrar, foi um pouco difícil.

Clarissa: mas como que você convenceu ele?

Mariana: eu tinha que fazer tudo né, para sobrar tarefa, né?

Clarissa: fazer tudo você diz, as questões de casa?

Mariana: as questões de casa, conciliar todo o trabalho, conciliar tudo... trabalho de casa, serviço, e prontos. Tínhamos sempre alguém em casa para ajudar.

Clarissa: mudou alguma coisa para ele? Você tendo que trabalhar mais fora, ele teve que fazer algo mais?

Mariana: ele também sim, ele ajuda muito

Clarissa: mas mudou alguma coisa, porque ele sempre ajudou, né? Mas ele teve que fazer alguma coisa mais do que o normal?

Mariana: teve que fazer mais, e aliás, foi um período muito difícil, porque assim que entro como líder, subdiretora a cá, ele teve que estar transferido, ele teve que trabalhar em Luanda um tempo.

Clarissa: ah, na mesma época?

Mariana: sim, na mesma época, então, eu fiquei com os filhos, a casa, e o trabalho... todas as tarefas que ele devia fazer, não podia fazer porque não estava a cá... então foi mesmo um momento bocadinho difícil (informação verbal; entrevista da autora com Mariana Chilombo).

Cabe destacar a importância da rede de apoio comentada acima, formada por outras mulheres, contratadas ou familiares, para que as entrevistadas consigam exercer funções de comando com jornadas de no mínimo oito horas diárias e continuar desempenhando tarefas domésticas e de cuidado. Todas elas contam com essa ajuda e em seus relatos é muito comum irmãs/ãos mais novas/os ou sobrinhas/os, na época da adolescência, irem morar com irmãs/ãos mais velhas/os ou tias/os, sendo educados/as por estas/es e em compensação contribuir com as atividades da casa – nos casos das jovens, com o trabalho doméstico da família – aprendendo o que necessitam para a futura vida marital. Quando perguntada se passou por dificuldades na criação da sua filha, sendo solteira, Maria Filomena respondeu com convicção: “Não. Criei com a minha irmã. Ela deu todo o apoio nesse sentido. Ela nunca deixou-me sozinha” (informação verbal de Maria Filomena Alfredo). Algumas delas contrataram empregadas domésticas, babás, lavadeiras, cozinheiras para complementarem suas atividades domésticas.

Portanto, o fator econômico aliado ao hábito africano da extensão familiar (agregar à família a criação de outros/as parentes como irmãos/ãs e sobrinhos/as), são fatores que permitiram a essas mulheres galgarem lugares de prestígio no Namibe contemporâneo.

Ideias sobre desenvolvimento

Para praticamente todas elas, o desenvolvimento está relacionado com uma mudança de mentalidade, de evolução social. Também é frequente entre elas uma visão crítica que separa a ideia de desenvolvimento da ideia de crescimento econômico. Seus depoimentos foram embasados por reflexões a respeito de cidadania, da contribuição das pessoas para o seu país, da autovalorização da identidade angolana, e cabe destacar: o desenvolvimento aparece intrinsecamente ligado à educação, sendo esta a forma de alcançar desenvolvimento.

Se eu me informar, se eu ser alguém, nunca mais vão me testar a altura, mas se eu não conhecer o meu país, de onde eu venho, onde estou, cheguei e quem sofreu para chegar onde eu cheguei, a África corre o risco de ser colonizada. Não porque os europeus nos vão colonizar de novo, mas porque vamos pedir aos europeus pra vir nos colonizarem de novo. Porque nós temos orgulho em dizer que nós fomos passar férias a Lisboa e ao Rio de Janeiro, mas temos vergonha de dizer que fomos passar férias em (inaudível – localidade angolana) (informação verbal de Neusa Bengani).

Curiosamente, a questão do manejo do lixo apareceu com grande frequência relacionada ao tema do desenvolvimento e quando este envolve mudança de mentalidade ou outra relação com a educação.

podemos dizer que ainda precisamos mudar a mentalidade das pessoas no que concerne a conservação do próprio ambiente. Lixo em cada lugar, a educação ambiental das pessoas... em termos talvez de começarmos a ganhar com a cultura de, acabei de comer uma banana, não posso jogar a casca no chão... (informação verbal de Mariana Chilombo).

Tem que haver um projeto de nação, e isso não tá na mente dos angolanos. O angolano comum, nós fomos obrigados a pensar em nós, né? Então eu às vezes vou na rua e vou reclamar do lixo, né? E alguém diz “mas tu tens que parar de pensar assim que isso dá cabo de ti, e já reparaste que não vai mudar as coisas?” É verdade, mas se todos pensarmos assim... (informação verbal de Carla Maísa Pereira Tavares).

Quando direcionado ao Namibe, o desenvolvimento para as entrevistadas significa aproveitar melhor as potencialidades da região, como a agricultura, para além do foco na pesca, como trouxeram Arminda e Maísa, além da importância dos/as namibenses estudarem, atualizarem-se para mudarem suas mentalidades e produzir o que é melhor para sua comunidade.

Sonhos e planos para o futuro

Com trajetórias bem-sucedidas e algumas já no topo da carreira de sua área profissional, as entrevistadas, em geral, têm como planos para o futuro empreender, aprimorar seus estudos e “ver os/as filhos/as bem encaminhados/as” – utilizando uma expressão que apareceu com frequência, no sentido de darem apoio a eles/as para seus estudos e para o seu enquadramento profissional.

Como registrado no subcapítulo anterior, Maísa está envolvida com a causa do patrimônio sociocultural do Namibe e acredita que pode fazer mais do que já tem feito como membro dos comitês de auscultação. Neusa, para além de dar aulas de comunicação social, tem como sonho criar um Centro de Formação de Jornalistas, que mais do que ensinar o jornalismo na prática, formaria uma geração de jornalistas que não tivessem medo de cobrar dos governos o que deve ser feito, que lutassem pela transparência, inspirando as pessoas a lutar e a defender suas comunidades. Arminda, assim como Alice, pensam em empreender: a primeira, na área da agricultura e manufatura de sabão, e a segunda, aprimorando um negócio de organização de festas, com que já trabalha informalmente, além de intencionar abrir uma farmácia para administrar com sua filha quando esta terminar a formação nessa área. Maria Filomena, Mariana e Euracema desejam aprimorar seus estudos por meio de Doutorado e Mestrado.

3.3 Gênero e Liderança: dois conceitos importantes para a compreensão do objeto

Considerando, como registrei no capítulo 2, que grande parte da população feminina angolana vive em níveis de extrema vulnerabilidade, trabalhar com mulheres que ocupam espaços de poder, portanto privilegiadas do ponto de vista socioeconômico em Angola, constitui uma tentativa de compreender quais caminhos traçaram para que seu destino fosse diferente da maioria. Mais do que isso, a ideia foi compreender quais fatores influenciaram esse resultado – como o acesso à educação; origem familiar, contato com a guerra etc. – e como eles podem ser visibilizados de forma a desmistificar estereótipos coloniais de gênero e visões equivocadas a respeito das africanas, sem ignorar, obviamente, situações reais de vulnerabilidade. As trajetórias contadas demonstram que vários mundos são possíveis em meio à busca por cidadania, justiça social e igualdade entre homens e mulheres na Angola atual.

Nesse contexto, elegi dois dos diversos⁸⁵ conceitos que perpassam o entendimento do meu objeto de pesquisa para incrementar a breve análise proposta nesta dissertação: gênero e liderança. Além de problematizar o lugar da mulher angolana em uma nação em construção e recentemente pacificada, considero importante compreender o papel que as entrevistadas exercem nessa construção, uma vez que

A liderança realiza-se através de processos nos quais um ou mais indivíduos têm sucesso na tentativa de moldar e definir a realidade de outros indivíduos, isoladamente ou em grupos, atribuindo liderança a estes membros que estruturam experiência de maneiras significativas (OLIVEIRA, 1999, p. 255).

Para Foucault (1995), exercer o poder está relacionado mais a conduzir condutas e ordenar as probabilidades da sociedade, e menos a conduzir pessoas. Em complemento, Lascoumes (2012) entende que hoje em dia o poder da ação pública está muito menos em conquistar e possuir, mas na habilidade de produzir, suscitar e organizar a população.

Nesse sentido, pressupondo que a dinâmica social é constituída por processos de liderança, geralmente exercidos por homens em diversas sociedades, entendo que a visibilidade de estudos que abordem o exercício feminino da liderança, mesmo que não sejam uma novidade acadêmica, continuam sendo importantes para desafiar antigos paradigmas coloniais sobre a governação e sobre os lugares de poder destinados aos tipos humanos que cada sociedade institui.

Isso porque, como demonstra Melo (2007), além da categoria de gênero ser compreendida como uma construção social que tende a hierarquizar socialmente homens e mulheres em posições de maior e menor prestígio, respectivamente, há uma tendência das referências ocidentais sobre sociedades africanas considerarem erroneamente que as mulheres africanas são dependentes e exploradas pelos homens africanos (MELO, 2007, p. 71). Ademais “[...] nada nos diz que a condição das mulheres de outrora era a mesma que lhes foi imposta pela situação colonial” (MELO, 2007, p. 68 apud COQUERY-VIDROVITCH 1994, p. 60). Assim, qualquer análise sobre as relações de gênero e de poder na realidade angolana – e no caso de pessoas que exercem liderança no serviço público – deve ter em conta a complexidade e as diversas conjunturas dessa sociedade.

No que diz respeito ao conceito de liderança, Oliveira (1999) observa que houve um impulso das guerras mundiais para que estudiosos/as buscassem compreender

⁸⁵ Em um aprofundamento desta pesquisa, penso ser importante abordar a relação dos conceitos de poder, lugar social, lugar de fala, mudança social, serviço público, família, trabalho, desenvolvimento, entre outros.

personalidades e habilidades de quem as conduzia. Dessa forma, muitos desses estudos dedicam-se à caracterização de tipos de liderança.

Sem encerrar a categorização, Oliveira (1999) apresenta três tipos de liderança mais comumente percebidos nas sociedades e nas organizações, sendo dois deles dicotomicamente opostos, e um terceiro que representa uma espécie de “não liderança”⁸⁶. O primeiro tipo é o *líder autoritário*, que segundo o autor, é o tipo tradicional de liderança, em que o poder se baseia na posição que ele ocupa e na preocupação com as tarefas que devem ser entregues, sendo o poder e a tomada de decisão centralizados. O segundo tipo, o *líder democrático*, exerce uma influência que se baseia nas relações humanas, sendo a autoridade descentralizada e a tomada de decisão participativa, com o incentivo aos subordinados expressarem suas ideias. Já o terceiro tipo, o *laissez-faire*, é uma abdicação da liderança formal e personalizada, permitindo um comportamento organizacional em que cada membro atua por sua conta e responsabilidade (OLIVEIRA, 1999, p. 257-258).

Como o objetivo do autor é compreender as formas mais comuns de liderança em organizações, ele entende que não há um modelo ideal, e que os três comportamentos podem ser entendidos como partes de uma escala em que a pessoa que ocupa uma função de liderança pode variar entre um a outro extremo, dependendo da situação (OLIVEIRA, 1999, p. 257-258).

Já o meu objetivo em discutir esse conceito aqui é relacionar o fato de que a tipologia apresentada encontra coerência com a dicotomia simbólica da caracterização dos gêneros da perspectiva ocidental: o líder autoritário seria uma representação masculina, e o líder democrático, uma representação feminina. Por mais que os estudos sobre liderança não remetam diretamente a diferenças de gênero dos/as líderes – embora Oliveira opte por utilizar a expressão “homens” ao invés de “seres humanos”⁸⁷ – é possível encontrar correspondência entre os conceitos de gênero e liderança. Entretanto, trata-se de uma comparação perigosa, pois pode levar a uma interpretação rasa das trajetórias que foram apresentadas.

Para tanto, cabe, neste momento, compreender o uso metodológico do conceito de gênero, utilizado frequentemente em pesquisas antropológicas coloniais como um dos

⁸⁶ Aspas minhas como forma de enfatizar a minha interpretação dessa tipologia, que será explicitada mais a frente.

⁸⁷ Para a teórica espanhola Teresa Meana Suarez, “não sabemos se atrás da palavra homem se está pretendendo englobar as mulheres. Se for assim, elas ficam invisíveis e se não for assim, ficam excluídas”. Ver em: SUAREZ. Teresa Meana. *Palabras no se las lleva el viento...* Por un uso no sexista de La lengua. Valencia: Ayuntamiento de Quart de Poblet. (2004)

mecanismos para compreender as sociedades, passando por críticas internas de pensadores/as ocidentais, até as críticas decoloniais do ponto de vista africano.

Em sua análise, a antropóloga angolana Rosa Melo (2007) faz uma breve compilação dos usos ocidentais da categoria gênero, que, após sua popularização resultante dos registros antropológicos coloniais, passaram a ser questionados por algumas teóricas feministas, entre outros/as autores/as. Estes/as vieram a questionar a tendência dos estudos antropológicos em conceber obrigatoriamente gênero com um problema, em que se associa simbolicamente as mulheres com a natureza e os homens com a cultura, devido às funções reprodutivas da mulher.

Tais teóricos/as trouxeram outras nuances para o conceito, como é o caso de Ortner e Whitehead, que entendem gênero como estruturas de prestígio social, assinalando que nas mais diversas sociedades as posições socialmente dominantes são ocupadas pelos homens (MELO, 2007, p. 58-59). Essas/es autoras/es acusam uma propensão de se definir as mulheres geralmente do ponto de vista relacional: mãe, esposa, filha de alguém, enquanto os homens são definidos do ponto de vista ocupacional: caçador, estadista, militar etc., excluindo as mulheres dos locais de prestígio social.

Há também o enfoque pela atribuição de distinções sociais a partir das discrepâncias fisiológicas entre homens e mulheres, como creem Mary Douglas e George Balandier, por exemplo (MELO, 2007, p. 66). Outros/as como Almeida, Strathern e Bordieu, acreditam que, por meio da socialização, os indivíduos são modelados a corresponderem aos papéis esperados pelo grupo e de acordo com as necessidades deste, o que acaba definindo suas aptidões e comportamentos, orientando-os/as a desenvolverem atividades distintas, sendo geralmente as públicas e amplas para os homens e as privadas e de pequena escala para as mulheres. Tais construções sociais, segundo essa perspectiva, revelam estereótipos, bem como as relações entre os gêneros (MELO, 2007, p. 62). Por essa perspectiva amplamente difundida no pensamento ocidental, o tipo líder autoritário pode ser facilmente relacionado com o lugar/estereótipo masculino e o líder democrático com as características femininas, mesmo que para os enfoques de gênero apresentados acima as mulheres não tenham, muitas vezes, acesso à liderança.

Levando a crítica para o Sul Global, autoras africanas como Oyewumi (2004) e a própria Melo (2007) entendem que tais abordagens ocidentais de gênero nem sempre são aplicáveis a qualquer sociedade, principalmente se não relacioná-las a outras categorias relativas à opressão, como raça, colonialismo, classe etc., e que tornam as mulheres

diferentes entre si. Oyewumi (2004) destaca que a categoria gênero, nas perspectivas ocidentais, tem como fundamento a família nuclear formada e hierarquizada pela figura do homem provedor, da mulher subordinada e pelos filhos, não havendo espaço para outros adultos.

Oyewumi questiona a generalização dessa perspectiva a partir do exemplo de uma comunidade nigeriana em que a hierarquia familiar é baseada na antiguidade e não no gênero; nela, as relações de poder são definidas pela idade e pelo tempo de vínculo em cada família. A autora ainda argumenta que o termo “mãe solteira” não se adapta ao contexto africano, porque ser mãe não está relacionado a ser casada com um homem (OYEWUMI, 2004)⁸⁸.

Melo (2007) faz uma crítica semelhante em seu estudo sobre a sociedade Handa, localizada nos dias atuais ao sul de Angola. Demonstra que nessa e em outras sociedades matrilineares africanas os rituais de puberdade e a maternidade – que não é necessariamente biológica – conferem poder e prestígio às mulheres, diferentemente da perspectiva ocidental, que relega os papéis privados e familiares à subalternidade simbólica. Em algumas sociedades matrilineares, o poder masculino é reportado aos seus antepassados, enquanto o poder feminino é reportado a sua prole, e por esse motivo, a vida do grupo é organizada em torno da mulher e da sua fertilidade (COQUERY-VIDROVITCH, 1994 apud MELO, 2007, p. 70).

[...] no grupo mencionado, os estereótipos de gênero não são mais do que simbolismos representativos que, embora concorram para a organização das relações sociais, para a regularização dos comportamentos, bem como para o estabelecimento das distinções de gênero, não afectam a dignidade da pessoa (MELO, 2007, p. 64).

Conforme apresentei no capítulo 2, o cuidado é um papel “tradicionalmente” atribuído às mulheres em Angola (LOPES, 2010; SILVA; CARVALHO, 2009). O cuidado com a casa, com os filhos, com as atividades domésticas, contudo, significa mais do que uma atividade: é entendido como uma habilidade cuja responsabilidade é indiscutivelmente das mulheres e está relacionada a cuidar da integridade física da família (o marido, os/as filhos/as, os/as idosos/as). Isso significa garantir sua alimentação, sua

⁸⁸ Mais tarde os argumentos de Oyewumi são questionados por outras africanas, refletindo um processo dinâmico de ressignificações e de readequação acerca das ideias de “gênero” e “mulher”. Bibi Bakare-Yusuf (2011), por exemplo, trava uma discussão interessante com Oyewumi acerca da desconstrução do conceito de gênero ocidental para sua aplicação teórica na sociedade nigeriana em “‘Los Yoruba no hacen género’: Una revisión crítica de ‘La invención de la mujer: haciendo un sentido africano de los discursos occidentales de género’, de Oyewumi Oyeronke”. Uma das críticas de Yusuf à Oyewumi é ter utilizado como modelo uma comunidade que não está ativa e cujas situações descritas ocorreram antes da intensificação do colonialismo.

saúde, higiene, vestimenta etc. Além disso, quando as mulheres também desempenham atividades profissionais, estas geralmente estão relacionadas ao cuidado ou às áreas de saúde, assistência social, educação etc. (SILVA, 2013, p. 49). Essa localização das mulheres como responsáveis pelo cuidado também aparece na organização do trabalho informal, em que geralmente as mulheres ficam responsáveis por vender produtos de retalho, como alimentos, enquanto os homens trabalham com produtos de consumo duradouro (LOPES, 2006, p.178), conforme registrado.

A responsabilidade pelo cuidado também aparece nos registros sobre a participação das mulheres nos movimentos maquis de libertação. Como vimos em Moorman (2016), dentre as atividades designadas para as combatentes consta cozinhar, realizar comunicações secretas, entre outras atividades de retaguarda, para garantir a sobrevivência e o sucesso das operações dos/das combatentes.

Esse papel de mãe e provedora da família está presente em todos os segmentos sociais em Angola. Dentro desse contexto é que se dá a divisão sexual do trabalho, seja no âmbito doméstico, enquanto espaço de reprodução, seja no âmbito profissional, o de produção. (LOPES 2010, p.117)

As histórias apresentadas neste capítulo reiteram essa divisão sexual do trabalho e a localização do papel da mulher no cuidado maternal: há uma constante preocupação com o “futuro dos/as filhos/as” e familiares, movendo-as ao mercado de trabalho, a migrações, e também se expressa na responsabilização pelas tarefas domésticas, mesmo que dividam com outras mulheres. Há um envolvimento delas com atividades de “enquadramento” das mulheres e famílias na sociedade, expresso pelas atuações na OMA e nas suas Igrejas, com o intuito de orientá-las a exercer de forma adequada o seu papel de mãe e esposa e estimulá-las à educação e ao trabalho. E mesmo, por meio dos seus cargos, exercem competências educacionais, sejam as que trabalham diretamente na educação, mas também as que desempenham funções na administração pública.

Observou-se nas falas das entrevistadas uma forte tendência a descreverem o estilo de liderança que lhes agrada como mais próximo do tipo democrático, o que pode levar a uma suposição da assimilação do comportamento feminino esperado pelos paradigmas de gênero ocidentais, que relacionam a mulher à subjetividade, à docilidade, e, principalmente, à maternidade. Não apenas isso, percebe-se uma razoável coerência entre o papel maternal exercido por elas nos diversos espaços e o esperado da mulher

pelas ideologias cristãs que contribuíram para a formação dos movimentos nacionalistas e para a ideia de nação angolana desejada pelo MPLA.

Entretanto, se para a categorização ocidental e dicotômica de gênero a maternidade é vista como um papel de menor prestígio, tal valoração não pode ser simplesmente atribuída às angolanas, sem que se considere os múltiplos significados que a maternidade e, conseqüentemente, a liderança maternal, têm para essa sociedade.

Actualmente, fruto de vários condicionalismos, nomeadamente a guerra, as deslocações e mudanças de espaço, o contacto com culturas exteriores, os cruzamentos inter-étnicos e a luta pela sobrevivência das famílias, o prestígio das mulheres *vahanda* vai-se reforçando de outro modo. Concorrem, para o efeito, o seu dinamismo na busca de soluções para o sustento da prole, a perspicácia com que ultrapassam o ambiente doméstico e desenvolvem negócios lucrativos e, em consequência, a sua postura perante os rendimentos da família e as relações conjugais (MELO, 2007, p. 61).

A descrição feita por Melo a respeito da mulher Handa não é tão diferente do que foi apresentado nos estudos do capítulo 2, nem de algumas histórias contadas neste capítulo, tanto no que diz respeito aos seus papéis de mães e esposas, como em seus estilos de liderança. A imputação de uma oposição entre liderança/poder/prestígio e mulher/maternidade não dá conta, como demonstra a autora, dos significados de prestígio de várias sociedades angolanas, inclusive contemporâneas. O lugar materno, seja na esfera privada ou na pública, não significa um lugar de subalternidade, como a dicotomia ocidental pode levar a crer.

Dessa forma, destaco que a liderança, quanto mais próxima é do tipo democrático, é entendida pelas entrevistadas como uma qualidade conquistada e que lhes conferiu sucesso profissional, do qual elas falam com orgulho. A liderança é uma habilidade valorizada no âmbito profissional angolano e também foi incentivada pelos movimentos nacionalistas para o engajamento dos cidadãos e cidadãs no momento da libertação. O sentimento de autonomia e identidade social para homens e mulheres era necessário para a formação da nação angolana naquele momento (TOMÁS, 2010), e sobrevive na atualidade como um valor independente da categoria gênero.

Assim, a crítica africana do uso da categoria gênero é importante para evitar uma interpretação rasa e unicamente ocidental sobre as trajetórias das líderes do Namibe, cujas bases culturais possuem diversas fontes com diversas categorias próprias de poder e prestígio.

Acrescenta-se a essa crítica a importância de se localizar o colonialismo na alteração das dinâmicas sociais angolanas e o comportamento feminino. Segundo Lopes (2006), a era colonial preteriria as mulheres do trabalho formal e a luta pela independência e suscitaria o sentimento de cidadania e autonomia e, conseqüentemente, a oportunidade para que as mulheres ocupem novos papéis aos quais elas não tinham acesso anteriormente. Assim, com a independência, as angolanas são convidadas a ocupar novos lugares, mas também a permanecer naqueles em que estiveram por muito tempo, mas com outros significados. Candido analisa de uma forma mais crítica a estreita relação entre o papel da mulher na maternidade e o nacionalismo angolano: “The appropriation of motherhood as a patriotic value illustrates how gender and nationalism are intertwined in Angola, while also revealing that political leaders are highly critical of the role of ‘tradition’, which oppresses women (CANDIDO, 2018, p. 9).

A partir dessas críticas, pode-se dizer que as angolanas vivem num paradoxo entre o papel ideal de boa mãe/esposa com acesso à educação e trabalho e a triste realidade de miséria e falta de acesso, sobre a qual a tradição muitas vezes é responsabilizada: “O paradoxo é que a mulher angolana é retratada como a mulher forte, a guardiã da família, mantenedora do lar e protetora. São as que mais sofrem na sociedade angolana” (VENTURA, 2014, p. 105). Tal situação é complementada por Liberato:

De então para cá 40 anos se passaram, que se traduzem essencialmente em 40 anos de luta em todas as dimensões – social, civil, política, económica, militar, cultural – 40 anos de ideologias, de sonhos, de desejos, de expectativas; porém, igualmente, de desilusões, de frustrações, de cansaço, de desespero (LIBERATO, 2016, p. 998).

Por esse motivo, a compreensão dessas trajetórias deve considerar as críticas de autoras como Melo (2007) e Oyewumi (2004), de forma a evitar caracterizações e representações ocidentais inadequadas ao contexto. Entretanto, não se pode ignorar o quanto tais caracterizações e representações continuam atuando no imaginário da sociedade urbana angolana como resultado do colonialismo, o que se faz perceptível em várias falas das entrevistadas. Não se pode ignorar, igualmente, o que os dados apresentados no capítulo 2 dizem a respeito da situação de vulnerabilidade de grande parte das angolanas, situação essa que as próprias entrevistadas percebem, mesmo que tal fato não as atinja.

As reflexões levantadas pelos estudos e pelas histórias de vida apresentadas nesta dissertação atestam, assim, a complexidade de se trabalhar com as categorias “gênero” e

“mulher” sem o questionamento e a problematização da carga colonial que elas contêm. Trata-se de um desafio metodológico bastante rico, pois exige um contato com epistemologias diferentes das hegemônicas, já que elas tentam traduzir tal complexidade em um contexto “pós-colonial” e para além dele.

Para tanto, é importante o diálogo com outras categorias que desafiam as dicotomias ocidentais. Por exemplo, a ideia de “entrelugar” (BHABHA, 1998) pode contribuir para uma maior compreensão dos papéis que as líderes namibenses exercem em sua comunidade. Para Bhabha,

As mulheres falam em línguas a partir do 'entre-lugar entre uma e outra', que é um espaço da comunidade. Elas exploram uma realidade 'interpessoal': uma realidade social que aparece dentro da imagem poética como que entre parênteses - esteticamente distanciada, contida e, todavia, historicamente emoldurada (BHABHA, 1998, p. 40).

Assim, os diversos papéis e espaços vividos de forma dinâmica pelas líderes namibenses refletem uma ambivalência que nos primeiros momentos de contato com elas imaginei como um “entrelugar” de poder e de subalternidade: da líder educadora que exerce poder no trabalho, por um lado, e por outro, da mãe/esposa responsável pela tarefa doméstica, sobrecarregada e oprimida pela necessidade de obter reconhecimento moral de boa mãe/esposa. Entretanto, quanto mais eu conhecia suas histórias, seus lugares múltiplos e, principalmente, a partir da crítica de Melo (2007), fui percebendo o quanto minha análise ainda se prende às dicotomias ocidentais da categoria gênero.

Quando prestei maior atenção ao valor que elas dão para a responsabilidade para com as atividades domésticas, com o cuidado dos filhos e de sua educação, com a sociedade – por meio das instituições que elas lideram – fui compreendendo como esse papel possui um prestígio que ainda é pouco compreendido pelo pensamento ocidental. A responsabilidade pelo cuidado e pela esfera privada, além de não representar um papel subalterno para as entrevistadas, possui uma outra relação com a sociedade: envolve mudança de mentalidade e desenvolvimento em várias culturas africanas. O cuidado está relacionado ao desenvolvimento.

Logo, tenho começado a delinear outras percepções a respeito dos entrelugares a partir desse objeto de pesquisa, uma vez que essa experiência confirma cada vez mais a necessidade de se compreender os efeitos involuntários do colonialismo em todas as culturas envolvidas – não apenas as africanas.

Por isso, considero também importante o diálogo com a ideia da autoinscrição africana, por meio da qual Mbembe (2001) observa que as “fantasias primais” presentes nas ideologias correntes nas filosofias sobre a África utilizadas pelos movimentos nacionalistas dificultam a produção do pensamento africano sobre si mesmo. Ele critica nessa fantasia “um desejo de destruir a tradição e a crença de que a verdadeira identidade é conferida pela divisão de trabalho que faz surgir as classes sociais, em que o proletariado (rural ou urbano) tem o papel de classe universal por excelência” (MBEMBE, 2001, p. 176).

As líderes protagonistas desta pesquisa vivem entremundos que estão sendo construídos a partir do contato cultural – sim, permeado pela dominação – mas não apenas (MBEMBE, 2013). Essas líderes não falam de um lugar de poder de liderança das organizações como as ocidentais, e também não falam de lares e de Áfricas subalternas. Elas falam de entremundos que compartilham valores africanos e valores coloniais, que convivem em uma dinâmica específica da história pela qual Angola passou e que orienta suas trajetórias de vida. Essa dinâmica ainda é pouco contemplada nos estudos sobre as mulheres angolanas. Como registrou-se no capítulo 2, há muitos estudos que denunciam a desigualdade de gênero sob uma perspectiva ocidental, delegando-a a uma ideia de “cultura tradicional” que desconsidera os contatos que essa cultura viveu no mundo colonial e continua vivendo no mundo global (HALL, 2010).

As reflexões suscitadas pela tentativa de conhecer mais da realidade atual das angolanas, a partir de uma contextualização da formação nacional, de estudos relacionados ao acesso à educação, trabalho e participação política das angolanas, e das histórias de vida apresentadas necessita ser alimentada por mais depoimentos que não estejam registrados e que habitem os entremundos outros a se descobrir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da guerra civil angolana não significou uma resolução das divergências entre diferentes projetos de nação, e mais ainda, em quase vinte anos de paz decretada, os problemas sociais consequentes da guerra ainda são graves, colocando principalmente as mulheres em situações de extrema vulnerabilidade (AFONSO, 2005).

Enquanto Angola segue em busca da verdadeira paz, boa parte da população segue em busca de sobrevivência. Essa população busca “enquadrar-se” nas estruturas que o projeto de nação do MPLA criou e que o governo tenta consolidar mantendo-se no poder. Nesse projeto, as mulheres têm uma importante participação, vivendo entremundos que transbordam os lugares previstos para elas, bem como transbordam as categorias ocidentais que tentam analisar tais lugares.

Das histórias de vida de Arminda Santo, Maísa Tavares, Neusa Bengani contadas brevemente e dos cruzamentos com as demais entrevistadas apresentados no capítulo 3, diversas reflexões podem ser levantadas e relacionadas com os estudos apresentados no capítulo 2. Essas trajetórias também trazem outras perspectivas para a contextualização apresentada no capítulo 1 em relação ao que ocorreu em Angola e no Namibe desde a formação dos movimentos de libertação até fim da guerra civil, no que diz respeito aos papéis que as mulheres desempenharam desde então e a suas influências nos dias de hoje. As experiências de vida trazem uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais que sofreram impacto das guerras de libertação e civil no processo de construção de uma nação angolana independente.

Conhecer o Namibe pelos olhos dessas mulheres foi uma experiência que levantou reflexões específicas, levando-me por vezes a caminhos opostos de pensamento, em que precisei fazer escolhas que atestam a incompletude e a necessidade de continuidade de estudos como este. O material colhido possui grande potencial de pesquisa e não se encerra com esta dissertação. Há muito por analisar e dialogar ainda.

Observo, por exemplo, a importância de um aprofundamento futuro na questão geracional, o que, em minha opinião, pode ter influenciado uma percepção mais sensível à questão de gênero no relato de Neusa, a mais jovem dentre as entrevistadas. Em complementação, acredito que a questão geracional também pode influenciar significativamente a forma de compreender o poder do MPLA no país. Por exemplo, quem nasceu no fim da colonização pôde ter acesso a uma visão diacrônica do poder do partido, entrando em contato com suas diversas fases e posicionamentos ideológicos:

como movimento de libertação, como partido no poder para a construção nacional, como partido no poder conduzindo o processo de democratização e pluripartidarismo, e também como partido na busca da manutenção desse poder.

Arminda, Maria Filomena e Maísa ainda eram crianças na época da independência, mas tiveram contato com essa diversidade de fases do partido. Quem já nasceu durante Angola livre em guerra civil viveu menos nuances do MPLA, diferentemente também de quem cresceu em uma Angola pluripartidária e pacificada, como é o caso de Neusa, para quem os problemas sociais não se fazem sentir da mesma forma que na época da guerra civil.

O nível de aceitação ou resistência da sociedade à liderança feminina nas instituições pode igualmente ter influência da geração das pessoas, considerando o nível de exposição que tiveram à presença feminina no mercado de trabalho formal e informal, e conseqüentemente às mudanças nas formas de cuidado com a família. Como se viu na bibliografia pesquisada, a entrada das angolanas no mercado de trabalho, seja formal ou informal, foi significativamente reforçada pela guerra civil e pelas crises econômicas (AFONSO, 2005; MELO, 2007).

Por meio das vivências das entrevistadas tornou-se mais nítido o que alguns estudos consideravam como “o Namibe não ter sido afetado diretamente pelas guerras de libertação e civil” (SALVADOR; RODRIGUES, 2010; FRANCISCO, 2013). Os depoimentos relataram conflitos armados pontuais e efeitos maiores no quesito socioeconômico decorrente da fuga de parte da população, bem como na imigração de pessoas de outras regiões mais afetadas pelas guerras.

Em todas as entrevistas percebi uma ideia de que a questão da desigualdade de gênero, por ser uma sobrevivência cultural de uma tradição de submissão da mulher, será mudada automaticamente conforme elas forem conquistando maiores níveis educacionais. A perspectiva de que a educação é o meio para a mudança social apareceu em alguns estudos apresentados no capítulo 2 (SILVA; CARVALHO, 2009; LOPES, 2010) e foi reiterada pelas entrevistadas. Assim, é importante destacar a expectativa que é depositada na educação para o desenvolvimento social e também para a diminuição da vulnerabilidade feminina, tanto no que diz respeito ao aumento da escolaridade formal dos/as angolanos/as em geral, quanto para uma mudança de mentalidade necessária, em que elas têm importante contribuição como líderes. Talvez pelo fato de praticamente todas as entrevistadas terem relação com a área de educação, e considerando a importância que

esse aspecto tem para a cultura local (NAMIBE, 2014), essa ideia aparece em praticamente todos os depoimentos.

eu acho que precisa sim, precisa sim... e mesmo a questão dos estudos também, porque muitas mulheres não tiveram a possibilidade de estudar, muito antes, assim como eu, porque se eu tivesse possibilidade muito antes talvez, já estaria mais um pouco avançado com relação a licenciatura [...] vejo tantas mulheres sem essa possibilidade, então alguma coisa precisa melhorar ainda para as mulheres (informação verbal de Mariana Chilombo).

Por isso eu com meus 28 anos estava a dirigir um gabinete e meus amigos, meus contemporâneos estavam num bar. Por que que não leem? Porque não sabem ser/estar, não sabem falar, não sabem se comportar, a leitura nos ensina tudo isso. Os autodidatas se tornaram autodidatas por causa da leitura (informação verbal de Neusa Bengani).

As entrevistas também foram de extrema importância para a compreensão das nuances da relação entre Governo-partido e a Igreja no contexto namibense atual, principalmente por ser registrado a partir do olhar de mulheres, o que raramente é considerado nos estudos sobre esse tema. Pelas falas delas, foi possível notar que o papel do Estado é por vezes realizado pelo partido, como a assistência social, alfabetização etc., e as atividades do partido são desempenhadas por governantes. Da mesma forma foi interessante notar a semelhança da atuação do Governo-partido, por meio da OMA, com a atuação dos grupos de mulheres das Igrejas das quais as entrevistadas fazem parte. Ambos grupos religiosos e OMA complementam-se em uma atuação moralizadora dos comportamentos das mulheres, o que vai ao encontro da análise de Cândido (2018): “Motherhood achieved the status of a nationalist duty and was reinforced throughout the four decades of armed conflict in Angola, with many women embracing it as form of self-realization and social Recognition” (CANDIDO, 2018, p. 8).

O exercício de um papel maternal e do cuidado nos vários âmbitos da sociedade é coerente com o lugar esperado pela mulher nas ideologias cristãs que contribuíram para a formação dos movimentos nacionalistas e para a ideia de nação angolana que ainda se encontra em formação. Essa coerência é encontrada nas trajetórias das líderes namibenses que exercem papéis maternais seja no âmbito doméstico como mães, irmãs e esposas, no âmbito social, pelo tipo de formação e área de trabalho (educação, assistência social, saúde, etc.) que escolheram, e também admiram e levam tais habilidades para o seu estilo de liderança, aproximando-se do que Oliveira (1999) chama de *líder democrático*.

Uma visão crítica feminista ocidental encontraria um paradoxo entre o exercício do poder e o exercício do papel maternal, sendo este um papel de subalternidade na cultura moderna capitalista. Entretanto, o papel maternal na África tem relação com outros significados atrelados ao feminino, e cuja maternidade, contrariamente à perspectiva ocidental e colonial, é vista como um lugar de prestígio. Liderança e maternidade/cuidado não são, portanto, papéis opostos, mas complementares para a constituição do lugar da mulher na estrutura social da nação angolana. Ou seja, atestar que a OMA visa defender as famílias quando diz defender os interesses das mulheres, pode levantar um deslocamento conceitual e ideológico do ponto de vista da crítica feminista ocidental, mas talvez não do ponto de vista de algumas culturas africanas matrilineares, considerando que a relação entre as mulheres e a maternidade tem outro significado para estas.

Vale destacar que o fato de as entrevistadas serem praticamente todas relacionadas ao MPLA pode reforçar a visão partidária e não representar a diversidade de pontos de vista femininos no Namibe, carecendo esta pesquisa de outras percepções, como a de mulheres membros da Lima, da UNITA, de outros partidos ou de associações da sociedade civil que se identificam com a crítica feminista africana, por exemplo. Nenhuma das entrevistadas faz parte de associações da sociedade civil, que não as da igreja e do Governo-partido.

A pesquisa trouxe um entendimento preliminar de que as líderes namibenses vivem entremundos, que são lugares ambivalentes de mais ou menos prestígio e poder cujos significados são embasados concomitantemente por valores coloniais e nativos. Por esse motivo, tais lugares desafiam as dicotomias do conceito de gênero da perspectiva ocidental, sem contudo, poder dispensá-las totalmente quando se encontra um padrão feminino de vulnerabilidade social em Angola, conforme o capítulo 2 demonstrou.

A compreensão desse lugar ambivalente deve passar também desconstrução da dicotomia simplista entre o “tradicional” e o “moderno/civilizado”, que limita o entendimento da experiência africana, e também das suas relações de gênero. O presente ambivalente de quem sente a discriminação – mas nas “mulheres dos outros” – pode ser também compreendido como um entrelugar em que as líderes namibenses vivenciam concomitantemente a valorização do papel da mulher na liderança educadora originário de algumas tradições locais e o papel do poder institucional de que gozam na administração pública, contariando os lugares subalternos reservados às mulheres africanas pelo colonialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cesaltina. “Xé, minina, não fala política!”, cidadania no feminino: *sine die?* In: PANTOJA, Selma, Edvaldo A. Bergamo e Ana Claudia Silva (coord.). *Angola e as Angolanas: Memória, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Intermeios, 2016. p. 167-186.

AFONSO, Aline. *Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho*. Trabalho apresentado no 11th General Assembly: Rethinking African Development: Beyond Impasse, Towards Alternatives, Maputo, 2005.

AFONSO, Aline. *Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres*. Trabalho apresentado para a 12th General Assembly Governing the African Public Sphere da CODESRIA, Cameroun, 2008.

AFONSO, Aline; CAETANO, Catarina (org.). *Diagnóstico de género de Angola*. Luanda: European Union, 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8701/3/DGA%20PT%20Final%207.15.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ANGOLA, República de. *Constituição da República de Angola*. 2010

BADI, Mbuyi Kabunda. La cooperación sur-sur en África: el caso de los países emergentes. In: BADI, Mbuyi Kabunda (coord.). *África y la cooperación com el Sur desde el Sur*. Madri: Los Libros de la Catarata, 2012.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

BINGA, Maria Carolina Quilombo. *Mulheres empresárias, género e desenvolvimento em Luanda*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional da ISEG) – Lisboa School of Economics & Managements, Lisboa, 2016.

BUNGA, Claudio Eduardo Samuel. *Pobreza, fome e estratégias de combate para a sua mitigação na cidade do Namibe – Angola*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Recursos Naturais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

CANDIDO, Mariana P. Women in Angola. *Southern Africa, Women's History*. Oxford Research Encyclopedia of African History. 2018. Disponível em: <https://oxfordre.com/africanhistory>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CAPOCO, Zeferino. *O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2013.

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Aviso à navegação*. Luanda: Ministério da Cultura/Fenacult, 2014.

CARVALHO, Paulo de. Estado, nação e etnia em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 1, p. 61-71, 2008.

CARVALHO, Paulo de. Cidadania e Direitos Humanos na Angola contemporânea. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 3, p. 73-90, 2009.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Idea of Provincializing Europe. In: CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Post-Colonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

COMERFORD, Michael. The Angolan Churches from the Bicesse to the Luena Peace Agreements (1991-2002): The Building of a Peace Agenda and the Road to Ecumenical Dialogue. *Journal of Religion in Africa*, v. 37, f. 4, p. 491-522, 2007. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27594433?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents. Acesso em: 12 fev. 2019.

COMERFORD, Michael. A Case Study of the Churches in Angola. Lesson for Reconciliation and Peace-building in Conflict Affected Societies. In: JONG, Albert De *Tangaza Journal of Theology and Mission*. Nairobi: Tangaza College, 2012. p. 45-57.

DUCADOS, Henda. Angolan Women in the Aftermath of Conflict in From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process. *Conciliation Resources Accord – an international review of peace initiatives*, ac. 15, p. 58-61, 2004.

FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi, do lado erado da história*. [S. l.]: Editora Dom Quixote, 2012.

FRANCISCO, Aldino Miguel. *Desafios do Desenvolvimento e do Ordenamento do Território na Província do Namibe (Angola)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel. *Foucault – uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HORING, Jessica da Silva. *Os movimentos de libertação nacional em Angola: trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do estado (1975-2002)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Economia e Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 9a. ed. Tradução Pedrinho A. Guareshi. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GAUDAD, Ludmila Sardinha Carneiro. *Mulas, olheiras, chefas & outros tipos: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de*

drogas em Brasília-DF e na Cidade do México. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GRASSI, Marzia. *Género e desenvolvimento em Angola: mulheres empresárias em Luanda e Benguela*. Trabalho apresentado no Desafio UFBA em 2000. Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br/gt3-003.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014*. Luanda, 2016.

INGLES, Paulo. Credo, crédito e género: economia do afecto entre mulheres retornadas. (Notas de trabalho de campo com mulheres retornadas no Uíge, Angola, julho de 2015). *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, a. XXIII, n. 45, p. 311-316, 2015.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 18, p. 19- 43, 2012.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 398, 2016.

LOPES. Carlos M. Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros. Uma digressão pela economia informal de Luanda. *Revista Lusotopie [Online]*, a. XIII, v. 1, 2006. Disponível em: <http://lusotopie.revues.org/1505>. Acesso em: 26 ago. 2018.

LOPES, Claudio Bartolomeu. *Trabalho feminino em contexto angolano: um possível caminho para a construção de autonomia*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2010.

MARTINS, Catarina. Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismo entre o Norte e a África. In: RIBEIRO, Antônio S.; RIBEIRO, Margarida C. (org.). *Geometrias das memórias: configurações pós-coloniais*. Porto: Afrontamento, 2016.

MBEMBE, Achile. *África insubmissa. Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Sapu: Edições Pedagogo/Universidade Agostinho Neto, 2013.

MBEMBE, Achile. As formas africanas de auto-inscrição. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, a. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MELO. Rosa. *Homem é homem, mulher é sapo: género e identidade entre os Handa no sul de Angola*. Extra coleção. Edições Colibri. Lisboa, 2007

MESSIANT. Christine. Why did Bicesse and Lusaka fail? A Critical Analysis in from Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process. *Conciliation Resources Accord – an international review of peace initiatives*, ac. 15, p. 16-23, 2004.

MINAYO, Cecília. *Pesquisa qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1994.

MINFAMU, República de Angola. Relatório Analítico de Género de Angola. 1.o relatório. 2017

- MOORMAN, Marissa J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA's Maquis. In: PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A.; SILVA, Ana Cláudia (org.). *Angola e as angolanas: memória, sociedade e cultura*. São Paulo: Intermeios, 2016. p. 187-204.
- NAMIBE. Governo Provincial do. *Namibe, terra da felicidade*. CORREIA, Miguel Anacorreta; ORNELAS, Maria Eleutéria V (coord.). Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2014.
- NEVES, Tony. Igrejas e o nacionalismo em Angola. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, a. VI, n. 13-14, p. 511-526, 2007.
- NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Snnablume, 2005.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo*. São Paulo: Pioneira, 1999
- OYËWUMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *Filosofia Africana*. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- PANTOJA, Selma Alves. Quitandas e quitandeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda. *Actas: A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885 – c.1930)*. III Reunião Internacional de História de África. Rio de Janeiro, 2000.
- PANTOJA, Selma Alves. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. *Transversos: Revista de História*, n. 8, p. 46-70, 2016.
- PAREDES, Margarida. *Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTE, 2011.
- PECLARD, Didier. Religion and Politics in Angola: The Church, the Colonial State and the Emergence of Angolan Nationalism, 1940-1961. *Journal of Religion in Africa*, Vol. 28, Fasc. 2, p. 160-186, May, 1998.
- QUEIROZ, Laís Helena Custódio Rodrigues. Entre legados coloniais e agências: As zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- Quintas, Júlio Paulo. *O empreendedorismo feminino: estudo no mercado de Huambo – Angola*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.
- SALVADOR, Cristina; UDELSMANN Rodrigues Cristina. *Viagem no deserto: Namibe, Angola*, Lisboa. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2010.
- SANTOS, Daniel dos. Economia, Democracia e Justiça em Angola: O efêmero e o permanente. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 99-133, 2001.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitandeiras, kúnguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. *RAS – Revista Angolana de Sociologia*, n. 8, p. 35-61, 2011.

SERRA, Andrea Folgado. *A situação das mulheres empresárias de Luanda*. Relatório. Maputo: IFC, ASSOMEL, 2007.

SCHUBERT, Jon. Democratização e Consolidação do Poder Político em Angola no Pós-Guerra. *Revista Relações Internacionais*, v. 37, p. 79-98, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000100007. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Eugenio Alves da; CARVALHO, Maria João de. Educação em Angola e (des)igualdades de género: quando a tradição cultural é factor de exclusão. *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009.

SILVA, Elson Santos. Construção do poder público no advento da República Popular de Angola. In: PANTOJA, Selma (org.). *Culturas Negras no Atlântico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 159-190.

SILVA, Maria Eloise Caetano. *O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajectórias e contextos socioprofissionais*. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.

SONGA, Eufrasia Nahako. *(Re)significação das tranças e outros penteados em Angola: as moças das tranças na “Praça Nova” da cidade do Lubango*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás), Goiânia, 2017.

TOMAS, Cláudio Andrade da Conceição. Discursos e práticas alternativas de reconciliação nacional e de construção da nação em Angola: o caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE Sul), Lisboa, 2010.

VENTURA, Pedro Paulo Ramos. A contribuição intelectual da mulher angolana no processo da independência da Angola. *Revista Identidade*, v. 19 n. 2, p. 100-109, 2014.

VIDAL, Nuno de Fragoso. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 3, p. 815-854, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23461>. Acesso em: 12 jun. 2018.

APÊNDICES

O tópico guia abaixo é uma versão alterada após a primeira entrevista em relação à versão apresentada na qualificação. Houve a supressão de algumas perguntas e a reformulação de outras, considerando o tempo disponível para a entrevista e a falta de contexto para algumas perguntas propostas inicialmente.

Proposta de Tópico Guia/Questionário

Bloco I – Origem étnica, infância, família, formação de valores

- 1) Conte-me um pouco da sua origem: Em que local nasceu? De que ascendência étnica é sua família? Como era a relação com pais, irmão e irmãs? Suas mães e avós faziam o quê? Trabalhavam fora?
- 2) Conte-me um pouco sobre o que lembra do período da guerra civil. Afetou sua família? Afetou você de alguma forma?

Bloco II – Formação intelectual / Acadêmica

- 3) Conte-me um pouco da sua formação: como foi sua vida na escola? Se fez ensino superior, foi em que área? Estudou na província ou fora? Se foi fora, como foi essa experiência?

Bloco III – Experiência profissional

- 4) Conte-me um pouco sobre sua vida profissional antes de trabalhar na administração pública. Houve outras experiências de trabalho? Como foram?
- 5) Conte-me sobre sua chegada à administração pública: como ocorreu seu ingresso/convite? você encontrou alguma dificuldade em atuar no serviço público, ou de se expressar pelo fato de ser mulher. Houve obstáculos pelo fato de você ser mulher no serviço público?
- 6) Conte-me dos desafios que você e sua equipe enfrentam para realizar seu trabalho. Houve algum projeto que você coordenou/participou e sente orgulho?
- 7) Conte-me um pouco sobre como você vê a atuação das mulheres que fazem parte da administração pública do país, sejam as que ocupam altos cargos, ou as que ocupam cargos técnicos. Você tem alguma administradora que é referência para você? O que te inspira? Você acredita que a atuação dela/s é diferenciada da atuação dos homens? Em que sentido?
- 8) Para você, como se faz uma boa liderança?

Bloco IV - Vida pessoal e visões de mundo

9) Você é casada? Tem filhos? Se tiver filhos, como foi assumir uma função pública paralelamente à criação dos filhos? Contou com algum apoio? Como seu marido vê a sua profissão? Qual a profissão do seu companheiro e dos filhos?

10) Faz parte de grupos/ associação fora do trabalho? É ativista de alguma causa?

11) Você faz parte de algum partido? Como foi o ingresso? Se faz parte da OMA, como é a sua atuação na organização?

12) Você possui alguma religião? Faz parte de algum grupo de mulheres da sua igreja?

13) O que é desenvolvimento para você? Como pensa o desenvolvimento para o Namibe?

14) Você tem planos para o futuro? Tem algum sonho que gostaria de compartilhar?